

KÉSIA TAVARES CELESTINO

**ENTRE CALÍOPE E CLIO:
a loucura sob a pena da Literatura e da História**

**Universidade Estadual de Montes Claros
Junho/2011**

KÉSIA TAVARES CELESTINO

**ENTRE CALÍOPE E CLIO:
a loucura sob a pena da Literatura e da História**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras / Estudos Literários, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

Área de concentração: Literatura Brasileira

Linha de Pesquisa: Tradição e Modernidade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Telma Borges

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
Junho/2011

Àqueles que se fizeram passageiros dos “trens de doido” da história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sem o estabelecimento de hierarquias

à professora Telma Borges, pelo apoio e empenho com o qual abraçou essa empreitada e sobretudo pela paciência;

à professora Regina Célia Lima Caleiro, por esse percurso de anos, sobre o qual não cabem palavras suficientes de gratidão;

ao professor Fábio Camargo, pela competência e postura admirável no desempenho do seu trabalho;

à professora Cláudia Maia, pelas relevantes contribuições desde a graduação, quando me forneceu a primeira e mais substancial bibliografia, até a finalização do presente trabalho;

à minha mãe Léo, por tudo;

à Ludmilla e ao Lucas, pela presença constante;

ao Telly Will, pela solidariedade e amizade;

ao Valdemir Lopes, pelo trajeto e pelo exemplo;

aos amigos Rafael Guimarães, Dalton e Felipe Ferro, por tantas coisas;

ao André V. , por todas as vezes que esteve presente;

ao Rafael Bernardo, pelo companheirismo;

e a Américo Martins Filho, pela disponibilização do acervo de jornais;

à Capes, pelo apoio financeiro à pesquisa.

Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos das vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se é assim, existe um encontro marcado entre as gerações precedentes e a nossa.

Walter Benjamin

RESUMO

O presente trabalho se propôs a analisar o discurso sobre a loucura na literatura e suas relações com o discurso histórico. Para tanto, tomou-se por base os contos “O alienista”, de Machado de Assis e “Sorôco, sua mãe, sua filha”, de João Guimarães Rosa, cujas interpretações serviram de aporte para uma análise do discurso sobre a loucura e o louco em fontes da cidade de Montes Claros – MG entre as décadas de 1950 e 1980. Como suporte metodológico foi utilizado o conceito de discurso elaborado por Michel Foucault e os debates tanto no campo da literatura quanto no da história sobre os contatos que literatura e história estabelecem quando consideradas linguagens produtoras de discursos, não de verdades. Para análise do conto machadiano, levamos em conta, além do diálogo com a fortuna crítica do autor, suas crônicas e os debates sobre a loucura no âmbito da história, de modo a evidenciar a falência do discurso científico construído sobre o louco. O conto rosiano foi analisado na perspectiva da “álgebra mágica”, conceito com o qual Guimarães Rosa diz fundamentar a escrita de sua literatura. No contraponto do texto rosiano com o contexto histórico da década de 1980 em Montes, explicitamos de que maneira o discurso sobre a loucura já está socialmente internalizado.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Brasileira; História; Tradição e modernidade; Machado de Assis; Guimarães Rosa, Discurso; Loucura.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the discourse of madness in literature and its relationship with historical discourse. Hence, it was based upon the short stories "The Alienist" [O Alientista], by Machado de Assis, and "Sorôco, his mother, his daughter" [Sorôco, sua mãe, sua filha], by João Guimarães Rosa, whose interpretations were the basis for a piece of discourse analysis about madness and the mad person in sources from the city of Montes Claros – MG, between the 1950 and 1980 decades. The concept of discourse developed by Michel Foucault and debates both in the field of literature and in the story about the contacts literature and history have established when considered as languages which produce discourse, not truths, are used as a methodological basis. For the analysis of Machado's stories, besides the dialogue with the author's fortunate critics about madness, his chronicles and discussions about madness in history, in order to highlight the failure of scientific discourse over madness, are taken into account. Rosa's tale was analyzed from the perspective of "álgebra mágica", a concept which Guimarães Rosa says is the foundation for his literature writing. In the counterpoint of Rosa's text with the historical context of the 1980's in Montes Claros, the way the discourse about madness is already socially internalized is elucidated.

KEYWORDS: Brazilian Literature; History; Tradition and modernity; Machado de Assis; Guimarães Rosa; Speech; Madness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – A ESTÓRIA REESCREVE A HISTÓRIA	18
1.1 Sobre as memórias do futuro: a estória se antecipa à história	19
1.2 A literatura como fonte para a história	22
1.3 O delírio da escrita: Calópe e Clio dão voz à loucura	27
1.4 Machado e Rosa: um ponto insensato no caminho do progresso	30
CAPÍTULO 2 – O BRASIL À PENA DA GALHOFA: Literatura, Loucura e Normatização	32
2.1 Um conto atemporal	33
2.2 O discurso científico do século XIX.....	36
2.3 “Um atento historiador de quinzena”: as crônicas de Machado de Assis	38
2.4 “O juízo como probabilidade”: monomania, degeneração e intervenção social na República.....	42
2.5 O discurso machadiano da loucura	53
2.6 O patriarca da família dos “deserdados do espírito”: uma ciência enlouquecida.....	55
2.7 As teorias republicanas fora do lugar: um método anacrônico de análise da loucura..	60
2.8 Uma Casa Verde para o sertão	72
2.9 De como um alienista cansado de esperar construiu ele mesmo um nosocômio que não mudou muita coisa.....	77
CAPÍTULO 3 –O TREM DOS DOIDOS CRUZA O SERTÃO: significações histórico-literárias	80
3.1 A História e as Estórias do Sertão	81
3.2 Os passageiros do “desvio de dentro”	82
3.3 “Peregrinos da insanidade”: loucura e migração	84
3.4 Os loucos de todos os dias.....	90
CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

Eu, entrando que fosse na ilha, começava por não sair mais dela; far-me-ia rei sem súditos. Ficaríamos três pessoas, eu, a rainha e um cozinheiro. Mais tarde, poetas e historiadores concordariam em dizer que as três pessoas da ilha é que deram ocasião ao título desta diferença é que os poetas diriam a coisa em verso, sem documentos, e os historiadores di-la-iam em prosa com documentos.

Machado de Assis

Introdução

Caso se quisesse escrever em linguagem não acadêmica a história da percepção da loucura no sertão norte mineiro, o texto poderia iniciar deste modo: houve certa vez um médico alienista formado fora dali, que achou um despautério ver a loucura errar pelas ruas daquele lugar e pensou na necessidade de construir um recinto para abrigá-la, lhe acertar os passos e lhe domar o andar. Assim, sonhou com um sanatório que tornasse aquele lugar mais próspero e aquela gente de lá menos atrasada; e porque era um homem de ciência e sapiência de como tratar doidos, recebeu todo o apoio para realizar sua empreitada...

Sem muito esforço imaginativo é possível que a leitura nos remeta ao conto de Machado de Assis “O alienista”, no qual a vila de Itaguaí se vê diante da chegada do médico alienista Simão Bacamarte que, movido pelas novas teorias europeias darwinistas e raciais, resolve levar o progresso ao local através da construção de um hospício. Entretanto, na forma do trecho supracitado poderia ser narrada uma história da percepção do louco no norte de Minas Gerais entre as décadas de 1950 e 1980, cujas fontes históricas “contam” que houve na região um médico alienista chamado Áflio Mendes que, tal qual Bacamarte, tentou construir um hospício que traria progresso e modernização.

As semelhanças entre a obra ficcional e o contexto histórico podem nos ajudar a estabelecer algumas conexões entre Literatura e História. O conto de Machado é uma obra literária construída com elementos que remetem à conjuntura da instituição da psiquiatria no Brasil nos fins do século XIX e é emblemático guardar tantas semelhanças com o contexto norte mineiro. É porque a literatura e a história, dando voz ao passado, proporcionam a erupção do ontem no hoje (Cf. PESAVENTO, 1998, p. 22) e porque tanto uma quanto outra envolve invenção na escrita, mesmo que a segunda precise necessariamente de fontes que atestem o que diz para continuar dizendo-o como ciência.

A história das ciências é a história da capacidade humana “[...] de pensar diferentemente do que se pensa para continuar a olhar e refletir” (FOUCAULT, 1998, p. 13) e inúmeros esforços têm sido empreendidos em busca de uma perspectiva metodológica que torne possível e viável a interseção entre a Literatura e a História para o germinar de uma compreensão mais ampla dos fenômenos humanos. A loucura,

fenômeno humano que desperta inquietação, é aqui lançada ao solo de tais análises sob a perspectiva de Michel Foucault. O discurso construído sobre o louco demarca a cisão razão/desrazão e constitui todo um conjunto de práticas de delimitação do espaço do louco na sociedade.

O objetivo do trabalho consistiu em perscrutar a percepção do louco através dos discursos construídos sobre ele na literatura e associar esses discursos a um contexto histórico-social. Diante disso, foram escolhidos os contos “O Alienista”, de Machado de Assis e “Sorôco, sua mãe, sua filha”, de Guimarães Rosa, além das crônicas do escritor carioca publicadas no *Gazeta de Notícias* entre abril de 1892 e fevereiro de 1897.

O contexto histórico a que pertencem os discursos sobre o louco e que será associado aos contos é o da tentativa de estruturação de uma assistência psiquiátrica em Montes Claros, norte de Minas Gerais, entre as décadas de 1950 e 1980. Os discursos que justificam essa tentativa de estruturação estão amplamente presentes nos periódicos da região e foram extraídos dos jornais *O Diário de Montes Claros* (edições de 1960-1980); *Jornal do Norte* (1980-1989) e *Gazeta do Norte* (1950-1960).

O caráter emancipatório e atemporal da obra literária é o argumento que nos possibilita pensar o diálogo entre o conto “O alienista” e esse contexto norte-mineiro. Publicado em 1882, o conto traz à tona, pelo viés irônico, uma percepção crítica da loucura que só se materializa no meio social mais de oitenta anos depois. A percepção em questão é a crítica ao referencial teórico da psiquiatria. É possível identificar no referencial científico de Simão Bacamarte a monomania e a hereditariedade como critérios de aferição da patologia mental. Essas teorias já estavam superadas quando são identificadas no discurso sobre o louco no norte de Minas Gerais. Pode-se depreender dessa afirmação que quando o discurso sobre o louco do conto reverbera no contexto histórico (Montes Claros da década de 1950-1970) que a literatura pode servir de aporte para problematizar esse contexto, revelando que o anacronismo do discurso científico na região expressa o descompasso do sertão em relação às metrópoles. Nesse sentido, a literatura faz-se crítica da história, uma vez que antecipa a discussão de uma conjuntura social.

O louco percebido por Guimarães Rosa no conto “Sorôco, sua mãe, sua filha” é aquele a quem o meio social delimitou um espaço para além do território da razão. Essa delimitação se explicita na missão de Sorôco: embarcar mãe e filha enlouquecidas para o hospício de Barbacena. Na perspectiva de Luiz Costa Lima, o livro *Primeiras Estórias*, publicado em 1962, anuncia as mudanças pelas quais passava o sertão de

Minas Gerais diante do processo de modernização do Brasil, cujo símbolo mais expressivo foi a construção de Brasília. Guimarães Rosa teria incorporado essa novidade a seu universo de criação literária. A percepção do louco no sertão engendrada por esse processo de modernização é o que nos interessa indagar através da análise do aparato discursivo presente nos jornais de Montes Claros. Ao estabelecer o diálogo entre o conto e o contexto histórico dos anos de 1980, pela via do discurso produzido sobre o louco e a loucura, internalizado pela sociedade que encaminha seus loucos para o “desvio de dentro”, julga-se relevante no presente trabalho pensar o contexto que engendra a escrita do conto, relacionando-o ao discurso sobre o embarque de loucos de Montes Claros para Barbacena entre as décadas de 1950-1970.

Em “O alienista” a percepção da loucura é escrita através da ironia; em “Sorôco, sua mãe, sua filha” através da “álgebra mágica”, conceito que segundo o próprio Guimarães Rosa, dava forma à sua obra. Nesse sentido, Rosa menciona que um “[...] paradoxo bem formulado é mais importante que toda a matemática, pois ela própria é um paradoxo, porque cada fórmula que o homem pode empregar é um paradoxo” (ROSA, in: LORENZ, 1983, p. 68). Com essa reflexão Rosa desconstrói o princípio básico da matemática, que é a lógica ou a exatidão de suas premissas. Como propõe Luís Eduardo Machado, o paradoxo algébrico mágico se concretiza com o intuito de dizer o indizível (Cf. MACHADO, 2008, p. 62). Em “conversa” com Lorenz, Rosa disse que a álgebra mágica é um método indeterminado e, portanto, mais exato (Cf. ROSA, in: LORENZ, 1983, p. 68). Mesmo com essa indeterminação, componente fundamental da “estória”, tentaremos determinar, na análise do conto “Sorôco, sua mãe, sua filha”, o substrato histórico e buscar o “significado transcendente” desse elemento de composição na narrativa rosiana. Acreditamos que a proposta do escritor mineiro é a de reescrever a história do sertão por meio de outro discurso, o da “estória”, uma vez que a história do homem do sertão não é contada pela história oficial.

A “estória” de Rosa tem em sua composição a tradição popular, a linguagem oral e uma perspectiva metafísica da realidade. A tradição popular e a linguagem oral são componentes sociais, históricos e geográficos, ou seja, elementos culturais e regionais que se encontram numa fronteira muito tênue em relação aos elementos culturais da história oficial do Ocidente. São dados que foram pesquisados, com mais vigor, desde os finais dos anos 70, do século 20, pela própria história, com Jacques Le Goff, por exemplo; pela Antropologia ou Etnologia, com Arnold Van Gennep ou Mircea Eliade, dentre outros. Com as pesquisas desses autores, vemos que há desdobramentos entre a

“microhistória” e a história; assim, a tradição popular ou a linguagem oral é parte da realidade histórica do homem, que foi subtraída do discurso da modernidade¹. A perspectiva metafísica, por sua vez, nasce da realidade para depois tornar-se essência através da “clarividência filosófica” (Cf. SCHOPENHAUER, 2005, p. 43) do homem. A partir desses três traços, observa-se que, na diegese da “Estória” rosiana, há e não há transcendência em relação à história; daí o paradoxo, que é uma das entradas-chave para se entender a “álgebra mágica” aplicada na composição dos contos críticos.

Segundo o prefácio de *Tutaméia*, “Aletria e Hermenêutica”, além de vermos a relação paradoxal entre estória e história, Guimarães Rosa menciona a relação entre realidade abstrata e realidade concreta, termos que relativizam tanto o discurso ficcional quanto o da objetividade histórica. Com o intuito de chegar a uma conclusão sobre essa relação, Sandra Chaves Gardellari resume os prefácios do último trabalho publicado em vida pelo escritor mineiro da seguinte maneira:

[...] em ‘*Aletria e Hermenêutica*’, Rosa sugere uma interpretação de algo, uma realidade, ainda que abstrata. Em ‘*Hipotrélico*’, ele parece convidar para o ‘novo’, a descoberta de uma realidade outra que não a convencional. Em ‘*Nós, os temulentos*’, o autor provoca no leitor a busca de significado, pela representação da realidade de ser ‘temulento’. E, por último, em ‘*Sobre a escova e a dúvida*’, ele convida para uma reflexão, como que querendo que vivamos uma dada ‘realidade’ (GARDELLARI, 2010, p. 4).

Para a ensaísta, os dois primeiros prefácios mencionam uma realidade baseada na interpretação que se dá aos “contos críticos”. Vânia Resende também chama atenção para o prefácio “Aletria e Hermenêutica” de *Tutaméia* que, segundo ela, toca no conceito de arte; atitude que não implica numa alienação à História oficial (RESENDE, 1988, p. 25); por isso o termo transcendência se torna um complicador, se o entendermos como aquilo que ultrapassa os limites da experiência com a realidade concreta, por exemplo. Nesse sentido, a ideia apreendida é a de que o leitor está diante de um texto que precisa ser decifrado – fator que especifica, portanto, um texto de estrutura alegórica.

Em “Aletria e Hermenêutica”, o que Rosa chamou de ‘anedotas de abstração’ pode ser entendido também como narrativa alegórica. Porque a anedota é uma espécie

¹ Heloísa Maria Murgel Starling, em “Outras conversas sobre os jeitos do Brasil” (1998), relaciona o discurso da modernidade advinda da Era JK e a relação com a obra de Guimarães Rosa, mais precisamente com *Grande sertão: Veredas*, o que não exclui uma aproximação com as narrativas de *Primeiras Estórias*.

de narrativa sucinta que relata um fato curioso, “[...] uma particularidade engraçada de figura histórica” (FERREIRA, 2004, p. 135); e uma das acepções de curioso, como adjetivo, é “aquilo que merece atenção” (FERREIRA, 2004, p.591). Nesse sentido, se a estória (ou enredo dela) é a realidade proposta ao leitor, seu papel é de abstrair o que lhe salta aos olhos, procurar elementos que encontrem outra realidade, agora abstrata. Para entendermos melhor essa comparação entre ‘anedotas de abstração’ e narrativa alegórica esboçaremos uma caracterização dessa última.

Para João Adolfo Hansen, há uma alegoria de expressão verbal (alegoria dos poetas), e outra de natureza factual ou hermenêutica. Essas duas alegorias são complementares. A alegoria dos poetas é uma construção metafórica na qual se diz *b* para significar *a* (HANSEN, 2006, p. 7); em outras palavras, é a substituição do pensamento corrente por outro pensamento (LAUSBERG, *apud* HANSEN, 2006, p. 7).

No que se refere à tessitura do texto literário rosiano, ou seja, do enredo, os personagens, a paisagem e os elementos justapostos são, na verdade, uma construção metafórica de outros elementos ou conceitos, encontrados na realidade seja do plano cultural (de uma determinada civilização) ou das experiências do escritor a partir de um estrato cultural. Esses elementos da realidade, juntos, reivindicam um olhar crítico, que é precedido de abstração, cujo sentido remete à separação de elementos de uma totalidade complexa (FERREIRA, 2004, p. 18). Se os “contos críticos” e as “anedotas de abstração”, como propõe Rosa, tomam a abstração como princípio, eles podem ser relacionados à alegoria hermenêutica (interpretativa), como propõe Hansen:

[...] estática ou dinâmica, descritiva ou narrativa, a alegoria é um procedimento intencional do autor do discurso; sua interpretação, ato do receptor, também está prevista por regras que estabelecem sua maior ou menor clareza, de acordo com o gênero e a circunstância do discurso (HANSEN, 2006, p. 9).

Se as narrativas rosianas são “anedotas de abstração”, a construção alegórica dessas narrativas parte da intenção do autor, porém não se limita a ela, estendendo-se à interpretação do leitor (abstração); nesse sentido, a estória a ser analisada não deve, portanto, ser lida pela lógica ou por uma análise racional.

Portanto, o presente trabalho se alicerça em dois pilares: a percepção do louco pela via ficcional e suas relações com a história. Em “O alienista” a percepção do louco ocorre pelo viés da antecipação, porque permite articular o discurso republicano com o

contexto histórico do século XX, nomeadamente a cidade de Montes Claros. No discurso ficcional rosiano, a percepção do louco se amalgama ao discurso histórico vigente, ou seja, no mesmo espaço-tempo em que foi concebido *Primeiras Estórias*, em específico o conto “Sorôco, sua mãe, sua filha”.

Partindo do princípio de que “na literatura está incorporada a forma como algo – qualquer objeto ou ação social – faz ou pode vir a fazer sentido” (SANTOS, 2000, p. 52), “Sorôco, sua mãe, sua filha” dialoga com “O alienista” porque um narra o vir a ser, o outro o que teria sido. E a história constrói o que entende que foi.

Realizamos, portanto, uma análise dos *corpora* da pesquisa em diálogo com o contexto histórico, ressaltando a criticidade do discurso literário frente ao discurso histórico. Fizemos um recorte da fortuna crítica acerca da obra de Machado de Assis e de Guimarães Rosa no que se refere ao diálogo entre a literatura e a história, enfocando o tema da loucura. Ressaltamos ainda o uso das crônicas machadianas como contraponto ao discurso da loucura, veiculado no contexto em que elas vieram à tona e ao conto eleito como um dos objetos de estudo.

As fontes sobre a loucura, as quais consultamos nos arquivos da cidade de Montes Claros, serão, em dois momentos deste trabalho, analisadas à luz do discurso literário, com o propósito de evidenciar que o que move tanto a história quanto a estória é o discurso.

Com o objetivo de apresentarmos as possibilidades de diálogo entre a literatura e história, expusemos no primeiro capítulo, intitulado “A estória reescreve a história”, um recorte do referencial teórico da literatura no que diz respeito ao modo como a forma literária lida com o tempo e com a verdade, além do referencial da história que justifica esse diálogo, amparado na ideia da ficcionalidade que engendra a historiografia e aproxima os dois campos.

O entrecruzamento dos discursos sobre o louco dos fins do século XIX – identificados no conto e crônicas de Machado de Assis – com o discurso sobre o louco presente nas fontes históricas do norte de Minas Gerais revelaram semelhanças emblemáticas entre a forma de percepção da loucura no conto e aquela do contexto histórico. Identificamos no conto as críticas à ciência dos fins do século XIX e relacionamos esse referencial teórico criticado ao referencial teórico do alienista norte mineiro Áflio Mendes através da leitura de um auto de exame mental assinado por este, datado de 1966. Esse diálogo nos conduziu a reflexões acerca das possibilidades críticas

da obra literária frente à história. Tais ponderações fazem parte do segundo capítulo, intitulado “O Brasil à pena de galhofa: literatura, loucura e normatização”.

No terceiro capítulo: “O trem de doido cruza o sertão: significações histórico-literárias”, buscou-se identificar no discurso de “Sorôco, sua mãe, sua filha” elementos que demonstrassem o modo como foi incorporada ao conto a percepção do louco, advinda das modificações do sertão norte mineiro. Em via dupla, a história revela seu discurso e deixa entrever o que *teria* se passado no sertão que se constituiu em matéria de crítica para o conto.

O diálogo travado entre os discursos sobre o louco em duas temporalidades através da obra literária e o discurso sobre o louco presente nas fontes históricas demonstraram que a literatura faz-se crítica da história quando antecipa questionamentos, como aqueles feitos por Machado de Assis em “O alienista” e traz à tona modos de ver a loucura diversos daqueles que guiam nosso olhar. A literatura pode ajudar o historiador – embora não apenas ele – “a olhar com olhos de ver”.

O mérito do trabalho diz respeito à possibilidade de aproximar dialogicamente dois grandes escritores brasileiros e tornar visível as ressonâncias do discurso literário no contexto histórico. A loucura pela pena sensível de Guimarães Rosa e de Machado de Assis.

CAPÍTULO 1

A ESTÓRIA REESCREVE A HISTÓRIA

(...) no caso brasileiro, ainda nos deparamos (ao menos no âmbito da crítica literária) com um quadro analítico pautado, o mais das vezes pelo primado do imanentismo. Descontadas as exceções de costume, predomina o privilégio do texto; nem sempre se dedica espaço a enveredar pelo histórico ou a explicitar de que modo o intérprete com ele interage.

Roberto Reis

Não há dúvida de que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no espaço e no tempo.

Machado de Assis

1.1 Sobre as memórias do futuro: a ficção se antecipa à história

“Aletria e Hermêutica”, um dos prefácios de *Tutaméia*, seria um bom ponto de partida para evidenciar como Guimarães Rosa envolve os discursos ficcional e histórico, a fim de criar sua própria linguagem, cujo método de abordagem também é criado por ele, como vimos na Introdução desta dissertação. Nesse sentido, a célebre frase de Rosa, em um dos prefácios de *Tutaméia*: “A Estória não quer ser História. A Estória, em rigor, deve ser contra a História. A Estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota” (ROSA, 2001, p. 29) rendeu leituras interessantes e ainda provoca discussões na crítica literária.

A partir dessa frase, Petar Petrov entende que se tem, a princípio, uma relação contrastante entre “Estória” e “História” que sublinha ou realça o caráter ficcional da primeira; e que a segunda, hipoteticamente, manteria uma relação intrínseca com o real, distanciando-se daquela. Consequentemente, essa dúbia relação problematiza o conceito de história, entendida como um discurso de elevado grau de objetividade e imparcialidade (PETROV, 2004, p. 103).

Não entrando na discussão acerca de uma arqueologia do conto rosiano (ou “conto crítico”), como faz Petrov, interessa-nos pontuar que esse crítico percebe três traços distintivos que permeiam as estórias de Rosa a partir do gênero conto e de toda a sua tradição oral e literária: a “[...] origem popular, um aproveitamento da tradição oral e uma certa visão metafísica da realidade” (PETROV, 2004, p. 104). Segundo ele, Rosa apresenta o conto como uma realização livre, contendo uma significação mais profunda, “[...] além da referencialidade do seu homólogo história”, privilegiando, nesse sentido, a *carnevalização* das variáveis que compõem a “álgebra mágica”, fórmula de suas estórias (PETROV, 2004, p. 104).

Como reflete Petrov sobre a narrativa rosiana, os limites da estória são relativizados e subvertem a lógica comum, a tradição do conto e o que se entende por anedota, dando à sua estória uma “índole racional” (PETROV, 2004, p. 104), já que não se desprende da história, paradoxalmente. Em outras palavras, mesmo que transcendente à história, o conto crítico rosiano mantém relações intrínsecas com esse discurso que prima pela imparcialidade. A partir das três forças que compõem as estórias de Rosa, percebidas por Petrov, vemos que o conceito de transcendência é, talvez, em parte, inoperante nessa relação com a realidade; o elemento transcendente existe talvez antes da lógica controversa da composição dessas estórias; em suma, o

paradoxo. Em outras palavras, o método da “álgebra mágica” guarda em sua essência a exatidão e a inexatidão do paradoxo (Cf. MARTINS, 2008, p. 11), ou como quer Petrov, “índole racional” (proveniente de discurso histórico) e irracionalidade, senso-comum e ciência, dentre outros “pares opositivos”. Ou seja, há um paradoxo e não há; nesse sentido, não se trata, entretanto, simplesmente de oposição, mas de uma composição que estabelece um jogo ou tensão entre um e outro elemento, a ponto de não se conseguir demarcar com precisão um deles.

Guimarães Rosa delimitou a escrita ficcional a partir daquela que devia ser um referencial da verdade. Sendo assim, suas *estórias* demarcaram uma “leitura da vida” que ele queria atrelada à invenção (Cf. ROSA, 1985, p. 8). As estórias da ficção nutrem-se também daquilo que é matéria da história: a vida dos homens. O que significativamente as separaria? A história seria guardiã dos saberes sobre a humanidade, pois que senhora do passado. Quanto à literatura, caberia dizer dos homens o imaginado, tudo aquilo que *poderia ser*.

O modo como a literatura e a história lidam com o tempo dilui essas fronteiras. Nem a história extrai do passado uma verdade absoluta, nem a literatura se desvincula do real, por não respeitar as exigências temporais. Sobre o tempo na narrativa dos dois campos, o crítico Benedito Nunes esclarece que

[...] narrar é contar uma história, e contar uma história é desenrolar a experiência humana do tempo. A narrativa ficcional pode fazê-lo alterando o tempo cronológico por intermédio das variações imaginativas que a estrutura auto-reflexiva de seu discurso lhe possibilita, dada a diferença entre o plano do enunciado e o plano da enunciação. A narrativa histórica desenrola-o por força da mimeses, em que implica a elaboração do tempo histórico, ligando o tempo natural ao cronológico (NUNES, 1988, p. 9).

Na perspectiva de Walter Benjamin, o historiador volta as costas ao presente, que é seu lugar de fala, seu tempo, e olha fixamente para o passado do qual busca os fragmentos. Essa ideia é alegorizada por Benjamin a partir da pintura *Angelus Novus*, de Paul Klee:

Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos, mas

uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, *apud* MIRANDA, 2000, p. 18).

Se fosse a literatura alegorizada, o anjo talvez olhasse em todas as direções, pouco ocupado que estaria em juntar os fragmentos. E poderia dizer do passado, presente ou futuro o que quisesse. A ficção não se prende às amarras de Cronos porque não se compromete com o discurso de verdade. Quanto à história, que seria o passado senão aquilo que se diz dele? Sua fala vem desse “entrelugar” que, segundo José Luiz Foureaux Souza Júnior, localiza-se no limiar da ficção (literatura) e da documentação (histórica). (SOUZA Jr., 2000, p. 28).

A ficção pode “rasurar” a escrita da história, retirando palavras e acrescentando outras ou deixando espaços vazios. Pode embaralhar o tempo e os espaços porque, ao contrário da história, não se sujeita a limitações empíricas. (Cf. MIRANDA, 2000, p. 21). Na perspectiva de Luís Costa Lima, o texto literário “não se apresenta como prova, documento, testemunho do que houve, porquanto o que nele está se mescla com o que poderia ter havido; o que nele há se combina com o desejo do que estivesse; e que por isso passa a haver e a estar.” (LIMA, 1986, p. 195.)

A verossimilhança, conforme pondera José Américo Miranda, é o que há de comum entre a literatura e a história. A verossimilhança na obra literária não se sujeita às limitações que o documento impõe; na história, é o que torna inteligível o passado, em ambas atua na urdidura do discurso para torná-lo convincente porque tanto uma quanto outra precisa nos convencer. (Cf. MIRANDA, 2000, p. 23).

Como se dá esse exercício de convencimento de uma verdade que é, “na verdade”, ficcional? A obra literária é construída com elementos que circulam no meio social em estado de latência. Daí seu caráter de antecipação. Nas palavras de Luís Alberto Brandão Santos, “na literatura manifestam-se formas de percepção e construção de sentidos que já estão presentes, circulando na cultura” (L. SANTOS, 2000, p. 53). O texto literário possui a prerrogativa de dar voz àquilo a que determinada cultura ainda não autorizou a fala. Seguindo esse princípio, pode-se pensar que, se ouvida, essa voz pode ativar estruturas de sentido e fornecer criticidade à história. Nesse aspecto, questionando a obra literária, temos acesso aos discursos que engendram tanto sua escrita quanto as práticas sociais dela advindas.

Esse diálogo desobedece às limitações temporais, possibilita que obras literárias dialoguem com contextos históricos pela via da linguagem. As obras literárias habitam o que Bakhtin chamou “a grande temporalidade”:

Não há palavra que seja a primeira ou a última, e não há limites para o contexto dialógico (este se perde num passado ilimitado e num futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, aqueles que nasceram do diálogo com os séculos passados, nunca estão estabilizados (encerrados, acabados de uma vez por todas). Sempre se modificarão (renovando-se) no desenrolar do subseqüente futuro. Em cada um dos pontos do diálogo que se desenrola, existe uma multiplicidade inumerável, ilimitada de sentidos esquecidos, porém, num determinado ponto, no desenrolar do diálogo, ao sabor de sua evolução, eles serão rememorados e renascerão numa forma renovada (num contexto novo). Não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento. O problema da grande temporalidade. (BAKHTIN, 2000, p. 413).

O escritor Oscar Wilde teria dito: “a única coisa que devemos à história é a tarefa de reescrevê-la”. (WILDE *apud* HUTCHEON, 1991, p. 130) Entende-se no presente trabalho que os contos e crônicas escolhidos dialogam com o contexto histórico destacado para contraponto e nos fazem concluir que ou a história do sertão se passou, ou poderia ter se passado daquele jeito.

1.2 A literatura como fonte para a história

As discussões que tematizam a viabilidade da interação literatura/história não representam inovação. De acordo com François Dosse, desde que a História “[...] como modo de discurso específico, nasceu de uma lenta emergência e sucessivas rupturas com o gênero literário, em torno de uma busca pela verdade” (DOSSE, 2003, p. 58) efetuou-se uma cisão que enquadrou um discurso como ficção ao mesmo tempo em que elevava o discurso histórico ao plano do científico.

Outros tempos agora. O movimento dos Annales, definido por Peter Burke como “a revolução francesa da historiografia” (BURKE, 1997, p. 3), amplia os horizontes epistemológicos da história e tal mudança de paradigma provoca a emergência do diálogo da disciplina com outros campos de saber, como a literatura. A aproximação se dá com a negação de certos dogmas historiográficos, que culmina na proposição de Alphonse Dupront de uma “semântica histórica” como o único caminho

capaz de conduzir o historiador a desvendar o mental e o irracional dos comportamentos coletivos (...) não tardaria muito para que outros levassem ao extremo a importância da linguagem e, inspirados em Saussure, Foucault ou Hayden White, questionassem a capacidade explicativa da história reduzindo a disciplina a um gênero narrativo ou tornando-a prisioneira de estruturas discursivas. (CARDOSO, 1997, p. 378).

Se Aristóteles diferenciava a História da Poesia, sugerindo que a primeira seria o discurso “do que foi” em contraponto ao discurso do que “poderia ter sido” da segunda, a partir de Hayden White são lançadas à superfície das discussões a ideia do elemento real contido na literatura e, mais ainda, de quanto de literário e ficcional se alimenta a historiografia. É dele o nome mais expressivo de uma percepção que questiona a veracidade e infalibilidade da história. É dele a ideia de concepção da história como artefato literário e não mais espelho de um passado de reconstrução inalcançável:

Os romancistas podiam lidar apenas com eventos imaginários enquanto os historiadores se ocupavam dos reais, mas o processo de fundir os eventos, fossem imaginários ou reais, numa totalidade compreensível capaz de servir de objeto de uma representação, é um processo poético. Aqui, os historiadores devem utilizar exatamente as mesmas estratégias tropológicas, as mesmas modalidades de representação das relações em palavras, que o poeta ou o romancista utiliza (WHITE, 2001, p. 101).

Efetivamente, a própria escrita da história, quando se propõe à representação do real, envolve criação, invenção, opções, estratégias de conhecimento que podem ser situadas na esfera do que chamamos de produção fictícia de uma temporalidade. Sandra Pesavento afirma que “[...] reconstruir o vivido pela narrativa é, praticamente, dar a ver uma temporalidade que só pode existir pela força da imaginação: primeiro do historiador, depois do leitor do seu texto” (PESAVENTO, 2000, p. 41).

Não que se queira desqualificar a historiografia, relegando-a a específica categoria de ficcional. Se acaso comprovássemos que a escrita da história não envolve método científico algum, não seríamos levados ao juízo de que a literatura pode ser usada como fonte por envolver mais real que fictício. A única possibilidade aqui é criar uma interseção entre ambas e de ambas apreendermos tanto o elemento real quanto o ficcional para abrirmos a possibilidade de discussão de uma época.

Que se considere que embora o historiador não possa retratar fielmente o passado, alcançando apenas uma versão dele, verossimilhança, não veracidade, e se aproxime do literato por, do mesmo modo como ele, utilizar também a linguagem para formular

representações da realidade, há algo que os diferencia em essência: o escritor é livre na composição de sua obra literária, livre ao infinito para recriar o espaço do onírico, do absurdo, do que se pareça real sem sê-lo. O historiador é movido por um desejo de encontrar a verdade e isso fará com que ele imponha limites à criação, algo como uma ficção “[...] controlada pelas estratégias de argumentação – a retórica – e pelos rigores do método – testagem, comparação e cruzamento –, na sua busca de reconstituir uma temporalidade que se passou por fora da experiência do vivido” (PESAVENTO, 2006, p. 6).

O escritor de uma obra literária vive numa espécie de “limbo” dessa temporalidade por poder testemunhar e registrar elementos de seu tempo. Tal qual testemunha ocular que deslinda uma cena... Mas, acaso testemunhas oculares são confiáveis na reconstrução perfeita de um episódio? Acaso quem testemunha algo não fornece apenas e tão somente uma das várias versões que um fato teria?

Caminhamos em direção a uma resposta afirmativa, mas sem desqualificar a literatura como fonte de conhecimento das representações do homem acerca de um período, o que a aproxima da história no sentido de que também o historiador tem a oferecer uma versão. E versões são tudo de que dispomos quando se trata de fatos.

A pesquisadora Sandra Pesavento, porém, nos traz uma ressalva:

É preciso ter em conta, contudo, que os discursos literário e histórico são formas diferentes de dizer o real. Ambos são representações construídas sobre o mundo e que traduzem, ambos, sentidos e significados inscritos no tempo. Entretanto, as narrativas histórica e a literária guardam com a realidade distintos níveis de aproximação (PESAVENTO, 2006, p. 7).

A autora anuncia ainda um paradoxo: “[...] como a literatura, relato de um *poderia ter sido*, pode servir de traço, rastro, indício, marca de historicidade, fonte, enfim, para algo que *aconteceu*?” (PESAVENTO, 2006, p. 4). Um questionamento, na mesma linha de raciocínio, também é feito por Sidney Chalhoub, segundo o qual

embora qualquer teoria ou explicação do processo histórico possa ser proposta, são comprovadamente falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações das fontes, literárias ou não. Mas uma vez enunciado esse “princípio de realidade” (o postulado do referencial externo ao texto), como pensar a literatura, a ficção, enquanto evidência nesse sentido? Como fazê-lo, se a própria noção de ficção já parece pressupor a negação da idéia de “evidência objetivamente determinada”? (CHALHOUB, 1998, p. 8).

Como tirar de algo cujo caráter é por excelência ficcional, elementos para desvendar o real? Uma possibilidade são os estudos feitos na perspectiva do imaginário, esse “sistema produtor de ideias e imagens que suporta, na sua feitura, as duas formas de apreensão do mundo: a racional e conceitual, que forma o conhecimento científico, e a das sensibilidades e emoções, que correspondem ao conhecimento sensível” (PESAVENTO, 2006, p. 2). A ideia de representação é uma das bases de compreensão do imaginário. Tal ideia aproxima a literatura da história, pois trabalham ambas com a linguagem para representação do mundo. Nesse sentido, “[...] o entrecruzamento de história e literatura – esta como fonte das sensibilidades de um passado – se dá através do plano ficcional, cujas representações do sensível aparecem nos personagens e narrativas literárias” (N. SANTOS, 2007, p. 141).

Como perceber esse “sensível” no texto? A noção de sensibilidade é bastante profícua no que diz respeito à compreensão do modo como o pesquisador pode explorar o texto literário, tentando perscrutar aqueles elementos que engendraram sua escrita, para além do contexto histórico; elemento como aquele sugerido por Machado de Assis na citação que abre o presente trabalho, o “sentimento íntimo” que torna o escritor “homem de seu tempo” (ASSIS, 1994, p. 801).

A sensibilidade é colocada

como uma outra forma de apreensão do mundo para além do conhecimento científico. As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana no mundo que se encontra no âmago da construção do imaginário social (SANTOS, 2007, p. 260).

O método e as estratégias de argumentação estarão lá, mas aliados a uma perspectiva de análise que

Trabalha[-se] com a tradução do sensível [...] nas representações e sensibilidades encontradas nos objetos do sensível, nas marcas objetivas deste sensível, busca-se o sentido do passado, aquele que fica nas entrelinhas, se assim podemos dizer, dos grandes acontecimentos (N. SANTOS, 2006, p. 260).

A apreensão do mundo pela sensibilidade e pelo racional anuncia uma possibilidade metodológica com a qual entraria em cena a História do Simbólico¹ abrindo uma fronteira entre as ciências e as artes (Cf. N. SANTOS, 2007, p. 254). Para tanto, é necessário assumir posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade verdade/ficção, ou a suposta oposição real/não-real, ciência ou arte (Cf. PESAVENTO, 2006, p. 3).

A pesquisadora Nadia Maria Weber Santos sinaliza para uma interface do imaginário “desde fora”, como conjunto de representações que se constrói e é construído pela coletividade para expressar suas ideias, crenças e comportamentos. “Esta face realiza-se no tempo e no espaço quando do surgimento de movimentos sociais e políticos e presta-se à manipulação dos jogos de poder” (N. SANTOS, 2007, p. 144). Nessa interface, a autora encaixa o trabalho de escrita literária como modo de se exercer o poder em dada sociedade por meio da criação de discursos de representação da organização social (Cf. N. SANTOS, 2007, p. 144). Esse discurso só pode ser apreendido em determinado texto pelo referencial do sensível. Para construção dessa abordagem, a obra de Michel Foucault foi essencial no sentido de chamar a atenção para o fato de que o poder se encontra diluído no meio social e não é a própria sociedade que constitui a realidade a ser estudada, mas sim os discursos que ela produz; no aparato discursivo repousa um artifício essencial dos jogos de poder. Tal perspectiva promoveu grande ampliação das possibilidades de fontes para compreensão da realidade (Cf. FOUCAULT, 2004, p. 12).

Uma vez que tais análises são trazidas para o campo dos estudos literários, “[...] já que não se trata mais de o historiador se debruçar sobre a ficção, mas sim de o crítico literário utilizar métodos e teorias oriundos de outra disciplina para ampliar o escopo de sua própria área de atuação” (ARENDDT; PAVANI, 2006, p. 2), esta abordagem pede que a análise literária se processe nos ângulos social, cultural e histórico.

Todavia, uma ressalva deve ser feita no sentido que propõe Antonio Candido, de inferir o papel que os fatores sociais ocupam para a constituição estética da obra (Cf. CANDIDO, 2006, p. 13). Ora, considerando que tanto o conteúdo quanto a forma da obra são devedores de um sistema de símbolos pré-existentes no meio social, a escolha que o escritor faz para constituição de seu texto pode ser bastante elucidativa das representações de um contexto. A literatura possibilita o acesso privilegiado ao

¹ A grande interlocutora da História do Simbólico é a História Cultural que, desde a década de 80, conforme ressalta N. Santos (2007), destaca-se pela abertura de fronteiras no pensamento histórico.

imaginário de diferentes épocas, não como espelho de um período, mas como possibilidade de leitura das questões relevantes de uma dada temporalidade (Cf. PESAVENTO, 2006, p. 3).

Dito isto, o que se propõe no presente trabalho é a tentativa da apreensão da percepção da loucura na literatura de Machado de Assis, de Guimarães Rosa e nas fontes históricas que produziram um discurso sobre a loucura em Montes Claros, relativizando o poder dessa última, uma vez que também será lida como um discurso do vir a ser.

1.3 O delírio da escrita: Calíope e Clio dão voz à loucura

Em trabalho desenvolvido acerca dos loucos nas obras de Machado de Assis e de Guimarães Rosa, Ravel Giordano Paz pondera que

falar sobre a loucura é uma operação paradoxal, ou, mais ainda, que nos defronta de forma incisiva com as aporias que rondam qualquer concepção dita racional da vida e do mundo; uma operação que coloca em xeque as condições de possibilidade do próprio discurso sobre o mundo – ou seja, do *discurso sobre um outro* –, na medida em que evidencia a precariedade de qualquer enunciação “compreensiva” em relação a um dado “fenômeno” ou “objeto”, ao defrontá-la com singularidades radicalmente esquivas a ela (PAZ, 2008, p. 359).

O lugar/espço por excelência para a fala da loucura e do louco é a literatura, pois, conforme assinala Foucault, somente na literatura é possível ouvir plenamente a voz da desrazão (FOUCAULT, 2006, p. 238) porque na obra literária a rígida fronteira criada pelo discurso do razoável pode ser transposta. Longe das limitações impostas pelo primado da razão, historicamente, o espaço do literário constitui o lugar onde o discurso do louco pode ser livre (embora nem sempre o seja).

Michel Foucault anuncia que o lugar onde literatura e loucura coincidem é o da experiência trágica da loucura (FOUCAULT, 1978). Tal experiência, para o autor, configura-se basicamente na experiência da linguagem e na conseqüente transgressão (experiência de pensamento). Uma, dentre as várias formas de se perceber o louco no curso da história.

A ruptura primeira diz respeito ao fato de que quando Erasmo de Rotterdam² elogiava a loucura tínhamos um louco, não tínhamos um doente mental porque “[...] um saber do tipo médico sobre a loucura que a considera como doença mental e uma prática com a finalidade de curá-la só se constituem em determinado momento da história” (R.MACHADO, 1978, p. 375). Porque tal momento existiu, Machado de Assis pôde construir Simão Bacamarte e Guimarães Rosa narrar o tratamento oferecido à loucura no sertão através de tantos contos. Compreender esse processo de percepções históricas da loucura demanda percorrer os desdobramentos e as condições de possibilidade da constituição do louco como doente mental.

O período histórico da escrita da obra de Rotterdam é o Renascimento, que delimita um ponto de ruptura fundamental por demarcar o início de um processo de subordinação da loucura à ordem da razão (R.MACHADO, 1981, p. 60) como fenômeno que, não obstante ser parte de uma consciência que triunfa, coexiste com outras formas de perceber o louco.

A relação do homem renascentista com a loucura é experienciada de forma heterogênea. Uma consciência trágica da loucura a relega ao território do místico e do cósmico e clarifica-se na imagem da nau dos loucos, navio que embarcava insanos e os deixava vagar sem destino. Se chegasse à cidade mais próxima, seria recolhido e novamente embarcado. O ritual guardava a duplicidade de purificação espiritual por meio da água e passagem para a incerteza da sorte (Cf. FOUCAULT, 1978, p. 22).

A heterogeneidade da experiência renascentista da loucura se expressa nas representações da produção artística do período. Imagens animais que metaforizam um saber oculto do louco delimitam uma consciência trágica da loucura (FOUCAULT, 1978, p. 23), ao mesmo tempo em que uma consciência crítica guia a produção literária da qual faz parte a obra de Rotterdam. Aqui, longe de ser detentora dos saberes ocultos do mundo, a loucura revela aos homens suas fraquezas e imperfeições.

Entretanto, embora não abolindo a consciência trágica, o predomínio de uma consciência crítica guia o olhar do homem europeu sobre uma loucura que qualifica de desrazão por oposição à razão, e determina os procedimentos exigidos pela nova percepção que, segundo Salma Tannus, “[...] assinala o fim da experiência

² O filósofo Erasmo de Rotterdam critica implicitamente todos os racionalistas e escolásticos ortodoxos que punham o homem a serviço da razão. Segundo Foucault, é a transformação da loucura em objeto de discurso. Segundo Frayze-Pereira, “a consciência crítica” seria, “a maneira pela qual se busca dar à experiência da loucura um sentido religioso, moral filosófico... através do qual ela se mostra como o lado negativo da ordem e do discurso...”(FRAYZE-PEREIRA, 1985, p. 45).

renascentista, abrindo o limiar da idade clássica e, a partir dela, os caminhos que conduzirão à experiência moderna da loucura, num deslocamento que vai da Barca ao Hospital, do Hospital ao Asilo” (TANNUS, 1995, p. 36). O internamento designará a construção de uma pátria para a loucura. Se outrora vagava sem destino a bordo da nau dos insensatos, agora “ei-la amarrada solidamente, no meio das coisas e das pessoas. Retida e mantida. Não mais barca, mas hospital” (TANNUS, 1995, p. 36).

Se o que interessa a Michel Foucault no Renascimento, conforme Machado, é a análise, no nível simbólico, “[...] do aparecimento do louco no âmago da questão da verdade e da razão como ameaça, irrisão, ilusão” (R. MACHADO, 1981, p. 59), a idade clássica impõe a necessidade de uma análise por ter inventado o internamento³ com móveis diversos que encerram similitudes e diferenças.

Dadas as devidas contextualizações, mais se explicita o quão emblemática é a obra literária para dar conta das representações da loucura através das eras. Estudar como a loucura se manifesta no literário, associando-a ao contexto histórico, é possível, pois, de acordo com Gislene M. B. Lima Felipe da Silva,

a forma como o escritor lida discursivamente com a alteridade do louco e o fenômeno da loucura dão a ver como a sociedade representada se comporta em relação à diferença, à outridade. A loucura funciona neste caso, como chave de interpretação literária de determinada realidade sócio-cultural (SILVA, 2008, p. 7).

Indo além, a pesquisadora afirma que

uma análise de representações literárias que destacam indivíduos categorizados como loucos demanda um esforço e um percurso multidisciplinares, para além da teoria literária. Isso pressupõe a manipulação de instrumental teórico que perpassa múltiplas áreas do conhecimento. (SILVA, 2008, p. 17).

Corroborando as possibilidades do percurso multidisciplinar, Nádia W. Santos afirma que literatura, loucura e história cultural “[...] trabalham com sistemas simbólicos, passíveis de serem interpretados em ambas as faces do imaginário” para

³ A prática de internar também não era homogênea, havia dois tipos de internação, um que representava um resquício da percepção renascentista do louco, quando este possuía uma individualidade de louco, e outro cuja estrutura visível são os hospitais gerais, frutos de uma percepção nova da miséria destituída da sacralidade que outrora lhe conferiam os cristãos da idade média. O internamento sistemático foi chamado por Foucault de “o grande enclausuramento” (Cf. FOUCAULT, 1978, p. 24).

descortinar “sensibilidades sobre a loucura, ocultadas pelas práticas sociais de exclusão” (N. SANTOS, 2007, p. 145).

Leyla Perrone-Moisés, em estudo sobre os loucos em Guimarães Rosa, afirma que os poetas sempre foram mais sensíveis à loucura do que os que a encaram clinicamente (Cf. PERRONE-MOISÉS, 2002, p. 216). Nesse sentido, a percepção da representação da loucura na literatura é tanto mais profícua quanto mais se utiliza de um instrumental, conforme já referido anteriormente, que permita apreender a obra literária na perspectiva do científico e da produção da arte.

Perceber o louco a partir da obra literária é contemplá-lo em um espaço onde ele pode falar livremente e dele se fala também com a mesma liberdade. Essa talvez seja uma das muitas prerrogativas da literatura: lugar onde o real podendo ser fictício, de tão livre, pode também guardar traços elucidativos de realidade.

1.4 Machado e Rosa: um ponto insensato no caminho do progresso

Machado de Assis e Guimarães Rosa têm interesse comum pelo tema da loucura. Tanto um quanto outro, cada qual em sua época, presenciou rupturas sociais no país e nos deram pistas na literatura. Machado viu o Brasil abolir a escravidão, atingir a república e “almejar” o progresso. Rosa vê quando esse modelo de modernização que traz em si o imperativo de normatização chega tardiamente ao sertão. Nos contos de ambos os autores aqui estudados, uma possibilidade de análise seria a da percepção do louco emergindo como entrave à ordem. A loucura balizada pelo signo da exclusão.

É possível analisar o conto “O alienista”, de Machado de Assis, e deslindar uma percepção normatizadora da loucura no Brasil, quando a psiquiatria está se estabelecendo como ciência. E é possível associá-la ao conto “Sorôco, sua mãe, sua filha”, de Guimarães Rosa, porque nele estão presentes elementos de continuidade da percepção que Machado narra. O hospício para onde Sorôco envia mãe e filha é a versão acabada da Casa Verde que o Brasil edificou na república.

Entretanto, o modo como os escritores supracitados tratam esse processo de exclusão da loucura e onde coincidem é que tanto em “O alienista” quanto em “Sorôco, sua mãe, sua filha” o discurso de exclusão é desqualificado. O alienista machadiano enlouquecerá, alegorizando o enlouquecimento da sua própria teoria; o canto de loucura

da mãe e filha de Sorôco, que se ouvia na estação, será entoado por toda a gente, tornando imprecisos os limites da razão que o embarque tentava reafirmar.

CAPITULO II
O BRASIL À PENA DE GALHOFA
Literatura, loucura e normatização

2.1 Um conto atemporal

Uma “alegoria da sociedade brasileira”, uma “paródia da psiquiatria nascente”, uma “crítica feroz aos ideais cientificistas do século XIX”, um “retrato das transformações de um século” são algumas das caracterizações da crítica machadiana ao conto “O alienista”, de Machado de Assis. Publicado em 1882, pode-se afirmar que o conto acolhe essas e outras tantas possíveis interpretações. Privilégio da boa literatura: suscita questionamentos, admite possibilidades e sobrevive incólume aos rigores do tempo.

No conto, o médico Simão Bacamarte “[...] filho da nobreza da terra e o maior dos médicos do Brasil, de Portugal e das Espanhas” se muda para a vila de Itaguaí, onde “[...] entregou-se de corpo e alma ao estudo da ciência” e movido por interesses científicos no “recanto psíquico” e no “exame de patologia cerebral” (ASSIS, 2002, p. 3) se torna grande autoridade e se propõe a construir ali um hospício.

Pressupomos que as desventuras de Bacamarte nos fornecem pistas acerca de uma temporalidade. Partimos de tais pistas para compreensão histórica de um contexto. Para tanto, nos propomos a perscrutar no conto os elementos que nos permitam evidenciar, por meio da literatura, a percepção que se tinha do louco no século XIX, período em que Machado escreve. Esse perfil extraído da literatura machadiana servirá de aporte para evidenciar as relações entre o poder vir a ser do texto literário com o discurso que se produziu sobre o louco e sobre a loucura em Montes Claros, entre os anos de 1950 a 1980. Isso corrobora a hipótese segundo a qual a percepção da loucura no sertão, sendo semelhante àquela da república, revela um descompasso do sertão em relação a um projeto de desenvolvimento que o país almejava.

Na crítica do conto “O Alienista”, observa-se o protagonismo das análises que focam a perspectiva da alegorização da realidade dos oitocentos, através da temática da loucura e do cientificismo. O que se pretende aqui é demonstrar através de tais análises como Machado de Assis nos legou um trabalho através do qual são extrapoladas as possibilidades de análise da época em que viveu e se presta à crítica de um contexto histórico diverso, como o é a estruturação da assistência psiquiátrica no sertão norte mineiro.

Sobre o questionamento de se utilizar um conto cuja história se passa no século XVIII, pode-se afirmar que, embora certos elementos históricos sugiram os setecentos

como data, o narrador cita a monomania formulada por Jean-Etienne Esquirol no século XIX; isso demonstra que o escritor “brincou” com as temporalidades (talvez num esforço de não afrontar a ciência da época) quando o conto alegoriza, de fato, a época em que viveu.

Para acessarmos no texto os vestígios que nos permitem analisar a contextura do tratamento dado à loucura no norte de Minas Gerais utilizaremos do texto machadiano, que repousa sob o humor da saga de Bacamarte, aquilo que a ironia e a sátira revelam. Para compreensão do processo de desvelamento desse “texto segundo”, revelado pela sátira, é necessário compreender o conceito de palimpsesto. Segundo Luiz Costa Lima, no conto de Machado de Assis, estaria explícita a característica machadiana de criação de palimpsestos, um texto sob uma superfície mais óbvia. Costa Lima considera que há

em Machado uma verdadeira política do texto consistente em compor um texto aparente, “segundo”, capaz de interessar a seus leitores “cultos” pelo sóbrio casticismo da linguagem, seus polidos torneios, suas personagens de pequenos vícios e inofensiva aparência. Sob esses traços eram deixadas marcas de um texto “primeiro” que a impressão tipográfica antes velava que apagava (LIMA, 1991, p. 253).

A trajetória de Simão Bacamarte é permeada de acontecimentos tão absurdos quanto cômicos, que a um leitor desatento pode revelar tão somente a comicidade. Entretanto, sob o humor do texto, estaria a reflexão do escritor acerca da loucura. “Sua reação contra as concepções vigentes sobre a doença mental o levava a questionar a objetividade e a autonomia da ciência” (LIMA, 1991, p. 253-265).

O burlesco vai compondo a narrativa através da sátira. A escolha desse gênero literário revela certo posicionamento do escritor, pois o texto é um produto cultural que, conforme nos informa Roger Chartier, não é produzido ao acaso, guardando uma intencionalidade que é por si só bastante elucidativa (Cf. CHARTIER, 1990, p. 63). É essa intencionalidade que nos dá pistas sobre como o mundo é representado no conto em questão. A despeito das dificuldades de definição única no âmbito da crítica literária, Paulo Astor Soethe, citando Jürgen Brummack, define a sátira como “[...] representação estética e crítica daquilo que se considera errado (contrário à norma vigente), [que] implicaria, na obra, a intenção de atingir determinados objetivos sociais” (SOETHE, 2003, p. 157).

As transformações intensas do Brasil oitocentista, onde se batia a necessidade do novo com o ranço do velho, ofereciam largas possibilidades de abordagem, todavia “[...] a representação literária desses sentidos mais cruciais da história exigia uma narrativa mais sinuosa, cheia de mediações e nuances” (CHALHOUB, 2003, p. 93). De acordo com Chalhoub, utilizando esse expediente, Machado de Assis teria conseguido dizer “[...] as verdades que bem quis sobre a sociedade brasileira do século XIX” (CHALHOUB, 2003, p. 93). Não por acaso, satíricas e irônicas verdades.

O conto “O alienista”, de acordo com Ivan Teixeira, estaria inserido no sistema chamado de

Sátira menipéia, gênero que coloca a fantasia a serviço da criação de situações extravagantes, a partir das quais se instaura em termos bizarros, a fusão de elementos pertencentes a gêneros distintos da história literária em que o sério se mistura com o cômico, o elevado com o baixo, o regular com o irregular, o novo com o velho e assim por diante. A *menipéia* promove freqüentes exageros [...] cujo dispositivo técnico mais importante será a paródia ou imitação burlesca de estruturas consagradas da cultura (TEIXEIRA, 2008, p. 110).

Para Teixeira, seria esse o texto mais político de Machado; sua verve crítica extrapola a questão da loucura e se foca em um conjunto de questões centrais, tais como a igreja, a ciência, a câmara de vereadores e o povo. Dessa forma, no conto estariam contidas críticas aos ideais de progresso bem como ao ideal de modernização da cidade pela intervenção da medicina (Cf. TEIXEIRA, 2008, p. 110). Na perspectiva de Antonio Candido, o Machado enigmático e bifronte, olhando para o passado e para o futuro, esconde um mundo estranho e original sob a neutralidade aparente das suas histórias, “[...] histórias estas recobertas com uma cutícula de respeito e de boas maneiras para poder, debaixo dela, experimentar, descobrir o mundo da alma, rir da sociedade [...]” (CANDIDO, 1995, p. 20-21); guarda em sua obra pistas acerca de uma época, pois abundam na obra de grandes escritores a vastidão de significados que permite a cada grupo em cada época encontrar as suas obsessões e as suas necessidades de expressão (Cf. CANDIDO, 1995, p. 21).

2.2 O discurso científico do século XIX

Compreender como no texto de “O alienista” elementos sociais são satirizados, objetivando a crítica à dada sociedade, exige que se delimite o lugar de fala de Machado de Assis. Este fala do contexto do surgimento do alienismo no Brasil. Como marco do despontar dessa ciência psiquiátrica é inaugurado o hospício Pedro II no Rio de Janeiro em 1852, representando, de acordo com Magali Engel, uma tentativa de congregar progresso científico a princípios humanistas da caridade como símbolo de modernização (Cf. ENGEL, 2001, p. 328). Não por casualidade, o hospício tem sua idealização no contexto da chegada da família real ao país.¹

Proclamada a república, é determinada a separação do hospício da Santa Casa, que passou a chamar-se Hospício Nacional de Alienados (HNA). Certamente, também não por acaso a legitimação e institucionalização da psiquiatria se processam com o advento da república, quando tem lugar a necessidade de instaurar a ordem social para o alcance do almejado progresso, postulado positivista que norteia o processo de conferência de uma legitimidade republicana.

Enquanto o Pedro II internou durante quase cinquenta anos 6.040 pessoas, o HNA recolheu de janeiro 1890 a novembro de 1894, 3.201 internos. Dado esclarecedor para a aferição do “poder de fogo” do regime republicano no que tange à utilização do hospício como meio de contenção dos indesejáveis (Cf. ENGEL, 2001, p. 330).

Se na Europa as vozes de Philippe Pinel² e William Tuke³ se alçam no contexto inaugural da psiquiatria no Brasil, nossos teóricos têm voz no seio da medicina social, que se propõe a intervir em todas as instâncias do espaço urbano atuando sobre a higiene da população e da cidade. Conforme nos informa Engel,

o advento da república anunciaria o início de um tempo marcado pelo redimensionamento das práticas de controle social, cuja rigidez e abrangência eram produzidas pelo reconhecimento e pela legitimidade dos

¹A vinda da família real para o Brasil desencadeia um processo de higienização do espaço urbano e ordenamento social no Rio de Janeiro.

²De acordo com os dados de Borges, “Philippe Pinel foi um pioneiro no tratamento dos doentes mentais. Diplomou-se em Medicina na Faculdade de Toulouse, aos 28 anos, em 1773. Trabalhou no Manicômio Bicêtre e no Hospital de Salpêtrière. Introduziu importantes melhoras no tratamento dos doentes mentais e lutou para que a psiquiatria fosse considerada uma disciplina independente da medicina geral. É considerado o pai da psiquiatria francesa” (BORGES, 2006, p. 9).

³Membro de uma associação protestante idealizou um modelo asilar em tudo semelhante a uma comunidade religiosa que remetesse o louco à esfera familiar e, tal qual a família, o enquadrasse no papel de uma criança que necessita ser educada e corrigida. (BORGES, 2006, p. 21).

novos parâmetros definidores da ordem, do progresso, da modernidade e da civilização (ENGEL, 2001, p. 331).

Nesse contexto, é relevante destacar “[...] a inclusão [...] do louco nas medidas de medicina social sejam elas simplesmente propostas ou efetivamente realizadas” (R. MACHADO, 1978, p. 376). Fato emblemático por apontar a vocação de nosso alienismo no momento mesmo do seu surgimento. Como bem nos esclarece Roberto Machado:

a ofensiva médica em relação ao louco configura-se basicamente na proposta de criação de uma instituição capaz de medicá-lo e possibilita que a questão da loucura se insira naturalmente nos objetivos de uma medicina do espaço social. Por um lado, a proposta de organização e funcionamento da cidade deve excluir o louco da livre circulação em seu interior, visto que ele representa um foco de perigo; por outro, quando analisa as instituições, a medicina constitui o espaço próprio do louco, capaz não só de dominá-lo – destruir os seus efeitos, subjugar sua ameaça – mas de atingir sua loucura e integrá-lo à vida urbana por um processo de recuperação (R. MACHADO, 1978, p. 380).

Além da circunscrição do louco ao seu espaço por excelência, a saber, o hospício⁴, também se relaciona à “medicina do espaço social” (R. MACHADO, 1978, p. 380) um conjunto de teorias raciais que associavam a loucura à mestiçagem e propunham projetos ousados de interferência eugênica. Essas teorias que guiavam o alienismo brasileiro nascente encontraram adeptos entusiasmados no meio literário. A eugenia e as noções de raça seduziram muitos escritores que se “[...] orientaram até 1930 pelas noções de *raça e natureza*” (VENTURA, 1991, p. 41). Segundo Roberto Ventura, “[...] as teorias racistas se ligaram aos interesses dos grupos letrados de se diferenciarem da massa popular, cujas formas de cultura e religião eram depreciadas como atávicas, atrasadas ou degeneradas” (VENTURA, 1991, p. 58).

Que lugar Machado de Assis ocupava nessa discussão e em que sentido isso afeta a configuração de sua obra? Consideremos a assertiva de Jobim:

[...] qualquer produção textual encontra-se sempre *a priori* um certo quadro de referência já presente, uma instância anterior a partir da qual seu próprio texto pode ser escrito e entendido. O autor pode concordar com os limites

⁴ Nesse contexto de consolidação da psiquiatria como interventora social, surge o hospício Juquery, projeto encampado pelos alienistas brasileiros como modelo de instituição idealizada à imagem e semelhança da república, para cumprir seus desígnios de ordenamento e cura.

impostos por este quadro de referências, pode inscrever-se nestes limites, escrever a partir deles ou até insurgir-se contra eles (JOBIM, 1999, p. 216).

O escritor não se insurge de forma explícita contra as referências de sua época, mas encontra artifícios de ordem estilística para fazê-lo. Ora, se ponderarmos que as teorias raciais tiveram ampla aceitação no meio social, mais notável seria a escrita de uma obra como o conto “O alienista” que, satiricamente, caminha na contramão de tais ideias. O percurso para situar o conto em oposição às teorias que norteiam o surgimento da psiquiatria brasileira, passa pelo esquadrinhamento da percepção que Machado de Assis teria do processo de estruturação da psiquiatria e consequente surgimento dos hospícios. Uma via para esquadrinhar essa percepção é a leitura de suas crônicas, em diálogo com o conto “O alienista” e o contexto de institucionalização da loucura no Brasil.

2.3 Um atento “historiador de quinzena”: as crônicas de Machado de Assis

Para além do que repousa nos palimpsestos machadianos dos contos e romances, as crônicas do escritor publicadas nos jornais demonstram sua perspectiva acerca daquele século de tantas mudanças. As crônicas não refletem a opinião inequívoca de Machado, certamente; entretanto, não se pode dizer que suas ideias sobre o surgimento do alienismo não estivessem ali sinalizadas. Identificar essas ideias é fundamental para o estabelecimento de uma conexão entre a forma de perceber o louco no conto “O alienista” e aquela que Machado deixa entrever nas crônicas. O tom é de ceticismo e galhofa, colocando sempre em xeque a verdade da ciência.

A natureza da crônica literária é imprecisa. Seria história, pois que composta das opiniões pessoais de quem as escreve? Ficcional, pela liberdade de se escrever o que se quer? Acerca dessa imprecisão de gênero Costa Lima pondera:

A crônica, esse comentário geralmente leve e lírico do cotidiano, tão presente no Brasil, tampouco pertence ao campo do ficcional. Ao contrário, a atenção a certas crônicas de Machado mostraria que sua montagem de documentos e reflexões as separa tanto da ficção quanto da análise historiográfica (LIMA, 2006, p. 382).

O próprio Machado sinaliza bem a seu estilo uma posição sobre o ofício de cronista:

Mais dia menos dia, demito-me deste lugar. Um historiador de quinzena, que passa os dias no fundo de um gabinete escuro e solitário, que não vai às touradas, às câmaras, à Rua do Ouvidor, um historiador assim é um puro contador de histórias.

E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário de um historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias. Por que essa diferença? Simples, leitor, nada mais simples. O historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar o que se passou é só fantasiar (ASSIS, 1994, p. 45).

No trecho o escritor tanto desqualifica seu discurso como passível de pontuação do verídico quanto questiona, bem ao gosto da ironia machadiana, o ofício de historiador. Entretanto, esse Machado contador de histórias nos legou todo um horizonte de representações sobre as transformações dos oitocentos. Margarida Neves esclarece que

no caso específico das crônicas cariocas produzidas na passagem do século XIX ao século XX, é possível que as considere “documentos” na medida em que se constituem como um discurso polifacético que expressa, de forma certamente contraditória, um “tempo social” vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações. “Documentos”, portanto, porque se apresentam como um dos elementos que tecem a novidade desse tempo vivido. “Documentos”, nesse sentido, porque imagens de nova ordem. “Documentos”, finalmente, porque “monumentos” de um tempo social que conferirá ao tempo cronológico da passagem do século no Rio de Janeiro uma conotação de novidade, de transformação, que cada vez mais tenderá a se identificar com a noção de “progresso” (NEVES, 1992 *apud* SCHNEIDER, 2004, p. 72).

Acerca desse caráter documental, Alfredo Bosi aponta um caminho de análise que preconiza a exigência de “crítica textual e histórica” para documentos que, sendo “crônicas literárias de um grande escritor requerem sondagens que identifiquem o seu ponto de vista, o hùmus do seu pensamento, os seus valores e antivalores, o seu *pathos*, o seu estilo de narrar, os seus procedimentos retóricos”. (BOSI, 198-?, p. 36).

Percebe-se uma consonância entre a perspectiva de Bosi e uma das tendências da crítica biográfica enumerada por Maria Eneida de Souza, que valoriza “[...] a

reconstituição de ambientes literários e da vida intelectual do escritor, sua linhagem e a sua inserção na poética e no pensamento cultural de sua época” (SOUZA, 2000, p. 45).

No conto aqui analisado, o narrador atribui aos cronistas as informações que possibilitam recontar a história. Nas crônicas de Machado, sua percepção da ciência se insinua em questionamentos acerca das ciências médicas, pois, considerando que a medicina foi entre nós o veículo da modernização, sua crítica se estende a suas inovações (Cf. MURICY, 1988, p. 14). No tom, a troça:

A etimologia de medicina é, como acontece com outras palavras, uma lenda. Conta-se que, no tempo do rei Numa o corpo médico era composto unicamente de coveiros, regidos por um coveiro-mor chamado Cina. (...) adoecia um romano (eterno romano!), iam os coveiros à casa do doente medir-lhe o corpo para abrir a sepultura.

— Mediste, Caio? — perguntava o coveiro mor

— Medi, Cina— respondia o coveiro oficial. (ASSIS, 1994, p. 17).

A chacota se configura de modo menos velado porque a crônica não tem pretensões de durabilidade, e sendo assim “[...] o cronista age de forma mais ‘solta’ e ‘leviana’, examinando os acontecimentos pelo ângulo subjetivo da interpretação” (SCHNEIDER, 2004, p. 74). “A crônica machadiana [...] é uma lente requintada e crítica que possibilita a inteligibilidade das transformações do espaço social, intelectual e político da capital brasileira na segunda metade do século XIX” (SCHNEIDER, 2004, p. 78).

O tema da loucura se fez presente em discussões sobre a construção do hospício Pedro II, por exemplo. Em crônica do dia 02 de dezembro de 1894, o escritor marca sua posição acerca de um questionamento em voga no período: “[...] o Hospício Nacional de Alienados deve ficar com o Estado ou tornar à Santa Casa de Misericórdia” (ASSIS, 1994, p. 219). Em busca de resposta, consulta um doido, que lhe declara chamar-se “Duque do Cáucaso e da Cracóvia, Conde Estelário, filho de Prometeu, etc.” (ASSIS, 1994, p. 15) de quem obtém a resposta:

— Se é verdade que o Hospício foi levantado com o dinheiro de loterias e de títulos mobiliários, que o José Clemente chamava impostos sobre a vaidade, é evidente que o Hospício deve ser entregue aos doidos, e eles que o administrem. O grande Erasmo (ó Deus!) escreveu que andar atrás da fortuna e de distinções é uma espécie de loucura mansa; logo, a instituição, fundada por doidos, deve ir aos doidos, — ao menos, por experiência. É o que me parece! é o que parece ao grande príncipe Estelário, bispo, *episcopus, papam...* seu a seu dono. (ASSIS, 2004, p. 219).

A ciência é desqualificada pela ideia de entregar o comando do hospício aos loucos, o que lembra a autoridade científica aprisionada num hospício, destino final de Simão Bacamarte. As semelhanças entre o discurso das crônicas e o contexto do conto são relevantes. Exemplar nesse aspecto é a origem comum dos recursos necessários para construção do Pedro II e da Casa Verde. Na resposta do louco que figura na crônica, a informação de que “Hospício foi levantado com o dinheiro de loterias e de títulos mobiliários, que o José Clemente chamava impostos sobre a vaidade”, se assemelha à do conto; a Casa Verde também foi erguida com recursos oriundos de impostos: “os impostos são arrecadados para subsidiar o tratamento, o alojamento mantimento dos doidos pobres” do supérfluo que Bacamarte sugeriu ao poder público itaguaiense:

Dali foi à Câmara, onde os vereadores debatiam a proposta, e defendeu-a com tanta eloquência, que a maioria resolveu autorizá-lo ao que pedira, votando ao mesmo tempo um imposto destinado a subsidiar o tratamento, alojamento e mantimento dos doidos pobres. **A matéria do imposto não foi fácil achá-la; tudo estava tributado em Itaguaí. Depois de longos estudos, assentou-se em permitir o uso de dois penachos nos cavalos dos enterros.** Quem quisesse emplumar os cavalos de um coche mortuário pagaria dois tostões à Câmara, repetindo-se tantas vezes esta quantia quantas fossem as horas decorridas entre a do falecimento e a da última bênção na sepultura (ASSIS, 2002, p. 5, grifo nosso).

Em crônica de novembro de 1885, Machado sugere que se acabe com a escravidão trocando títulos de nobreza por alforrias e a despeito de o gesto ser menos heróico, mas não “menos cristão que devê-lo à tomada de Jerusalém”, completa:

Também José Clemente levantou o Hospício de Pedro II, por igual método; lucraram os infelizes, doidos, e lucraram todos nós, que podemos jantar à mesma mesa sem deitar os pratos à cara um dos outros; a presunção é que temos juízo; digo a presunção legal... (ASSIS, 1994, p. 59).

Os questionamentos acerca da capacidade de aferição da sanidade como o implícito em “a presunção é que temos juízo; digo a presunção legal...” permeiam o trabalho de cronista e também constitui um dos eixos temáticos do conto “O alienista”. A possibilidade de a loucura estar em toda parte, subliminar, como ameaça velada à ordem, diz respeito a um referencial teórico da psiquiatria, que embasou sua intervenção no meio social.

2.4 “O juízo como probabilidade”: monomania, degeneração e intervenção social na República

Os questionamentos que figuram nas crônicas machadianas podem ser melhor compreendidos se confrontados com o referencial teórico desta psiquiatria que intervém no meio social do qual o escritor fazia parte. O resultado desse exercício de confronto faz emergir uma possível percepção do escritor sobre a loucura, que revela seus contornos no conto “O alienista”, através da ironia com que as teorias são abordadas.

Ironicamente, Machado constrói o referencial teórico do alienista do conto extrapolando os limites de verossimilhança, para ressaltar aquilo que na ciência do século XIX merecia mais descrédito: sua pretensão de infalibilidade. Nesse sentido, o discurso de Simão Bacamarte é construído com elementos oriundos do discurso científico da psiquiatria que vão sendo gradativamente desqualificados pela força da narrativa.

Ao assumir a Casa Verde, Bacamarte se ocupou de algo essencial à ciência psiquiátrica: “procedeu a uma vasta classificação dos seus enfermos. Dividiu-os primeiramente em duas classes principais: os furiosos e os mansos; daí passou às subclasses, monomanias, delírios, alucinações diversas” (ASSIS, 2002, p. 9). É como procederia um alienista do século XIX, século que demarca o momento em que a loucura recebe definição médica como alienação mental, sendo assim integrada ao campo da medicina, de uma medicina especial que é a psiquiatria. Mas a ciência nasce com o problema de

integrar a loucura ao mesmo esquema de racionalidade do pensamento médico e a necessidade de reconhecer sua originalidade com relação às outras doenças, na medida em que suas características não se prestam facilmente a esta assimilação ao mundo do patológico [...] além da dificuldade de relacionar o mundo do psíquico com o mundo médico do organismo, guardando sua originalidade como doença mental ao mesmo tempo em que se afirma como disciplina médica, a psiquiatria, no momento de sua constituição enfrenta uma dificuldade interna à problemática da loucura. Trata-se da relação entre loucura e razão ou inteligência e o mundo da vontade. Será a definição de alienação mental situada ao nível da inteligência ou mais fundamentalmente diz ela respeito aos fenômenos ligados à vontade? (R. MACHADO, 1978, p. 385).

O questionamento é fundamental para a compreensão dos rumos seguidos pelo alienismo. Se a loucura situa-se no nível da inteligência como delírio, erro, alucinação, inscreve-se no território do psiquiátrico, se situada no nível da vontade ou mais precisamente da perversão da vontade e do comportamento desviado, então estaria fora da jurisdição que a delimitou. Questão que, para Roberto Machado, se coloca

mais precisamente em relação à existência do delírio: se a loucura é delírio, ela será referida sobretudo à inteligência, o que privilegia a questão intelectual do erro e da verdade; se há loucura sem delírio, é possível mostrar como a psiquiatria se interessa por algo mais fundamental que o delírio, algo que não se situa mais ao nível da inteligência, mas é da ordem do comportamento desviante, das paixões desregradadas, da vontade pervertida (R. MACHADO, 1978, p. 386).

Em torno de tais questionamentos localiza-se a teoria de Jean-Étienne Dominique Esquirol. O teórico elabora e traz à tona uma diversidade de fenômenos psíquicos, englobados no termo alienação mental, através da noção das monomanias. Essas constituem um delírio “parcial”, com “predomínio” de uma paixão. Sendo parcial, o delírio existe no interior da inteligência sem aniquilar a inteligência; com o predomínio da paixão temos uma análise no nível da vontade. Ora, se a inteligência não está aniquilada, então a monomania existe no indivíduo aparentemente são; a perversão da vontade através da paixão constitui um fenômeno moral. Simão Bacamarte possuía preocupações referentes a esse princípio. Como

homem de ciência, e só de ciência, nada o consternava fora da ciência; e se alguma coisa o preocupava naquela ocasião, se ele deixava correr pela multidão um olhar inquieto e policial, não era outra coisa mais do que a idéia de que algum demente podia achar-se ali misturado com a gente de juízo (ASSIS, 2002, p. 11).

Reside aí a importância do conceito de monomania: no deslocamento da inteligência para aferição da loucura, para a paixão/vontade. Logo, sua característica essencial não é ser mais erro, ilusão, mas perversão da vontade, que é um fenômeno moral (Cf. R. MACHADO, 1978, p. 388). Sendo moral, o indivíduo monomaniaco podia estar “misturado com a gente de juízo” (ASSIS, 2002, p. 11.)

Embora afirmando que mesmo parcial, há delírio, o próprio Esquirol entende que o delírio é secundário, subordinado à vontade; e vai mais longe elaborando uma lista

classificatória de monomanias que se deslocam da monomania intelectual já citada, em um delírio parcial que lesiona a inteligência sem, contudo, aniquilá-la, até a monomania instintiva, em que o delírio encontra-se ausente; não há lesão nem da inteligência nem da afetividade, tudo o que é lesionado é a vontade. O indivíduo é movido por um instinto incontrolável de fazer o mal mesmo em desacordo com sua inteligência. Há ainda um terceiro tipo, chamado de monomania raciocinante ou afetiva. Nesse caso, embora a inteligência não seja lesada, a desordem reside no comportamento, na moral e diz respeito à conduta do indivíduo, que experimenta a desordem da afetividade, dos hábitos, do caráter e das ações (Cf. R. MACHADO, 1978, p. 390-391).

O alienista machadiano teria a aprovação de Esquirol. Simão promoveu ampla classificação de moléstias que iam do delírio à “vontade pervertida”. Promoveu um enquadramento de cada comportamento, que considerou anormal, em uma categoria patológica. Após árdua observação, concluiu e não tardou a comunicar a seu amigo boticário uma experiência que iria “mudar a face da terra”: “[...] a loucura, objeto dos meus estudos era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente.” O princípio de ampliar o território da loucura se baseava na conclusão de que “[...] a insânia abrangia uma vasta superfície de cérebros” (ASSIS, 2002, p. 13), conforme afirma Bacarmarte:

Suponho o espírito humano uma vasta concha, o meu fim, Sr. Soares, é ver se posso extrair a pérola, que é a razão; por outros termos, demarquemos definitivamente os limites da razão e da loucura. A razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades; fora daí insânia, insânia e só insânia (ASSIS, 2002, p. 14).

Tal ampliação se deu com a psiquiatria dos oitocentos. Inscrita no território do que é moral, a loucura “[...] deixa de ser percebida como uma consciência rompida pelo delírio [...]” e vai gradativamente “[...] perdendo os sinais que a tornavam publicamente reconhecível [...]” (CARRARA, 1998, p. 76). Essa “loucura moral”, como a chamou Esquirol, denota certo perigo, pois, se escondida, podia estar em toda a parte, em todo o indivíduo, como um perigo anônimo à espreita, requerendo que se delimitasse muito bem o que é “o normal” para reconhecê-la.

Bacarmarte teria desconfiado disso. A Casa Verde passou a abrigar pessoas insuspeitas de loucura pelo meio social e a partir daí não tardou a instalar-se o terror em Itaguaí. Todos corriam riscos. A situação evoluiu até o momento em que “um homem

não podia dar nascença ou curso a mais simples mentira do mundo, ainda daquelas que aproveitam ao inventor ou divulgador, que não fosse logo metido na Casa Verde. **Tudo era loucura**” (ASSIS, 2002, p. 30, grifo nosso).

O absurdo das teorias presentes no conto dão indicativos de que, sob o humor reflexivo do escritor, há uma postura cética em relação ao referencial teórico que guiava os psiquiatras de seu tempo. Depois de encerrar quatro quintos da população, Simão Bacamarte resolve soltar todos os doidos e envia à câmara ofício expondo que

esta deslocação de população levava-o a examinar os fundamentos da sua teoria das moléstias cerebrais, teoria que excluía da razão todos os casos em que o equilíbrio das faculdades não fosse perfeito e absoluto; que, desse exame e do fato estatístico, resultara para ele a convicção de que a verdadeira doutrina não era aquela, mas a oposta, e, portanto, que se devia admitir como normal e exemplar o desequilíbrio das faculdades e como hipóteses patológicas todos os casos em que aquele equilíbrio fosse ininterrupto; 4^a que à vista disso declarava à Câmara que ia dar liberdade aos reclusos da Casa Verde e agasalhar nela as pessoas que se achassem nas condições agora expostas; 5^o que, tratando de descobrir a verdade científica, não se pouparia a esforços de toda a natureza, esperando da Câmara igual dedicação [...] (ASSIS, 2002, p. 38).

O alienista conclui que estando a maior parte da população encerrada na Casa Verde, se deveria admitir “[...] como normal e exemplar o desequilíbrio das faculdades e como hipóteses patológicas todos os casos em que aquele equilíbrio fosse ininterrupto” (ASSIS, 2002, p. 39); logo, os loucos seriam os que outrora se mostravam sãos, visto serem a maioria. Pela nova teoria, os portadores de “[...] um conjunto de qualidades morais ementais” (ASSIS, 2002, p. 42) eram agora os desequilibrados. O alienista os encerrou na Casa Verde, onde “cada beleza moral ou mental era atacada no ponto em que a perfeição parecia mais sólida” (ASSIS, 2002, p. 46).

A conclusão estapafúrdia também encontra respaldo no referencial da época, pois o conceito de monomania legitima um projeto de intervenção, conforme nos informa Roberto Machado, segundo o qual “[...] para medir o que é ou não razoável em uma conduta é preciso compará-la consigo mesma e com outros comportamentos comumente aceitos em dada sociedade e em dado momento de sua evolução histórica” (R. MACHADO, 1978, p. 392). É a psiquiatria conferindo a si própria o poder de regular condutas. Paradoxal para uma ciência médica cuja jurisdição seria a do patológico.

Os questionamentos acerca dos efeitos da aplicação da teoria de Esquirol são percebidos no discurso do Machado cronista. No dia 15 de setembro de 1895 o escritor descreve o seguinte episódio:

Um dia destes, indo a passar pela guarda policial da rua Sete de setembro, fronteira à antiga capela imperial, dei com algumas pessoas paradas e um carro de polícia. De dentro da casa um preto, em camisa, pernas nuas, trazido por duas praças. Abriam a portinhola do carro e o preto entrou sem resistência, sentou-se e olhou placidamente para fora. Uma das praças recebeu o ofício de comunicação, e o carro partiu.
 — Que crime cometeu este preto? Perguntei a um oficial.
 — É um alienado. (ASSIS, 1994, p. 284).

Teoricamente incomodado com o fato que presencia, põe-se a divagar acerca da percepção do alienado diante do ocorrido e observa que este

não se opusera à entrada no carro, nem tentou sair, não falou, não resmungou. Os olhos que deitou para fora eram, como acima disse, plácidos. Suponhamos que ele acreditava ser o grão-duque da Toscana. Tanto melhor se já não há os ducados; era a maior prova da força imaginativa do homem. Assim, em vez de ser levado em carro de polícia, ia metido no esplêndido coche ducal, tirado por duas parelhas de cavalos negros. (ASSIS, 1994, p. 284).

As divagações acerca da percepção que teria o alienado de si mesmo prosseguem com requintes cada vez maiores de fantasia, até o ponto em que afirma:

Quando acabei essas e outras imaginações, perguntei a mim mesmo se o alienado da rua Sete de setembro era tão infeliz como supusera. Que é para ele uma esteira, um cubículo e um guarda? Coxins, um palácio e moças bonitas. Talvez o que presumes serem moças, palácio e coxins não passe de um guarda, uma esteira e um cubículo. (ASSIS, 1994, p. 284).

Machado então lança mais uma vez dúvidas acerca dos princípios de sanidade da população, sugerindo ao leitor que sua percepção (do leitor) da realidade também podia estar equivocada: “[...] talvez o que presumes serem moças, palácio e coxins não passe de um guarda, uma esteira e um cubículo” (ASSIS, 1994, p. 284).

Há ainda a possibilidade de referência a um personagem notório desse período de escrita do escritor carioca: trata-se de Cândido da Fonseca Galvão, herói da guerra do Paraguai, amplamente conhecido da população como “Príncipe obá II da África”

(CUNHA, 1989, p. 8). De acordo com a descrição do cronista Mello Moraes Filho, o Príncipe Obá era “[...] uma montanha preta, um crioulo robusto [que] considerava as ruas como vastos salões do seu palácio” (CUNHA, 1989, p. 8). Era inclusive recebido por Dom Pedro II. Uma vez que a república foi proclamada, perdeu seu espaço, a patente de alferes e o direito a suas “encenações vesânicas” (Cf. CUNHA, 1989, p. 8).

Em que sentido se pode presumir que tais assertivas constituem uma crítica ao poder da psiquiatria? Ora, a resposta estaria na compreensão dos fundamentos que possibilitavam à ciência psiquiátrica afirmar seu discurso. Se há um questionamento acerca do referencial teórico de atuação da medicina, por parte de Machado de Assis, a saber, a sua eficácia na aferição da sanidade mental da população, o ataque se volta contra todas as bases desta ciência exatamente naquilo que lhe atribui o poder: seu saber.

Para compreendermos a questão, faz-se necessário retomarmos o ponto já mencionado por Roberto Machado, do quão paradoxal é a ciência psiquiátrica, que reside no fato de que a psiquiatria se firma como ciência estabelecendo um discurso acerca da loucura como doença: “[...] você será doença para um saber que me autorizará então a funcionar como poder médico” (R. MACHADO, 1978, p. 393). “Ela só pôde estabelecer sua relação de poder sobre os loucos instituindo uma relação de objeto de medicina com doença” (FOUCAULT, 2002, p. 393). Contudo, essa psiquiatria que transcende o delírio e que se firma como ciência, simplesmente passa por cima da doença que lhe confere o poder e o aplica “[...] em algo que, em seu próprio discurso não tem mais estatuto de doença, mas de anomalia” (R. MACHADO, 1978, p. 394). Despatologizando o objeto, ela aumenta suas possibilidades de intervenção, amplia seus poderes e se firma como “instância de controle geral das condutas” (Cf. FOUCAULT, 2002, p. 392). O que ela assume, portanto, é o comportamento, “[...] seus desvios, suas anomalias; ela toma sua referência num desenvolvimento normativo” (FOUCAULT, 2002, p. 393).

A amplificação do raio de atuação da psiquiatria ganha mais um tijolo no edifício teórico da nascente ciência com a formulação da teoria da degeneração de Benedict Morel.⁵ Ele propôs uma associação entre a alteração do biotipo do *homo sapiens* com a patologia mental. Em sua concepção antropopatológica, a degeneração recebeu a designação de “[...] desvios doentios do tipo normal da humanidade, hereditariamente

⁵ Bénédict Augustin Morel. Psiquiatra franco-austríaco, que desenvolveu o conceito de degeneração.

transmissíveis, com evolução progressiva no sentido da decadência” (CARRARA, 1998, p. 82). A teoria de Morel repousava sobre dois postulados, conforme nos descreve Sérgio Carrara:

O primeiro deles dizia respeito à unicidade do ser humano enquanto entidade a um só tempo física e moral (...) o segundo postulado dizia respeito à crença na hereditariedade mórbida, particularmente na ‘hereditariedade dessemelhante’ ou ‘heteromorfa’. Tal concepção de hereditariedade tornava possível pensar que uma característica mórbida dos ascendentes pudesse engendrar nos descendentes características mórbidas diferentes. Além disso, dada a visão monista o homem enquanto totalidade físico-moral, assentava-se a crença na hereditariedade enquanto transmissora tanto de caracteres físicos quanto morais – temperamento, caráter, aptidões, etc. (CARRARA, 1998, p. 83).

Dito de outro modo, a degeneração criava a categoria de loucos hereditários admitindo a união dos dois postulados acima na transmissão de caracteres referentes ao sistema nervoso, até mesmo diversos dos maus caracteres dos antepassados. Um pai bêbado podia perfeitamente gerar um filho homicida. Morel afirma que “[...] a hereditariedade mórbida produzia algo além de simples predispostos. Para ele, o que a hereditariedade engendrava eram tipos antropológicos desviantes, cujos sistemas vitais encontravam-se constitucionalmente mal conformados e funcionalmente alterados” (CARRARA, 1998, p. 84).

A base organicista da teoria da degeneração aproximava a psiquiatria da medicina geral, enquanto a ideia de indivíduos fronteiriços “a caminho da loucura” ampliava o poder de intervenção social, pois o não saber quem exatamente representava o perigo aumentava a possibilidade de se estar na mira. De acordo com Maria Clementina Pereira Cunha, com o advento da teoria da degeneração,

a loucura passa a ser perseguida naquilo que seria a sua própria origem, identificando-se os degenerados por critérios morais e por sinais físicos que desobrigavam o alienista de uma leitura de seus sintomas a partir do ponto de vista restrito dos usos da razão. Retirava-se da loucura a sua visibilidade imediata aos olhos dos leigos, suprimia-se ao louco o valor de sua própria fala, impondo-lhe o silêncio definitivo dos ‘pacientes’. (CUNHA, 1989, p. 30).

Foucault bem situa a degeneração em relação à medicalização de condutas anormais, pois que irregulares, e o aparato teórico nos fins do século XIX.

Claustrofobia, masoquismo e a noção fundamental de “estado” formulada por Falret⁶, designa um “fundo causal permanente, a partir do qual podem se desenvolver certo número de processos” patológicos. Esse fundo carecerá de uma justificativa de sua produção, qual seja, a hereditariedade (Cf. FOUCAULT, 2002, p. 399). “Bastará encontrar em qualquer ponto da rede da hereditariedade um elemento desviante para poder explicar, a partir daí, a emergência de um estado no indivíduo descendente” (FOUCAULT, 2002, p. 400). A teoria da

degeneração é formulada em 1857 por Morel, isto é, na época mesma em que Falret estava liquidando a monomania e construindo a noção de estado. [...] A degeneração é a peça teórica maior da medicalização do anormal. O degenerado, digamos, numa palavra, que é o anormal mitologicamente – ou, se preferirem, cientificamente medicalizado (FOUCAULT, 2002, p. 401).

Simão Bacamarte também estaria a par dessa teoria. Quando liberta os alienados da Casa Verde, para recolher no lugar deles os cérebros “concertados” de Itaguaí, o narrador pondera: “compreende-se que, pela teoria nova, não bastava um fato ou um dito para recolher alguém à Casa Verde; era preciso um longo exame, um vasto inquérito do passado e do presente” (ASSIS, 2002, p. 41).

A abrangência do conceito de degeneração certamente contemplou bem um grupo social específico. Os pobres, mais suscetíveis à degeneração, o operariado, e todos aqueles cuja conduta revelava-se inadequada aos padrões da época.

Não obstante às dificuldades de elaboração teórica, em cada avanço e ruptura dos pressupostos psiquiátricos ampliavam-se as possibilidades de intervenção social da medicina. A psiquiatria delegava a si própria “[...] o poder exclusivo de identificar, nomear, e curar o conjunto crescente de episódios englobados pelo termo loucura. Conceito escorregadio, de limites imprecisos e de natureza indefinível” (CUNHA, 1986, p. 11).

Simão Bacamarte o fez. Identificou, nomeou e curou os episódios de insanidade da vila de Itaguaí. Quando a resistência chegou, na forma da Revolta dos Canjicas, o alienista ciente do poder conferido por seu saber, afirmou diante da multidão ensandecida:

⁶ J. P. Falret foi mestre de Morel.

Meus senhores, a ciência é coisa séria, e merece ser tratada com seriedade. Não dou razão dos meus atos de alienista a ninguém, salvo aos mestres e a Deus. Se quereis emendar a administração da Casa Verde, estou pronto a ouvir-vos; mas, se exigis que me negue a mim mesmo, não ganhareis nada. Poderia convidar alguns de vós em comissão dos outros a vir ver comigo os loucos reclusos; mas não o faço, porque seria dar-vos razão do meu sistema, o que não farei a leigos nem a rebeldes (ASSIS, 2002, p. 27).

A revolta saiu vitoriosa, mas eis que “deu-se o inesperado” e o barbeiro Porfírio, líder do motim, propõe aliança ao alienista, justificando:

a generosa revolução que ontem derrubou uma Câmara vilipendiada e corrupta pediu em altos brados o arrasamento da Casa Verde; mas pode entrar no ânimo do governo eliminar a loucura? Não. E se o governo não a pode eliminar, está ao menos apto para discriminá-la, reconhecê-la? Também não; é matéria de ciência. Logo, em assunto tão melindroso, o governo não pode, não quer dispensar o concurso de Vossa Senhoria. O que lhe pede é que de certa maneira demos alguma satisfação ao povo. Unamos, e o povo saberá obedecer (ASSIS, 2002, p. 33).

Amparado pela ciência e só por ela podendo ser contestado, Simão Bacamarte constitui uma epítome do poder de intervenção social da psiquiatria, através das alianças que trava com o governo e com a igreja. A afirmação de Friedrich Frosch acerca do conto vai ao encontro de tais considerações aqui propostas. Segundo Frosch,

julgando pela problemática tratada nele, o texto machadiano pode ser situado numa época em que a distribuição das competências logística, política e religiosa estava sendo disputada entre as várias instâncias do poder. Reflete o debate sobre a instituição psiquiátrica e sua fundamentação jurídica na França (FROSCH, 2006, p. 290).

As alianças entre a ciência e as instituições no enredo do conto não surpreendem diante do contexto social de sua época de escritura. Mas seu desfecho surpreende, se partirmos desse prisma. Simão Bacamarte, após libertar todos os loucos de Itaguaí, é acometido de reflexões e “[...] eis o resultado a que chegou: os cérebros bem organizados que ele acabava de curar, eram desequilibrados como os outros” (ASSIS, 2002, p. 46). E mais surpreendente:

ao cabo de longas e pacientes investigações, constantes trabalhos, luta ingente com o povo, podia afirmar esta verdade: —não havia loucos em Itaguaí. Itaguaí não possuía um só mentecapto. Mas tão depressa esta idéia

lhe refrescara a alma, outra apareceu que neutralizou o primeiro efeito; foi a idéia da dúvida. Pois quê! Itaguaí não possuiria um único cérebro concertado? (ASSIS, 2002, p. 48).

A conclusão se encaminhava e “[...] alumiu-se a fisionomia do alienista de uma suave claridade” (ASSIS, 2002, p. 47). Dessa forma,

Simão Bacamarte achou em si os característicos do perfeito equilíbrio mental e moral; pareceu-lhe que possuía a sagacidade, a paciência, a perseverança, a tolerância, a veracidade, o vigor moral, a lealdade, todas as qualidades enfim que podem formar um acabado mentecapto (ASSIS, 2002, p. 47).

Era ele, depois de comprovada arguição, o louco dali, visto ser o único de qualidades morais tão elevadas que o distinguiam dos demais. Recolheu-se à Casa Verde e dedicou os últimos dias à tentativa de curar a si mesmo. Malograda tentativa, por morrer o alienista cerca de dezessete meses depois, “[...] no mesmo estado em que entrou, sem ter podido alcançar nada” (ASSIS, 2002, p. 48).

Se o único louco na vila era o cientista, à ciência e ao seu aparato teórico caberiam muitos questionamentos. É o sentido que acreditamos que o escritor quis conferir a seu texto, que pode ser aferido em crônica onde comenta uma conspiração de fuga do Hospício de Alienados.

O tom usado no conto está presente na crônica do dia 30 de agosto de 1896, onde o escritor sugere que a conspiração seria “sintoma de algum juízo” e que os conspiradores “são menos alienados do que parecem, ou andam em comunicação com outros doidos cá de fora. Mas quem serão estes? Nem sempre é fácil distinguir, neste fim de século, um alienado de um ajuizado” e provoca os leitores aludindo: “Tu que me lês, podes ser um mentecapto, e talvez rias desta minha lembrança, tanta é a consciência que tens do teu juízo. Também pode ser que o mentecapto seja eu” (ASSIS, 1994, p. 369). O cronista prossegue, enfatizando ironicamente “a verdade científica”:

Em verdade, não há certeza nesta matéria; à vista da sagacidade de uns e do estonteamento de outros. O melhor seria uma lei que abolisse a alienação mental, revogando as disposições em contrário, e ordenando que os supostos doidos fossem restituídos à sociedade, com indenização. Sei que, em geral, preferimos violar a lei a pôr outra nova; mas, para segurança dos hóspedes da Praia Vermelha, aconselho este segundo processo. E não só daqueles, se não também para a tua e minha segurança; podemos ir um dia para lá, sem

outro recurso mais que a conspiração, que pode ser descoberta; o melhor é não ir ninguém (ASSIS, 1994, 370).

Esta percepção acerca da imprecisão dos limites da razão e da loucura pode ser observada em crônica anterior, que também versava sobre uma fuga do hospício:

ou confiança nas leis, ou confiança nos homens, era convicção minha de que se podia viver tranqüilo fora do Hospício dos Alienados. No *bond*, na sala, na rua, onde quer que se me deparasse pessoa disposta a dizer histórias extravagantes, opiniões extraordinárias, era meu costume ouvi-la quieto. Uma ou outra vez sucedia-me arregalar os olhos, involuntariamente, e o interlocutor, supondo que era admiração, arregalava também os seus, e aumentava o desconcerto do discurso. Nunca me passou pela cabeça que fosse um demente. Todas as histórias são possíveis, todas as opiniões respeitáveis. Quando o interlocutor, para melhor incutir uma idéia ou um fato, me apertava muito o braço ou me puxava com força pela gola, longe de atribuir o gesto a simples loucura transitória, acreditava que era um modo particular de orar ou expor (ASSIS, 1994, p. 346).

O escritor pondera ironicamente que diante de tais comportamentos, o máximo que lhe ocorria era a perda da paciência e isto não lhe afetava a vida, entretanto

agora, porém, que fugiram doidos do hospício e que outros tentaram fazê-lo (e sabe Deus se a esta hora já o terão conseguido), perdi aquela antiga confiança que me fazia ouvir tranqüilamente discursos e notícias. (...) Caiu por terra o forte apoio. Uma vez que se foge do hospício dos alienados (e não acuso por isso a administração) onde **acharei método** para distinguir um louco de um homem de juízo? De ora avante, quando alguém vier dizer-me as coisas mais simples do mundo, ainda que me não arranque os botões, fico incerto se é pessoa que se governa, ou se apenas está num daqueles intervalos lúcidos, que permitem ligar as pontas da demência às da razão. Não posso deixar de desconfiar de todos (ASSIS, 1994, p. 346, grifo nosso).

Ora, se o método fornecido pela ciência é questionável, o escritor apontará a grande consequência: “Este é o meu terror”, dirá ele, o “juízo passou a ser uma probabilidade, uma eventualidade, uma hipótese” (ASSIS, 1994, p. 346). Conclui-se, portanto, que no conto “O alienista” repousa uma percepção da loucura cujos limites com a razão são imprecisos como imprecisas são também as teorias psiquiátricas da época de sua escrita. Percepção esta que seria corroborada pelas discussões críticas acerca do tema contidas nas crônicas. Através da ironia e do deboche, o escritor nos conduz ao caminho de perceber sua literatura como crítica da história.

2.5 O discurso machadiano sobre a loucura

Analisar o contexto através da pena machadiana é perceber a representação da sociedade construída pelos discursos que a observam. Aqui cabe um questionamento: qual o sentido do discurso do escritor no conto analisado? Em busca de possíveis respostas, remontamos à teoria foucaultiana acerca do discurso. Uma análise do discurso na perspectiva de Michel Foucault coloca a linguagem como espaço de relações de força, relações de poder. Nessa acepção, “[...] analisar os discursos de uma dada época quer dizer também analisá-los como um campo de batalha [...] precisamente porque aí se encontra um instrumento, ou melhor, uma arma nas relações de poder de uma dada sociedade” (FOUCAULT, 2006, p. 196).

A literatura como forma de prática discursiva, de uso social da linguagem, é consequentemente campo de relações de poder (Cf. AQUINO, 2006, p. 196). Foucault pensava a literatura em sua relação intrínseca com a loucura, numa perspectiva histórica: “No século 17 diversas medidas foram tomadas nos domínios políticos sociais econômicos e policiais; ora, a escolha original que aí chega a excluir o louco e a loucura termina por ser tratada na literatura a partir do século 19” (FOUCAULT, 2006, p. 198).

A voz que se ergue, a do louco, por si só é uma voz de transgressão no meio social; pode se prestar a combater outro discurso legitimado como científico, de verdade e sapiência: o discurso alienista. Precisamente aqui, se encaixarmos o conto “O alienista”, de Machado de Assis, é possível trabalhar com a premissa de que o escritor utilizou a ironia como uma arma no embate ao discurso psiquiátrico vigente.

Adotando a perspectiva do espaço literário como espaço de embate de forças, uma leitura possível seria a de que Machado de Assis, utilizando-se de recursos irônicos, estaria desqualificando o discurso psiquiátrico ao colocá-lo na boca de Simão Bacamarte. A leitura que Roberto Gomes faz do conto corrobora esse ponto de vista, quando sugere que

interessa a Machado o jogo de forças que se defrontam em torno da normatização (toda a tragédia de Bacamarte oscila entre os diversos critérios de normalidade que busca colocar em prática) posta em andamento pela ciência, que se imaginava tão nobre e imparcial (GOMES, 1994, p. 147).

Ainda segundo Gomes, a tensão fundamental do texto reside no

poder da ciência que a retórica científica pretende mascarar. Machado está além de seu século, não apenas por questionar a concepção racionalista e positivista da ciência, mas por questionar o poder de todo e qualquer saber que pretenda apresentar-se como rigorosamente objetivo e com pretensões universais (GOMES, 1994, p. 153).

Nesse sentido, uma leitura do conto seria a da sugestão da fragilidade da ciência na conjuntura das “[...] pretensões e impasses das concepções científicas do século XIX, em particular do Positivismo, que tem vínculos profundos com o nascimento das Ciências humanas” (GOMES, 1994, p. 145). São as relações de um saber/poder atuando no meio social. O escritor o faz, entretanto, com um requinte satírico.

Em consonância com tal perspectiva, a pesquisadora Kátia Muricy afirma que o texto de Machado constitui uma espécie de escritura de resistência “capaz de revelar criticamente os objetivos totalizadores da estratégia médica reguladora do social [...]” (MURICY, 1988, p. 16). Ainda segundo Muricy, é razoável perceber que Machado de Assis mostra uma fotografia da sociedade carioca com a “pena da galhofa” (Cf. MURICY, 2008, p. 34). O contexto ironizado pelo escritor é aquele em que, em busca do progresso nos moldes europeus, a sociedade passa por um processo de normatização que pode ser explicado, segundo a pesquisadora, através da compreensão de que

a exigência de racionalização a que respondiam as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na Europa a partir do final do século XVIII, determinadas pela nascente industrialização e pelas novas modalidades de exercício do poder, também se fez sentir de forma muito peculiar no Brasil. Ainda que com fundamentais diferenças, o século XIX brasileiro viu surgir novas formas de organização social que nos aproximavam do processo de racionalização que, a partir das reformas sanitárias e pedagógicas do século XVIII na Europa, ganhou características muito particulares que permitem agrupá-las naquele processo que Michel Foucault chamou de normalização, a partir da obra *O Normal e o Patológico*, de Georges Canguilhem. O discurso médico brasileiro, expresso principalmente nas teses acadêmicas, mas também em dispositivos institucionais, tem, no século XIX, um projeto muito próximo deste modelo (MURICY, 2008, p. 35).

Como esse projeto figurou no conto? A ironia foi, conforme já enunciado, o recurso estético que possibilitou a transposição dos discursos vigentes da psiquiatria para o campo literário, engendrando uma postura crítica acerca desse discurso. Nesse sentido, cabe analisar como a narrativa é construída esteticamente para dar conta dessa

postura crítica. Adotamos a perspectiva de que os elementos que servem de mote à desqualificação do discurso psiquiátrico associam-se à figura de Simão Bacamarte e ao trato destinado às teorias da psiquiatria dos oitocentos.

Segundo Andrea Perrot, há um erro conceitual na fortuna crítica de Machado de Assis que tende a “[...] considerar a ironia machadiana não como um procedimento estruturante de um texto, mas, sim, como uma espécie de atitude do *homem* Machado de Assis frente à vida” (PERROT, 2008, p.143). No presente trabalho a ironia é percebida como fator estruturante da obra e como escolha. Adotando a perspectiva sartreana do engajamento inerente à prática literária, afirmariamos que “[...] o prosador é um homem que escolheu determinado modo de ação por desvendamento” (SARTRE, 1993, p. 20). Entretanto, no que diz respeito ao escritor Machado de Assis, a ironia engendra a dissimulação. Conforme Fábio Camargo, essa

escrita dissimulada esconde, gagueja, trapaceia, hostiliza e, ao mesmo tempo diverte, encanta, seduz, informa, esclarece, e diz. É construída de forma múltipla e fantasticamente armada para desabonar qualquer um que dela se aproxime, fazendo com que os leitores se percam em tantas armadilhas e busquem um sentido que jamais será único ou totalmente verdadeiro (CAMARGO, 2005, p. 154).

A ironia no conto ora dissimula, ora revela com comicidade uma ciência que se pretendia inquestionável e que acaba por enlouquecer a si mesma.

2.6 O patriarca da família dos deserdados do espírito: uma ciência enlouquecida

É possível perceber certa coerência entre o percurso teórico de Bacamarte e aquele da psiquiatria do século XIX. A substituição do delírio como parâmetro de aferição da loucura pelo desenvolvimento do critério moral – que demarcou a superação do conceito de monomania pelo de degeneração – pode ser observada no conto. Entretanto, na transposição do discurso científico para o literário, por meio da técnica do palimpsesto, as teorias científicas perdem a força de verdade porque no texto machadiano predominam as monomanias ficcionalizadas. É justamente nesse processo de ficcionalização do referencial teórico da psiquiatria que pode ser identificada a ironia através da qual o alienismo do século XIX é criticado.

Os primeiros casos dos quais Simão Bacamarte se ocupa estão categorizados como delírio. Já no princípio o narrador assinala: “Os loucos por amor eram três ou quatro, mas só dois espantavam pelo curioso do delírio” (ASSIS, 2002, p. 7), havendo na Casa Verde a “galeria dos alucinados” (ASSIS, 2002, p. 17), um espaço especialmente destinado aos delirantes. Importante destacar que os primeiros destinatários da Casa Verde têm sua loucura visível, facilmente identificável pela fala tresloucada, como “Falcão, rapaz de vinte e cinco anos, supunha-se estrela-d’alva, abria os braços e alargava as pernas, para dar-lhes certa feição de raios, e ficava assim horas esquecidas a perguntar se o sol já tinha saído para ele recolher-se” (ASSIS, 2002, p. 7).

Destaquemos dessa citação o vocábulo “sol”, de quem o suposto louco desejava se esconder. Na mitologia grega, o deus sol é denominado Hélios, ao passo que na romana o chamam Apolo. De modo geral, ele é o deus da luz, da verdade; corre todos os dias um percurso nos céus para chegar ao oceano. Nesse percurso, nada escapa ao seu olhar; é convocado com frequência por outros deuses que lhe conferem o papel de testemunha do que viu. O deus Sol é, portanto, a deidade da luz, da verdade, da profecia e da razão; deus da medicina e da cura. (Cf. VICTORIA, 2000).

Entre Falcão, que se supunha estrela-d’alva, e o sol, o deus da luz, por analogia, o da razão, havia certa incompatibilidade, não só porque o jovem se dissesse uma estrela, mas por ser supostamente um louco. O dia, portanto, designado como tempo do sol, obriga o jovem a se recolher, estrela que só brilha na ausência deste. No plano da narrativa, a oposição razão e desrazão se materializa, portanto, pela impossibilidade atribuída a Falcão de viver sob o brilho da razão solar.

De modo similar, a narrativa explicitava a loucura no “[...] escrivão, que se vendia por mordomo do rei” (ASSIS, 2002, p. 8); no “boiadeiro de Minas, cuja mania era distribuir boiadas a toda a gente [;] dava trezentas cabeças a um, seiscentas a outro, mil e duzentas a outro, e não acabava mais” (ASSIS, 2002, p. 8). Tais descrições tornam risível o discurso da ciência, tendo em vista a impossibilidade de enquadrá-las na lista por ela denominada.

Bacamarte elaborou também a “monomania religiosa”, onde enquadrou certo João de Deus, que “dizia agora ser o deus João, e prometia o reino dos céus a quem o adorasse, e as penas do inferno aos outros” (ASSIS, 2002, p. 8). Uma construção de patologia interessante é atribuída ao

o licenciado Garcia, que não dizia nada, porque imaginava que no dia em que chegasse a proferir uma só palavra, todas as estrelas se despegariam do céu e abrasariam a terra; tal era o poder que recebera de Deus. **Assim o escrevia ele no papel que o alienista lhe mandava dar, menos por caridade do que por interesse científico** (ASSIS, 2002, p. 8, grifo nosso).

A postura de Simão Bacamarte no trecho destacado denota a superação da percepção de alienismo como prática de caridade e bem o enquadra nos princípios da ciência do século XIX. Outro caso emblemático é o do filho de um albigibebe“ [...] que narrava às paredes” a genealogia: “— Deus engendrou um ovo, o ovo engendrou a espada, a espada engendrou Davi, Davi engendrou a púrpura, a púrpura engendrou o duque, o duque engendrou o marquês, o marquês engendrou o conde, que sou eu” (ASSIS, 2002, p. 8).

A referência à genealogia encontra ampla correspondência nos princípios de hereditariedade da teoria da degeneração, além de ser possível através dela perceber outros aspectos referenciados. Conforme análise de Gilson Neves, “[...] no embaralhamento das alusões, o narrador faz referência indireta à árvore de Jessé, iconografia medieval sobre a genealogia dos antepassados humanos de Jesus” (NEVES, 2011, p. 95). A referência à árvore de Jessé como parte da fala da loucura pode ser interpretada como uma crítica à instituição religiosa. Isso explicita que a construção do discurso do louco feita por Machado de Assis não é casual. Do mesmo modo, a utilização de elementos históricos na construção do referencial do alienismo representado por Simão atua como artifício de reforço da ironia tecida para o desvelamento do texto segundo do conto.

Após o malogro da revolta dos canjicas, o cientista de Itaguaí procederá a uma “coleta desenfreada” da qual não escaparão “[...] os cultores de enigmas, os fabricantes de charadas, de anagramas, os maldizentes, os curiosos da vida alheia, os que põem todo o seu cuidado na tafularia, um ou outro almotacé enfunado” (ASSIS, 2002, p. 36), pois “[...] **ninguém escapava** aos emissários do alienista”(ASSIS, 2002, p. 36). Essa coleta desenfreada remete a uma prática histórica de repressão a comportamentos que passaram a ser inaceitáveis no período republicano, como parte das medidas de medicalização do meio social, e a conseqüente abrangência desse processo através da assertiva “ninguém escapava”. Nesse momento, observa-se na narrativa uma superação do delírio que vem sendo substituído pelo critério moral/comportamental.

Como parte de sua política de “[...] ‘contenção de indesejáveis’, Simão respeitava as namoradas e não poupava as namoradeiras, **dizendo que as primeiras cediam a um impulso natural e as segundas a um vício**” (ASSIS, 2002, p. 36, grifo nosso). Observa-se no trecho destacado a diferenciação entre impulso natural e vício, que denota uma percepção acerca da mulher louca em voga no século XIX, baseando-se no critério sexual.

A ironia configura-se na capacidade de Bacamarte de adequar seu discurso a cada comportamento que julga insensato, através da criação de denominações absurdas para as patologias que descobre. Isso denota uma crítica à flexibilidade da psiquiatria para englobar amplos comportamentos desviantes, configurando sua atuação na sociedade através do critério moral. Na descrição feita por Bacamarte, de cada patologia, o leitor encontra elementos que podem ser associados à psiquiatria, mas que pela força do elemento ficcional revelam o cômico do discurso alienista. Nesse sentido, a obsessão do albardeiro Mateus será denominada “amor das pedras”; a indignação do presidente da câmara caracterizada como “mania dos touros”; a futilidade de dona Evarista como “mania santuária”. Até que passa a figurar no conto o conceito de moral como preponderante para aferição da loucura.

Ao longo da narrativa o procedimento de desqualificação se processa em via dupla: simultaneamente o discurso teórico é satirizado junto com aquele que o profere e Simão Bacamarte vai sendo construído de modo a encarnar a alegorização da própria ciência que enlouquece.

Conforme vai desenvolvendo seu referencial, o narrador sinaliza a insanidade na face do alienista de Itaguaí, especialmente através da descrição do olhar de Simão. Já no início do conto se observa a citação: “o metal de seus olhos não deixou de ser o mesmo metal, duro, liso, eterno, nem a menor prega veio quebrar a superfície da fronte quieta como a água de Botafogo” (ASSIS, 2002, p. 10).

Em trecho posterior, o olhar está associado à sua condição de homem de ciência e é descrito como inquieto e policial:

homem de ciência, e só de ciência, nada o consternava fora da ciência; e se alguma coisa o preocupava naquela ocasião, se ele deixava correr pela multidão **um olhar** inquieto e policial, **não era outra coisa mais do que a idéia de que algum demente podia achar-se ali misturado com a gente de juízo** (ASSIS, 2002, p. 11, grifo nosso).

A citação é emblemática por caracterizar o objetivo do olhar, que era vigilante, para que não se lhe escapasse algum louco no meio social. Quando ocorre a Bacamarte uma ideia “[...] arrojada e nova, própria a alargar as bases da psicologia” (ASSIS, 2002, p. 12), que este aperfeiçoa no contato com “as gentes” através do olhar, é descrito como “um olhar que metia medo aos mais heróicos” (ASSIS, 2002, p. 12). Já colocando em execução a nova teoria, é descrita a intervenção de Simão sobre a prima do Costa: “Bacamarte espetara na pobre senhora um par de **olhos agudos como punhais**” (ASSIS, 2002, p. 17, grifo nosso). Quando o alvo do alienista é o albardeiro Mateus: “[...] uma volúpia científica alumiu os olhos de Simão Bacamarte” (ASSIS, 2002, p. 19). Mesmo no contexto da revolta, diante dos gritos de “morra o alienista”, “[...] os olhos dele, empanados pela cogitação, subiam do livro ao reto e baixavam do reto ao livro, cegos para a realidade exterior, videntes para os profundos trabalhos mentais.” (ASSIS, 2002, p. 26).

No conto, os olhos “duros como metal”, “agudos como punhais”, inquietos e vigilantes, aterrorizantes até, são acesos pela convicção científica da própria loucura. A caracterização do olhar do alienista convicto apenas denotaria o seu único momento de lucidez ao se defrontar com o malogro de suas teorias. Ao fim, a única convicção era a de que louco era ele mesmo, como louca foi a ciência de sua época, diria o escritor Machado de Assis através do conto.

Afora a possibilidade de análise do olhar, no texto se constroem situações que corroboram a tese de enlouquecimento da ciência. Uma vez que o barbeiro lhe propõe aliança, Bacamarte o inquire acerca do número de mortos e feridos e obtém como resposta que foram “onze mortos e vinte e cinco feridos” (ASSIS, 2002, p. 34). A reação do alienista é alegórica:

– Onze mortos e vinte e cinco feridos, repetiu o alienista depois de acompanhar o barbeiro até a porta. Eis aí dois lindos casos de doença cerebral. Os sintomas de duplicidade e descaramento deste barbeiro são positivos. Quanto à toleima dos que o aclamaram, não é preciso outra prova além dos onze mortos e vinte e cinco feridos. — Dois lindos casos! (ASSIS, 2002, p. 34).

O sintoma de alienação do barbeiro, cuja característica seria a indiferença diante das perdas causadas pela revolta, ressalta a própria indiferença do alienista diante do mesmo dado. Um e outro não se comovem, pois Simão percebe na situação apenas a

possibilidade de mais uma descoberta científica: “[...] dois lindos casos de doença cerebral” (ASSIS, 2002, p. 34), concluirá ele, caracterizados pela indiferença tanto do barbeiro quanto daqueles que o aclamam. Essa mesma indiferença sintomática de loucura sendo atribuída ao alienista, o inclui na categoria patológica que ele mesmo assinala e acaba por fazê-lo patriarca desta “família de deserdados do espírito” (ASSIS, 2002, p. 7) a qual ele se imbuía de curar.

2.7 As teorias republicanas fora do lugar: um método anacrônico de análise da loucura

Na ficcional vila de Itaguaí, menos por necessidade da população do que pelo imperativo da ciência, é erguida uma “Casa de Orates”. No norte de Minas Gerais, já em 1950 a imprensa noticia com grande alarde a necessidade de um hospital psiquiátrico. O significado de um hospital para aquele lugar, seus destinatários e a circunstância histórica de sua origem assemelham-se, ainda que em temporalidades e espaços diversos, de modo que é possível pela estrutura discursiva de ambos ler as temporalidades pela via da ficção.

Iniciava-se na região analisada um processo de industrialização somado a um aumento populacional. Seria a construção do hospício intrínseca à lógica do progresso e da necessidade de modernização, advinda de um novo contexto socioeconômico? Seriam os móveis dos idealizadores do hospício semelhantes àqueles que nortearam a efetivação da assistência psiquiátrica no Brasil nos fins do século XIX, considerando que em ambos os contextos históricos havia o mote de modernização?

Retomando Foucault, quando este menciona o sistema asilar, “[...] o gesto que interna possui significações políticas e sociais [...] Interessa-nos uma tentativa de apreender **o gesto que tenta internar**” (FOUCAULT, 2002, p. 400, grifo nosso). Para tanto, é importante apreender que teorias davam suporte a essa tentativa de construção de um hospital psiquiátrico no norte de Minas Gerais e proceder a um cruzamento dessas teorias com aquelas presentes no conto “O Alienista”.

O guardião da “verdade científica” desse pedaço de sertão foi certo Dr. Áflio Mendes de Aguiar, que aprendeu as artes do alienismo no Rio de Janeiro e escolheu a cidade de Montes Claros para ser “presenteada” com um hospício.

Seria possível identificar o referencial teórico que serviu de aparato à construção do conto machadiano no discurso sobre a loucura e sua institucionalização através da

construção de um hospício no sertão norte mineiro? Na batalha por um hospício de certo Dr. Áflio Mendes, primeiro, e por vários anos, único psiquiatra da região, identificamos um discurso de como teria se processado a estruturação da assistência à saúde mental na região através dos diversos móveis políticos, sociais e econômicos que engendram a forma de perceber o louco e são determinantes para o lugar que lhe reserva cada sociedade. De que referencial Áflio Mendes se valia? Seria ele um Bacamarte do sertão, ancorando-se nos mesmos princípios científicos ironizados por Machado de Assis?

Em busca de fragmentos desse referencial, nos deteremos em um auto de exame mental assinado pelo psiquiatra, objetivando a identificação do referencial teórico acerca dos limites entre o normal e o patológico de que se servia para aferição da sanidade mental de um indivíduo. Certo é que se considera a especificidade da fonte. Entretanto, os autos de exame mental não guardam uma especificidade que os desloca da análise da loucura “comum” devido a vários fatores.

O primeiro fator diz respeito à relação intrínseca estabelecida entre loucura e perigo e, de modo análogo, entre loucos e criminosos, pois os primeiros são, de acordo com as representações da psiquiatria clássica, os segundos em potencial. Não se afirma que um réu cuja sanidade mental seja questionada corresponda necessariamente a um louco que vaga pelas ruas e incomoda com sua presença os habitantes de dada localidade, mas que há toda uma codificação de loucura em perigo que enceta o surgimento de teorias cuja amplitude da aplicabilidade serve ao judiciário quando a letra da lei não responde aos quesitos. Tal fato encontra explicação nos postulados do próprio sistema judiciário que, operando a partir do pressuposto da racionalidade, vê-se comprometido quando diante de indivíduos cujas ações não encontram móvel racional, tampouco se encaixam nos quadros clássicos da loucura com presença de delírio (Cf. CARRARA, 1998). Dito de outro modo, o indivíduo que comete um crime bárbaro, sem apresentar nem sintomas explícitos de loucura nem uma boa razão condutora ao delito, só pode constituir objeto da psiquiatria, ciência dotada de um edifício teórico capaz de explicar estados intermediários entre sanidade e loucura e/ou estados que pressupõem a irrupção de uma violência de origem hereditária.

O segundo, e que efetivamente nos interessa, é que quando chamados aos tribunais, é o referencial teórico da psiquiatria que os peritos psiquiatras carregam consigo. Tal fato se explica, segundo Foucault, porque as três perguntas dos tribunais aos psiquiatras (o réu é curável? Acessível à pena? Perigoso?) não têm sentido nem em

relação ao edifício jurídico do código penal nem em relação a uma psiquiatria centrada na doença; mas tem sentido em relação a uma psiquiatria centrada na defesa social, que funciona como “caça aos degenerados”. Tem um sentido histórico preciso, são restos da teoria da degeneração (Cf. FOUCAULT, 2002, p. 404).

Partimos do pressuposto de que a referida psiquiatria, centrada na defesa do meio social, é tanto aquela do período republicano, da qual Simão Bacamarte se valia, quanto a que nortearia, surpreendentemente, o referencial teórico de Áflio Mendes. Os indícios que nos permitem propor tal hipótese encontram-se em parte no processo de M., cujo exame mental foi realizado pelo psiquiatra em 1966, em parceria com Renato Veloso Brant.⁷

Não se busca elencar na análise de forma rígida e formal a presença das teorias que norteariam o surgimento do alienismo na república, mas fragmentos que indiquem a direção do discurso psiquiátrico local. M., 18 anos, o réu, foi acusado de homicídio e estupro de uma criança de 7 anos, no bairro Morrinhos, em Montes Claros. De acordo com o processo, a vítima, que era vizinha de M., foi atraída por este com a promessa de algumas frutas. M. então estuprou e matou a menina – ou o inverso, ordem que gera controvérsias no processo – e enterrou o corpo no quintal de um vizinho. Até ser descoberto, ajudou ativamente nas buscas da criança. Diante da frieza apresentada na delegacia, foi solicitado um exame de sanidade mental dividido entre “observação clínica”; “antecedentes hereditários”; “antecedentes pessoais”; “exame somático”; “exame neurológico” e “exame psíquico”, cujos quesitos figuram como assaz esclarecedores da orientação teórica dos peritos médicos que o assinam.

O segundo quesito já deixa entrever a orientação da teoria da degeneração de Benedict Morel no que diz respeito à análise dos “antecedentes hereditários”. Segundo o laudo, M. tem como avô materno um “alcoolista retardado”; como avó materna uma “retardada”; o pai seria um “[...] alcoolista inveterado sorrindo a notícia da prisão do filho” (DPDOR, 1966, p. 27). No corpo do texto os peritos reafirmam,

veja a linhagem atávica e direta deste infeliz pária na vida: avós maternos débeis retardados; mãe esquisita, avô alcoólatra, pai alcoólatra inveterado, ele perverso sexual e assassino. Num exame profundo dele e de seus ascendentes iremos encontrar fatos de estarrecer” (DPDOR, 1966, p. 27).

⁷ Clínico geral, sem formação psiquiátrica.

A relação estabelecida por Morel entre hereditariedade e doença mental se explicita na fala dos peritos. Até mesmo textualmente: “[...] a tendência é impulsiva e instintiva e não encontra, em via de regra, nos **degenerados** sexuais, nada que lhes possa servir de freio ou resistência” (CARRARA, 1998, p. 93, grifo nosso). M. enquadrar-se-ia, segundo Morel, no grupo II de sua classificação de doenças no qual figuram indivíduos com “‘delírios do sentimento e dos atos, com conservação aparente da consciência’ os que também eram denominados ‘monomaniacos, loucos morais, perversos sexuais’” (MOREL, *apud* CARRARA, 1998, p. 94). Importante ressaltar que “o maníaco homicida, o maníaco sexual, etc.” são figuras que surgem com a teoria da monomania e seu aparecimento assinala “[...] o esforço do alienismo em ampliar suas competências – sobretudo em relação à esfera judiciária – e sua capacidade de intervenção social” (CUNHA, 1989, p. 22).

Os antecedentes hereditários referentes ao alcoolismo também encontram acolhida na teoria Moreliana. De acordo com Sérgio Carrara, que elaborou um estudo extremamente relevante sobre a relação entre crime e loucura,

o diagnóstico de degeneração mental implicava concretamente uma observação médica muito sensível às condições e à trajetória e vida do “doente” e de sua família, pois as fontes de degeneração poderiam tanto ser naturais quanto sócio morais, atingindo o indivíduo tanto direta ou indiretamente, através da herança legada por seus ascendentes. Entre as principais fontes de degeneração alinhavam-se: o paludismo, o álcool, o ópio, a constituição geológica do solo, as fomes, as epidemias, as intoxicações alimentares, as indústrias, as profissões insalubres, as doenças infecciosas ou congênitas, miséria, temperamento doentio, imoralidade dos costumes e influências hereditárias (CARRARA, 1998, p. 86).

É possível que os peritos tenham suposto a origem da degeneração de M. no alcoolismo dos pais, mesmo porque no quesito I, que se propõe a deslindar “a trajetória e vida do” doente, “não encontraram nada de alarmante”:

Trata-se de indivíduo de cor clara, estatura média, complexão robusta, aparência tranqüila, calado, olhar vago, indiferente ao meio, diz ter tido sempre boa saúde, lembra-se de erupção cutânea na infância, tem curso primário, nunca teve vícios notórios (álcool, maconha) é somaticamente um homem normal inda que não o seja psicologicamente (DPDOR, 1966, p. 27).

O exame psíquico é mais ilustrativo, deixa entrever uma mescla de conceitos bastante semelhantes aos da monomania dotados de avaliação de cunho moral. Vejamos

o que diz o perito acerca do “senso moral” do acusado: “afetividade seriamente comprometida, não tem amor a nada e diz não ter amigos” (DPDOR, 1966, p. 28).

Não ter amor a nada” seria um critério de aferição de patologia? Pelo menos para Esquirol, certamente, pois segundo seus critérios, o alienado moral possui via de regra as “afecções pervertidas” e a volta a uma conduta regular se processa “[...] no desejo de rever as crianças, os amigos; as lágrimas da sensibilidade; a necessidade de abrir seu coração, de se reencontrar no seio da família” (R. MACHADO, 1978, p. 388). Tratava-se de uma percepção da loucura medida pelo critério moral, pelo comportamento.

Ainda em relação à moral do acusado, escrevem os peritos: “Há uma verdadeira atrofia do senso moral e a perversidade das ações, sem motivos exteriores, são provas de que o indivíduo age em consequência de um desvio do instinto” (DPDOR, 1966, p. 29). A ideia remete-nos à monomania instintiva na qual o instinto desviado produz no indivíduo o impulso irresistível em direção ao delito. Ideia presente da mesma forma no quesito mais relevante, razão de ser do processo, que é o questionamento da consciência do réu no ato crime. Na conclusão, os peritos apontam a impossibilidade de responder aos quesitos restantes devido à resposta deste primeiro: diante do quesito “[...] se o réu entendia o que estava fazendo no momento do crime” (DPDOR, 1966, p. 34), para o qual os peritos dão resposta afirmativa, alegam que “[...] isso o colocaria como um criminoso comum não patológico” (DPDOR, 1966, p. 35), entretanto,

realmente ele sabia o que estava fazendo, contudo, a compulsão ao crime era o seu verdadeiro estado do qual ele não conseguia desvencilhar. Era uma ordem interna, um comando, diante (*sic*) do qual não havia alternativa. Estamos indubitavelmente diante de um caso patológico, grave, sem remédio, para o qual a segregação da sociedade é no momento a única terapêutica (DPDOR, 1966, p. 54).

E seguem utilizando como argumento central a hereditariedade. O princípio da “[...] ordem interna, um comando, diante (*sic*) do qual não havia alternativa” (DPDOR, 1966, p. 35), também encontra respaldo na monomania raciocinante, que é descrita por Roberto Machado, citando Esquirol, como passível de impulsionar no alienado os atos ‘por uma força irresistível, por um arrebatamento que não pode vencer, por um impulso cego, por uma determinação irrefletida, sem interesses, sem motivos’ (Cf. R. MACHADO, 1978, p. 392).

Prosseguindo na análise do criminoso, os peritos explicitam seu embasamento teórico: “No congresso internacional de medicina, em Paris – 1900, ficou acorde em filiar as obsessões e impulsões, assim como toda DEGENERACAO PSIQUICA (*sic*), ordinariamente hereditária” (DPDOR, 1966, p. 55). Bebem na fonte do alienismo francês ou mais precisamente no que o alienismo francês havia formulado mais de meio século antes da data do processo.

Para resolução do quesito II⁸, declaram que vão recorrer a Kraft Ebing⁹ que, segundo Carrara, sistematizou a teoria da degeneração na psiquiatria alemã. Assaz esclarecedor. Vejamos o que dizem os peritos sobre M., com base em Kraft Ebing:

Atos sexuais cometidos por indivíduos que se encontram em estado permanente de hiperestesia sexual, que sob influência desta incitação, que é contínua e mortificadora, são levados ao ato, MAIS OU MENOS AUTOMATICAMENTE, SEM TEREM A FACULDADE DE REFLETIR OU JULGAR DO ATO IMPULSIVO (DPDOR, 1966, p. 56).

Os peritos justificam historicamente que o “fato de ter conhecimento do ato criminoso que se vai praticar, não impede o criminoso patológico mórbido de cometer os mais hediondos crimes, como nos conta a própria história e evocam o tristemente famoso Marquês de Sade (sadismo) pelos seus atos sanguinários, visando à satisfação de suas paixões mórbidas [...] Nero, Calígula, conde Darveax, Rei de Navarra etc” (Cf. DPDOR, 1966, p. 41).

Utilizam ainda o código francês que, segundo eles, “declara irresponsabilidade a estes indivíduos ou ‘ao indivíduo obrigado por uma força a qual não pode resistir’” (DPDOR, 1966, p. 40). Aventam ainda, os peritos, outro indício claro da degeneração do réu. Tendo ocorrido o estupro após a morte da vítima, M. seria necrófilo e a necrofilia “[...] já é expoente de uma profunda degeneração psíquica. [...] em geral o despertar da sexualidade mórbida nos degenerados se manifesta precocemente” (DPDOR, 1966, p. 41).

Destarte, baseados no código francês; no alienismo datado de 1900; na História; em Kraft Ebing e sob influência de Morel e Esquirol declaram nosso alienista Áflio Mendes e Renato Veloso Brant “tratar-se, portanto de um caso patológico, grave,

⁸ “O paciente submetido a exame não possuía, ao tempo da ação, em virtude de perturbação da saúde mental incompleto ou retardado, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do ato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento?” (DPDOR, 1966, p. 40).

⁹ Richard Von Kraft Ebing (1840-1902) – psiquiatra austríaco considerado um dos fundadores da sexologia.

incurável, de desvio sexual tipo sádico numa constituição psicológica hereditária” (DPDOR N° 4945, 1966, p. 41). Desse modo, é necessária a “segregação social”, pois “[...] a volta a sociedade de semelhantes anômalos, deve ser obstada a qualquer preço e por todos os meios, porquanto eles não tardam em recomeçar a atividade criminosa” (DPDOR N° 4945, 1966, p. 41) e completam: “somos do parecer que estes indivíduos devem ser julgados menos pelos seus vícios do que por sua doença ou síndrome patológica, ou seja, como anômalos e não como perversos”. A sugestão é a de que M. seja conduzido a um manicômio judiciário *ad vitam*.¹⁰

A ambiguidade autorreflete a ambiguidade mesma da psiquiatria. A competência médica sobre o não patológico, a codificação do anormal em doente, o trânsito por essa zona de indefinição na qual a moral e a patologia se confundem. Ambiguidade que guia a escrita do juiz: “segundo os autos de sanidade assinados pelos digníssimos drs. Áflio Mendes de Aguiar e Renato Brant Veloso o indivíduo é um anormal, não um doente mental.” O exame não foi determinante para o réu.

Bem define Foucault que

o exame psiquiátrico possibilita a transferência do ponto de aplicação do castigo, da infração definida pela lei à criminalidade apreciada do ponto de vista psicológico moral. [...] o essencial é legitimar, na forma do conhecimento científico, a extensão do poder de punir a outra coisa que não a infração (FOUCAULT, 2002, p. 23).

Diante da indefinição, o juiz aplica uma medida de segurança a ser cumprida em um manicômio judiciário por cinco anos, acrescido da pena de 25 anos para ser cumprida em penitenciária normal (Cf. DPDOR, 1966, p. 61). A questão é tão confusa que a própria constituição do manicômio judiciário já é contraditória. Para a prisão enviam culpados, para o hospício inocentes. Como conceber então uma instituição para “inocentes-culpados”? (Cf. CARRARA, 1998, p. 88).

No que diz respeito à imprecisão do estabelecimento de limites entre crime e loucura no discurso psiquiátrico e o embate na aplicação das teorias vigentes, um caso emblemático, que acaba por ser um dos responsáveis pela criação do manicômio judiciário do Rio de Janeiro, sinaliza o momento de transição do conceito de

¹⁰ Segundo Virgílio Matos, ao invadir os domínios do direito penal, a psiquiatria tornou-se guardiã do inimputável (considerado mentalmente insano), não se preocupando quanto ao limite temporal de sua segregação, em nome da defesa social. Preocupava-se em fazer ciência. (MATOS, 1989).

monomania para o de degeneração. O réu era Custódio Alves Serrão, de 21 anos, acusado em 1896 do assassinato do comendador Belarmino Brasiliense, amigo de seu pai e, com a morte deste, tutor de sua irmã e irmão. O irmão foi internado por Belarmino no Hospício Nacional de Alienados e o móvel do crime teria sido, segundo Serrão, decorrente da tentativa do comendador de interná-lo também. Uma vez preso, Serrão inicia uma luta desesperada para provar que não era louco e, portanto, ser tratado como um réu comum. “Quanto mais procurava provar que cometera o ato lucidamente tanto mais se enredava [...] em diagnósticos que patologizavam seus atos, sobretudo sua obsessão em provar-se sadio” (VIANNA, 2000, p. 185). O caso Serrão ganhou a mídia do período e transformou-se em um “julgamento de atos e doutrinas” (VIANNA, 2000, p. 185) opondo dois expoentes da teoria psiquiátrica, Teixeira Brandão e Nina Rodrigues que, tendo chegado à mesma conclusão acerca da degeneração do réu, surpreendentemente chegam a conclusões opostas acerca do destino a ser dado a Serrão. O episódio é exemplar no que diz respeito às indefinições da nascente ciência psiquiátrica e não escapa a Machado de Assis em crônica do dia 31 de maio de 1896 acerca da já citada fuga do hospício:

[...] o que aprendi com a fuga dos infelizes do Hospício, é ainda mais grave que a outra. O cálculo, o raciocínio, a arte com que procederam os conspiradores da fuga, foram de tal ordem, que diminuiu em grande parte a vantagem de ter juízo. O ajuste foi perfeito. A manha de dar pontapés nas portas para abafar o rumor que fazia Serrão arrombando a janela do seu cubículo, é uma obra-prima; não apresenta só a combinação de ações para o fim comum, **revela a consciência de que, estando ali por doidos, os guardas os deixariam bater à vontade**, e a obra da fuga iria ao cabo, sem a menor suspeita. Francamente, tenho lido, ouvido e suportado coisas muito menos lúcidas (ASSIS, 2002, p. 346, grifo nosso).

Do texto se depreendem duas questões essenciais: o escritor coloca em xeque o postulado de ausência de razão conferido ao louco quando atribui a eles consciência. Colocando Serrão no bem arquitetado plano de fuga, acaba por questionar sua loucura e conseqüentemente sua permanência no hospício. A segunda questão termina por corroborar a primeira:

Outro episódio interessante foi a insistência de Serrão em ser submetido ao tribunal do júri, provando assim tal amor da absolvição e conseqüente liberdade, que faz entrar em dúvida se se trata de um doido ou de um simples réu. Não repito o mais, que está no domínio público e terá produzido sensações iguais às minhas. Deixo vacilante a alma do leitor. Homens tais

não parecem artífices de primeira qualidade, espíritos capazes de levar a cabo as questões mais complicadas deste mundo? (ASSIS, 1994, p. 346).

Se insistia em ser submetido a júri “por amor da absolvição”, claro está que ali residia a única chance de sair livre, ao contrário da condenação irrevogável de estar louco. No recurso do palimpsesto, tão característico de sua escrita, mais uma vez Machado deixa entrever sua opinião sem, contudo, se comprometer: “Não repito o mais, que está no domínio público e terá produzido sensações iguais às minhas”, para logo lançar ao leitor uma dúvida, sugerindo ironicamente que “homens tais” – como Serrão e demais desprovidos de razão – seriam “capazes de levar a cabo as questões mais complicadas deste mundo” (ASSIS, 1994, p. 347).

Essa ciência que merecia o descrédito de Machado de Assis se aplicava tanto à área criminal quanto à doença mental e possibilitou a intervenção estatal da psiquiatria como normatizadora social. O fundador do primeiro manicômio judiciário do país e grande expoente do alienismo dos oitocentos assim responde ao escritor em 1895, por ocasião da publicação do conto:

Há confusão deplorável em supor que os alienistas consideram louco todo o mundo... Os alienistas só consideram louco o indivíduo que apresenta um conjunto de caracteres psíquicos e somáticos que indicam uma acumulação de vícios por herança (CUNHA, 1989, p. 20).

Retomando o auto de exame do processo de M., na fala dos peritos há um convite à observação: “veja a linhagem atávica e direta deste infeliz pária na vida.” O que nos chama a atenção é especificamente a palavra “atávica”. Atavismo significa herança de caracteres de ascendentes distantes. A definição nos remete a uma teoria segundo a qual os caracteres de antepassados, pertencentes a outra cadeia evolutiva, poderiam se manifestar em indivíduos, trazendo à tona elementos de barbárie. A barbárie conduziria ao crime. A teoria pertencia a uma escola que se ocupou da natureza biológica do criminoso. A escola teórica era a antropologia criminal, seu principal expoente o médico psiquiatra italiano Cesare Lombroso (Cf. SCHWARCZ, 1993, p. 49).

O argumento de Lombroso baseava-se na ideia de que sendo a criminalidade um fenômeno físico e hereditário, poderia ser detectada nos indivíduos. Como critério de detecção, elaborou uma série de estigmas físicos naturais que, via de regra, o criminoso, que ele chamou de criminoso nato, carregaria consigo. Dentre os estigmas lombrosianos

destacam-se a sistematização da antropometria, cranioscopia e frenologia¹¹ e ademais estigmas tais como ausência de pêlos, comprimento exagerado dos traços, obtusidade das feições, orelhas munidas do tubérculo de Darwin, os maxilares superdesenvolvidos, a fronte fugidia, saliência dos zigomas, peculiaridades do crânio, dentre inúmeras outras (Cf. CARRARA, 1998, p. 105).

Dentre os estigmas psicológicos, destacam-se

o gosto pela tatuagem, pela gíria e onomatopéias, a imprevidência, a prodigalidade, a vaidade, a imprudência, a impulsividade, a insensibilidade moral, o caráter vingativo, o amor pela orgia, a preguiça, a precocidade e o prazer no delito, a ausência de remorsos completavam a figura do atávico (CARRARA, 1998, p. 105).

Além de características físicas anatômicas, psicológicas, fisionômicas (criminosos natos têm olhar frio), havia ainda a peculiaridade de serem os criminosos natos “[...] sensíveis aos metais, à eletricidade, aos meteoros e às mudanças atmosféricas” (CARRARA, 1998, p. 105). Pela amplitude dos estigmas para avaliação, nota-se que a teoria tinha grande abrangência. Segundo Lilia Moritz Schwarcz,

larga foi também a influência desse tipo de pesquisa no campo da doença mental. Os estudos sobre loucura, um dos primeiros domínios da aplicação da frenologia, tinham nesse modelo científico a base para novas concepções e para a justificação de seus métodos de tratamento “moral” sobre o indivíduo e para o estabelecimento de conclusões que traçavam as ligações entre a loucura individual e a degeneração de cunho racional (SCHWARCZ, 1993, p. 49).

As teorias tanto da degeneração quanto da monomania, embora se aplicassem muito bem à análise do criminoso, não faziam deste seu objeto privilegiado. A abordagem do crime consistia em transpô-lo para o campo da patologia mental, donde se efetuava a ligação entre crime e loucura (CF. CARRARA, 1998, p. 100). Criou Lombroso então uma teoria que fosse específica para o crime, mas não por acaso a psiquiatria achou que ela lhe servia muito bem.¹²

¹¹ Diz respeito a teorias que buscavam interpretar a capacidade humana a partir da medida do tamanho do crânio e cérebro. Os precursores foram Paul Broca e Gall dentre outros pertencentes à “escola craniológica francesa” (Cf. CARRARA, 1998, p. 105).

¹² Tendo muito em comum com as monomanias e a degeneração, a teoria lombrosiana se diferenciava ao analisar a irrupção da barbárie não como fenômeno patológico, mas como regressão a um estágio evolutivo anterior. Quer dizer que não seriam criminosos se enquadrados no estágio evolutivo correto.

Também sobre isso opinou o Machado de Assis cronista. Comentando um caso de assassinato, ele apregoa o que o intrigou e tornou o crime merecedor de sua atenção “Foi a força do amor não por ser o motivo da discórdia e do ato” (ASSIS, 1994, p. 274). Essa força à qual ele se refere é expressa pelas tatuagens de Manuel de Sousa, o suposto homicida, “todas ou quase todas amorosas” (ASSIS, 1994, p. 274) que, segundo o escritor, o deslumbraram. E sai em defesa do criminoso com a já habitual ironia:

Quando os médicos examinaram este homem fizeram-no com Lombroso na mão, e acharam nele os sinais que o célebre italiano dá para se conhecer um criminoso nato; daí a veemente suposição de ser ele o assassino de João Ferreira. Eu, para completar o juízo científico, mandaria ao mestre Lombroso cópia das tatuagens, pedindo-lhe que dissesse se um homem tão dado a amores, que os escrevia em si mesmo, pode ser verdadeiramente criminoso (ASSIS, 1994, p. 274).

Depreende-se do trecho citado um questionamento acerca do método de aferição de Lombroso e da avaliação que teria sido feita pelos alienistas da época. Não obstante, o escritor ainda pondera que para o crime caberiam atenuantes, pois

convém notar que [o suposto assassino] traz no corpo, entre as tatuagens públicas, um signo de Salomão. Ora Salomão, como se sabe, tinha trezentas esposas e setecentas concubinas; daí a devoção que Manuel de Sousa lhe dedica. E isso mesmo explicará a vocação do homicídio. Salomão, logo que subiu ao trono, mandou matar algumas pessoas para ensaiar a vontade. Assim as duas vocações andarão juntas, e se Manuel de Sousa **descende do filho de Davi, coisa possível, tudo estará mais que explicado** (ASSIS, 1994, p. 275, grifo nosso).

Aqui, não apenas contra os quesitos lombrosianos de aferição de patologia se volta a crítica de Machado de Assis. A hereditariedade como critério explicativo também é ironizada conforme se observa no grifo. Ao relacionar determinados comportamentos tidos como loucos à religião, Machado também zomba desse discurso tão dogmático quanto o da ciência.

Essas teorias europeias da alienação mental encontraram, como já dito em capítulo anterior, acolhida no Brasil no contexto da necessidade de ordenamento do início do período republicano. Foram, porém adaptadas às nossas especificidades. De acordo com Lilia Moritz, a emergência de um saber médico institucionalizado e suas teorias, não por acaso, versavam sobre racismo e alienação mental, adaptando a teoria moreliana da degeneração de forma absolutamente original, através de uma associação

entre degeneração e miscigenação. A nação pensada em termos raciais, a partir das teorias de Nina Rodrigues, e o desenvolvimento dos estudos de medicina legal alçaram a frenologia e a craniologia ao altar das possibilidades de identificação de uma população que, não obstante guardar caracteres degenerados advindos da mistura de raças, perdia-se na pobreza, no crime e na loucura (Cf. SCHWARCZ, 1993, p. 212-214).

A função dos médicos era interferir e cuidar para que o progresso não se visse ameaçado pelas particularidades de um país degenerado, de indivíduos fronteiriços, cuja periculosidade cuidava ser demarcada, delimitada. É nossa codificação de loucura em perigo. Na edição da revista *Brasil médico*, de 1898, um alienista escreve:

o indivíduo alienado não é simplesmente uma ameaça perene à tranqüilidade publica. É também uma pessoa que atenta contra a própria existência. É um atrazado entre nós e para si. Um homem tão pervertido deve ficar sobre (*sic*) a tutela do médico... (SCHWARCZ, 1993, p. 217).

Se a psiquiatria, ciência que vigia a fronteira da anormalidade, traz tantas possibilidades de intervenção social, compreender o referencial teórico dos médicos permite deslindar suas intenções. Em Montes Claros, os médicos pareciam guiar-se por um referencial igualmente amplo não só de intervenção, mas de percepção da loucura como entrave à ordem. Nossa suposição é de que o referencial teórico de Áflio Mendes era semelhante àquele do alienista Simão Bacamarte. Provavelmente isso explica porque malograram ambos em suas empreitadas: se deixaram conduzir por uma ciência pretensamente objetiva, porém falível por demais.

2.8 Uma Casa Verde para o sertão

Como nas crônicas de Itaguaí, que permitiram ao narrador machadiano contar aquele evento, a história do hospício que nunca foi construído no norte de Minas Gerais pode ser lida nos jornais. Isto porque a necessidade do hospital foi exaustivamente justificada em quase três décadas de notícias nos periódicos da região.¹³ A análise do “aparelho discursivo” veiculado na imprensa é fonte elucidativa, pois “[...] os discursos

¹³ Utilizamos o *Jornal do Norte*, *Diário de Montes Claros*, e algumas edições da *Gazeta do Norte*, parte do arquivo pessoal de Américo Martins Filho. O referido *Jornal do Norte*, criado em 1979 e hoje desativado, era nos anos 1980 considerado de oposição à administração local (e ligado ao ex-vereador e que acabou tornando-se prefeito na época, Luiz Tadeu Leite) e disputava espaço com o *Jornal Diário de Montes Claros* que, ao contrário, apoiava a administração.

ali expressos permitem acompanhar o movimento das ideias que circulam na época” (Cf. CAPELATO, 1994, p. 24) analisada.

Quando “[...] teve seus alicerces fincados no solo sertanejo, no recuado ano de 1951”, o Hospital Neuro Psiquiátrico Regional representava – ao menos para seu grande idealizador – uma promessa. Dizendo melhor, algumas várias promessas.

O jornal *Gazeta do Norte* anuncia sua construção em grande estilo em reportagem de página inteira assinada pelo psiquiatra Áflio Mendes, com a seguinte chamada: “Assistência Psiquiátrica no Norte de Minas”. O tom do único médico psiquiatra da região é confiante: “ainda este ano iniciarão as obras de construção e tudo faz crer que no início do próximo ano teremos em pleno funcionamento uma das maiores necessidades da região que será o hospital de assistência a psicopatas...”. Justifica a relevância da construção do Neuro Psiquiátrico, alegando que

entre os múltiplos problemas de um povo, nenhum deles tem a antissonância e a primazia que desperta o da saúde e bem estar da população. A incapacidade física e mental a que predispõe a doença inutiliza o indivíduo para as realizações primordiais à vida: TRABALHO, AMOR, PROGRESSO (MENDES, 1950, p. 1).

E completa afirmando, algumas linhas abaixo, que

o mundo pertence a aqueles que conduzem consigo o equilíbrio do “MEN SANA IN CORPORE SANO” dada a incompatibilidade existente entre um corpo são em mente doente e mente doente em corpo são. Para viver e dominar é preciso a coesão destas duas forças dirigidas no mesmo sentido, fora disto é vegetar. Compreendendo os governos dinâmicos e inteligentes, esta necessidade fundamental faz edificar em seus mandatos, sob a égide de homens discernidos, – hospitais, centros de saúde, isolamentos, serviços profiláticos etc, no sentido de amparo decisivo **as populações numerosas ou aglomeradas, que são as mais sujeitas as disseminações das doenças** (MENDES, 1950, p. 2).

Os trechos supracitados acima poderiam ser parte das ideias que se fizeram presentes na estruturação da psiquiatria no período republicano, aquelas com as quais o escritor Machado de Assis conviveu e as quais criticou. A começar pelo princípio do *mens sana in corpore sano* presente nos textos da revista baiana *Gazeta Medica*, dos fins do século XIX, que, de acordo com Lilia Moritz Schwarcz, constituía uma das tentativas primeiras de elaboração de um saber científico nacional,

a hygiene é a primeira necessidade de um povo, e não há paiz civilizado em que não esteja radicada a compreensão e a prática dessa verdade. MENS SANA IN CORPORE SANO é o lemma da educação physico e mental do indivíduo, como é o saneamento physico e moral do povo que constitue o vigor, a felicidade e a principal riqueza da nação... o saneamento é a exigência da civilização, que o patriotismo e a humanidade estão impondo como uma necessidade inadiável (SCHWARCZ, 1993, p. 2).

Mais de meio século depois, Áflio Mendes estaria atento à ideia de saneamento quando já em 1963 escreve em meio aos pedidos enviados ao secretário de saúde sobre a necessidade de “[...] montar um ambulatório de hygiene mental que futuramente faria triagem para o hospital” (APAMF, 1963, p. 2).

A questão das “populações aglomeradas mais sujeitas a disseminação de doenças”, igualmente nos remete a uma percepção do regime republicano nascente, segundo o qual a multidão constituiria o principal perigo a ser esconjurado, encarnando o medo físico da violência. Segundo Cunha, “[...] a metáfora médica do contágio – risco imediato que torna a multidão em si mesma um perigo iminente – é largamente utilizada aí, a indicar a necessidade de esquadrihar, conhecer e organizar a população da cidade” (CUNHA, 1986, p. 40).

Uma possibilidade de se pensar a preocupação de Áflio Mendes com as aglomerações é a inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1929, desencadeando um crescimento populacional acentuado. Conforme nos informa Veloso, tal fato “[...] causava preocupação às elites e ao poder público que viam os aglomerados, nas suas várias formas, como focos epidêmicos que poderiam afetar indiscriminadamente os habitantes da cidade” (VELOSO, 2002, p. 88).

De modo comparável ao que ocorre nas capitais do país, guardadas porém as especificidades locais, também em Montes Claros o desenvolvimento suscita toda uma

construção das imagens da ‘ameaça’ representadas pelas misturas sociais, étnicas, culturais presentes nas ruas e nas casas das cidades freqüentemente expressas pelas oposições tais como “barbárie” *versus* “civilização”; “atraso” *versus* “progresso”; “não trabalho” *versus* “trabalho”; “doença” *versus* “saúde” (ENGEL, 2001, p. 238).

O alienista Áflio Mendes estaria ciente disso também, quando alardeou que toda uma estrutura seria montada para atender à demanda do hospital, o que possibilitaria à cidade amparar “as populações numerosas ou aglomeradas, que são as mais sujeitas as

disseminações das doenças” (*Gazeta do Norte*, 1950, p. 2). Com efeito, as obras iniciadas no ano seguinte simbolizavam o início de um projeto ambicioso de assistência a todo o Norte de Minas, com o objetivo de desafogar o hospital colônia de Barbacena, o instituto Raul Soares de Belo Horizonte “e resolver um dos mais angustiosos problemas do sertão mineiro”, a saber, o problema de desassistência psiquiátrica.

Em 1952, escrevendo à revista *Acaiaca*, um orgulhoso Áflio Mendes descreve o projeto de estrutura física do nosocômio que contaria com “[...] 500 leitos (com planos de ampliação para até 1500 leitos), salas de cirurgia geral e especializada, gabinetes médicos e dentários, laboratório, raios-X, quartos para agitados, enfermarias para doenças contagiosas, etc.” (PAULA, 1982, p. 246). Entretanto, já em 1962 foi assinado um convênio entre o Ministério da Saúde e o Estado de Minas Gerais, mas a secretaria de saúde “não moveu uma palha sequer (*sic*)” (*Diário de Montes Claros*, 1964, p. 29).

Em outubro de 1963, envidam esforços em prol da construção do HNPR o bispo e o delegado, em matéria intitulada “Novo movimento pró-continuação das obras do hospital psiquiátrico”. O elemento novo aqui é a perspectiva de consecução de recursos através da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)¹⁴ que, segundo Áflio Mendes, poderia, “[...] em um ano, terminar a construção do hospital neuro psiquiátrico com seus recursos próprios” (*Diário de Montes Claros*, 1963, p. 1).

O convênio assinado entre o ministério da Saúde e o Estado de Minas Gerais figura no *Diário de Montes Claros* do dia 14/01/1964: “Apesar do convênio hospital psiquiátrico não anda”. A matéria sugere que as autoridades responsáveis tomem uma posição junto aos órgãos competentes “para que a cidade não seja privada desse importante nosocômio” (*Diário de Montes Claros*, 1964, p. 2).

Entre julho e agosto de 1964 o *Diário* estampou: “Ministro promete prosseguir Hospital Neuro Psiquiátrico” (*Diário de Montes Claros*, 1964, 32); “Plano ministerial inclui hospital psiquiátrico” (*Diário de Montes Claros*, 1964, 32); “Câmara vai pedir o reinício do hospital psiquiátrico e ainda “Câmara vai pedir o reinício das obras do hospital psiquiátrico local”. Essa última chamada, além de reivindicar recursos para o HNPR, traz um dado relevante. Somente Montes Claros interna na capital trinta de seus loucos por mês, sem contabilizar adjacências. Corroborando a afirmação, a edição do

¹⁴ O órgão foi criado em 1959, pela lei 3.902, e por ocasião da integração da região da AMS (Área Mineira da Sudene), ou AMPS (Área Mineira do Polígono das Secas). O Norte de Minas passou a integrar oficialmente a SUDENE em 1963. In: OLIVEIRA *et al.* *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*, 2000, p. 60.

dia 20 de setembro anuncia: “Seguiram ontem para Barbacena 10 loucos” com a devida divulgação dos nomes dos “embarcados” (*Diário de Montes Claros*, 1964, p. 29).

A verba para construção do HNPR, segundo testemunho de Hermes de Paula, foi entregue pelo secretário de saúde na forma de um cheque em um almoço requintado (Cf. PAULA, 1982, p. 246). Era para ter sido um “sucesso”, no entanto, em edição do dia 22 de setembro de 1965 o *Diário de Montes Claros*, exibindo a chamada “O encantado hospital”, lançava questionamentos sobre possível desvio de verbas, ao mesmo tempo em que afirmava “haver uma esperança” para a concretização da construção do Neuro Psiquiátrico regional (Cf. *Diário de Montes Claros*, 1965), devido ao empenho do secretário de saúde na época, Teófilo Mendes.

Hermes de Paula, rememorando a história do que chamou de “hospital fantasma”, simplifica a situação descrevendo sucintamente que “[...] o dinheiro acabou, ajudando outras obras da prefeitura. Aí o carro enguiçou. O Estado não forneceu mais dinheiro, e a prefeitura também não. O mato tomou conta” (PAULA, 1982, p. 247).

Todavia, nos interessa menos compreender os motivos pelos quais a obra não foi construída do que a análise das justificativas para sua construção, bem como as consequências do malogro da empreitada.

É emblemático que o Hospital Neuro Psiquiátrico Regional conste, em meio às demais instituições de saúde da região, no inventário feito por Hermes de Paula em seu livro *Em Montes Claros, a medicina dos médicos e a outra*. Da mesma forma, o HNPR é a referência quando nos jornais referem-se a fatos relativos às proximidades ou ao próprio terreno. O hospital que jamais foi construído figurou na imprensa local com nome próprio¹⁵ por mais de três décadas e é nessa insistência que podemos buscar elementos para a apreensão da percepção dos fatores que justificam sua necessidade na região.

No início da década de 70, uma série de medidas que analisaríamos como normatizadoras vão sendo sistematicamente implementadas na cidade e noticiadas no jornal. Dentre as principais destacam-se medidas de combate à prostituição; projeto de disciplinarização da mendicância, acentuado número de prisões por malandragem, vadiagem, alcoolismo e arruaça.

¹⁵ Importante ressaltar que nem nos editoriais do jornal nem nas falas de entrevistados usa-se a palavra “hospício”. Parece-nos que há uma tentativa de agregar um caráter efetivamente científico à ideia de criação da instituição, que foi sempre chamada de Hospital neuropsiquiátrico regional.

Situação análoga à ocorrida nos fins do século XIX, quando reprimir a mendicância, a prostituição e a vadiagem significava a promoção de uma remodelação do espaço urbano (Cf. ENGEL, 2001, p. 332). Dessa forma, todo um aparato repressivo foi sendo sistematicamente implementado e noticiado pelo jornal: “Cadeia para irregulares: serão presas e castigadas prostitutas que fizerem programas antes das zero horas” (*Diário de Montes Claros*, 1968, p. 2); “Projeto de ordenação da mendicância” (*Diário de Montes Claros*, 1970, p. 1); “Mais de 60 prisões em um dia na operação contra vadiagem” (*Diário de Montes Claros*, 1970, p. 1); “[...] delegado Fallieri traça normas para moralizar a boemia” (*Diário de Montes Claros*, 1968, p. 3).

Na pauta do dia do jornal, a campanha em prol da construção do HNPR não deixou de figurar, promovendo sempre o apontamento de uma possibilidade de concretização. Em 1970, o Hospital Neuro Psiquiátrico foi colocado sob jurisdição da FEAP¹⁶ – Fundação Estadual de Assistência Psiquiátrica, que concluiria a obra paralisada há mais de vinte anos. Significava uma possibilidade, tanto que nas edições seguintes as chamadas acerca do HNPR eram otimistas: “Problema de loucos tem solução” e “Hospital para loucos pode sair em 71” (*Diário de Montes Claros*, 1970, p. 2). Aqui começa a delinear-se uma forma de se referir ao louco, engendrada por uma percepção que já vinha sendo construída. A notícia justifica a necessidade do hospital, devido ao potencial de ameaça dos loucos, que constituiriam um risco à integridade das famílias da região.

2.9 De como um alienista cansado de esperar construiu ele mesmo um nosocômio que não mudou muita coisa

Qual não é a surpresa quando na edição do dia 26 de novembro de 1964, o jornal *Diário de Montes Claros* anuncia sem nenhum alarde, quase como uma nota, a inauguração do hospital Santa Catarina, primeira instituição psiquiátrica do norte de Minas Gerais. De acordo com a edição, tratava-se de iniciativa particular do Dr. Áflio Mendes, “[...] já que a iniciativa governamental nesse campo nunca pode ser concretizada nesta região” (*Diário de Montes Claros*, 1964, p. 1).

Sem conseguir edificar sua Casa Verde, o alienista do sertão norte mineiro resolve construir ele mesmo um hospício que os jornais noticiam timidamente. A Casa de Saúde

¹⁶ A fundação era responsável pela manutenção dos hospitais psiquiátricos de Barbacena, Raul Soares e Galba Veloso. O HNPR de Montes Claros foi incluído na lista de prioridades da FEAP, devido ao grande número de internos fornecidos pela região a essas instituições.

Santa Catarina muito provavelmente não mereceu atenção devido ao fato de que, ao contrário do HNPR, tratava-se de uma instituição privada. Não conseguiria cumprir a missão da Casa Verde de Bacamarte de modificar a postura de “não se fazer caso dos dementes” (ASSIS, 2002, p. 4). Seus destinatários seriam os “cidadãos” enlouquecidos; não alcançaria a “plebe insana” sistematicamente embarcada para o hospício de Barbacena.

O HNPR já não figura como possibilidade nos jornais. A clínica de repouso Santa Catarina, que dividiu com o HNPR as páginas do *Diário de Montes Claros*, sempre com uma nota discreta presente em todas as edições acerca do oferecimento dos seus serviços, mudou de nome e de endereço. Áflio Mendes então, vencido e (quem poderia saber?) desiludido, afastou-se da medicina nos idos de 76 e um grupo de alienistas assumiu o local. A nota nos jornais permaneceu intacta com novo nome:

Prontamente

Atendimento de urgência psiquiátrica. Alcoolismo, doenças nervosas, clínica de repouso, assistência durante as vinte e quatro horas pela nova equipe médica. Antiga casa de saúde santa Catarina. (*Diário de Montes Claros*, 1989, p. 4).

Justamente o Santa Catarina, noticiado sem nenhum alarde, foi o primeiro e único hospital psiquiátrico da região. Quanto desencanto teria acompanhado nosso alienista ao ver seu projeto naufragar... O funcionamento da instituição não resolveu, sequer contribuiu para a resolução do “problema dos loucos”. Sendo instituição privada, era inacessível aos loucos pobres, e estes talvez fossem os alvos de Áflio Mendes.

Chegados a esse ponto, podemos conjecturar ser Áflio Mendes uma espécie de Bacamarte do sertão: senhor de uma razão delirante, com manias de grandeza, e ainda com propensão à literatura. Mesmo que as temporalidades sejam diferentes, as conclusões a que chegamos tanto do discurso de Machado quanto do de Áflio são semelhantes, uma vez que a loucura, sob a pena de Calíope ou sob a de Clío, é um discurso que ensandece a si mesmo.

Fundamental esclarecer que quando se menciona a desassistência à saúde mental, em associação ao malogro da construção de um hospital, de modo algum entende-se que a concretização do projeto do hospício significaria que os loucos seriam assistidos. Significa antes que nem mesmo dentro dos pressupostos psiquiátricos, a partir dos quais

a instituição funciona como seu mais bem acabado instrumento de atuação, pôde uma assistência se efetivar.

As quase quatro décadas pesquisadas nos jornais de Montes Claros dão conta de um total abandono dos doentes mentais na região. Exemplar nesse aspecto é a notícia do *Diário de Montes Claros*:

novamente esta a delegacia regional de policia as voltas com novos loucos vindos de cidades vizinhas que se encontram na cadeia local esperando remoção para Belo Horizonte. A vizinhança já começou a reclamar contra os gritos angustiantes dos loucos, dois homens e três mulheres que estão completamente abandonados. Uma louca de procedência desconhecida e de nome ignorado esta causando pena, pois além de estar completamente nua apresenta grave enfermidade (*Diário de Montes Claros*, 1967, p. 1).

Em Montes Claros, os discursos construídos acerca do louco sugerem que teria havido uma tentativa de se efetivar uma política de esquadramento que seria (ao menos para os que a idealizaram) necessária ao contexto da modernização da época abordada, que assistiu a todo um processo de estruturação do ordenamento social. A repressão à mendicância, à vadiagem, à prostituição, amplamente divulgada na imprensa, seria parte da construção do projeto de cidade que se queria. Segundo Veloso, ao lado dos projetos vencedores, que enriqueciam e tornavam prósperas as elites, observava-se o avanço das práticas de poder sobre as mudanças ocorridas durante esse processo que apontava para como os defensores do projeto modernizador “[...] foram excluindo e silenciando outros modos de viver a cidade” (VELOSO, 2002, p. 60).

O lugar possível para o louco pobre nessa conjuntura seria o hospício. A loucura teria sido alvo de uma estratégia política que não se concretiza, do mesmo modo como não se concretizam medidas eficazes de assistência à doença mental. Quanto aos loucos, falemos enfim dos loucos, a eles coube o ônus do malogro da proposta, tanto no plano ficcional quanto no histórico. Disso trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3
O TREM DOS DOIDOS CRUZA O SERTÃO:
significações histórico-literárias

3.1 A história e as estórias do sertão

Neste capítulo, faremos uma análise do conto “Sorôco, sua mãe, sua filha”, de *Primeiras Estórias*, de João Guimarães Rosa, evidenciando como as ressonâncias históricas acerca da loucura tomam forma dentro do discurso literário. A recorrência desse tema na literatura de Guimarães Rosa nos instiga para uma investigação entre a estória rosiana e a história de Minas Gerais, especificamente Montes Claros. Antes de entrar nesses pormenores, que seriam um preâmbulo de nossa análise desta outra parte do *corpus*, da análise propriamente dita, explicitamos, no primeiro capítulo, como Guimarães trata a relação fecunda entre “Estória” e “História” através de seus críticos e de suas próprias entrevistas. Relacionado a isso, fizemos, na introdução deste trabalho, referência ao método de composição das narrativas rosianas (“álgebra mágica”) evidenciado pelo próprio autor em entrevista a Günter Lorenz. Por último, pontuamos algumas considerações acerca do conceito de alegoria, a partir de João Adolfo Hansen, para que pudéssemos, a partir desse ponto, utilizar a alegoria como chave de leitura da narrativa em questão, juntamente com os dados históricos. Com isso, acreditamos que manteremos relativamente uma leitura imanente do texto literário.

Quando dissemos que há e não há transcendência do conto em relação à história, na verdade estamos nos fundamentando na leitura que Maria Rosa Alvarez Sellers faz das próprias declarações do escritor: “Tudo é e não é. Ou às vezes é, às vezes não é. Todos os meus livros dizem só isso” (ROSA, *apud* SELLERS, 2008, p. 116). Pretende-se, diante do exposto até aqui, propor uma leitura do conto “Sorôco, sua mãe, sua filha”, buscando ancorá-lo nos pressupostos da “álgebra mágica”, para entender a ficcionalização da loucura e suas relações com o discurso histórico.

Em entrevista a Günter Lorenz, Rosa o nomeia de “álgebra mágica” seu processo criativo: “Talvez com a restrição de que eu não qualificaria meu conceito mágico de “realismo mágico”; eu o chamaria antes “álgebra mágica”, porque é mais indeterminada e, portanto, mais exata” (LORENZ, 1983, p. 15). Para Telma Borges, a relação entre álgebra e mágica pode ser assim definida na literatura rosiana: se associada a chiste (expressão de “Aletria e hermenêutica”, associada ao termo em destaque), cujo significado expressa algum dito conceituoso e engraçado; e a escanchar (também do mesmo prefácio), que diz do ato de segurar algo ou alguém de forma incomum, de maneira que o objeto ou pessoa que se segura corra o risco de cair, temos como resultado um procedimento encantatório, que leva o espectador a enxergar uma

realidade supra lógica que, associada a “escanchar” e a “chiste” revela a contradição da lógica ordinária do discurso. (BORGES, 2010, p. 126).

Quanto ao termo álgebra, a autora identifica suas origens na antiga Babilônia, tendo como referente “um sistema aritmético a partir do qual realizavam cálculos algébricos que permitiam, a partir de fórmulas, calcularem soluções para problemas que se constituíam em incógnitas.” (BORGES, 2010, p. 126). A associação desses vocábulos, para Telma Borges, dão o tom de parte do que é o processo criativo rosiano:

os mágicos pensamentos dos quais se vale o autor transfiguram o vil em nobre para, segundo Gisele Martins, “abarcam o imponderável e novas possibilidades cognitivas de apreensão do real. Como se a “realidade superior” fosse uma expansão do significado, e do significante, que a palavra poética pode sofrer. (MARTINS, 2008, p. 25). (BORGES, 2010, p. 127).

A leitura do conto “Sorôco, sua mãe, sua filha”, portanto, está ancorada nos pressupostos da álgebra mágica, para entender a ficcionalização da loucura e suas relações com o discurso histórico.

3.2 Os passageiros do desvio de dentro

Em uma cidade do sertão, lá pelos idos de 1963, o periódico local dava ciência às famílias de que certa Josefina Barbosa e uma Maria de tal haviam morrido no hospício de Barbacena. Da notícia poderia ser destinatário Sorôco, e nomeadas, sua mãe e filha que, na estória, ele tem a missão de embarcar, enlouquecidas, para o hospício de Barbacena:

Sorôco ia trazer as duas, conforme. A mãe de Sorôco era de idade com para mais de uns setenta. A filha ele só tinha aquela [...] Sorôco estava dando o braço a elas, uma de cada lado. Em mentira parecia entrada de igreja, num casório. Era uma tristeza. Parecia enterro. Todos ficavam de parte, a chusma de gente não querendo afirmar as vistas, por causa daqueles transmodos e despropósitos, de fazer risos, e por conta de Sorôco – para não parecer pouco caso (ROSA, 1988, p. 18).

A composição da estória remete ao contexto histórico do tratamento dado à loucura em Minas Gerais, onde os loucos seguiam de trem para o Hospital Colônia de Barbacena. Esse contexto foi engendrado por uma percepção da loucura, que delimitava o lugar do louco à margem do meio social. Na percepção desse processo de modernização por Guimarães Rosa, o conto “Sorôco, sua mãe, sua filha” encontra uma

possível interpretação. Conforme nos informa Luiz Costa Lima, o título do livro de que o conto faz parte – *Primeiras estórias* – não sendo o primeiro livro de contos de Guimarães, é por si só emblemático:

São as primeiras estórias de um Brasil novo no começo do surgir [...]. Modifica-se a realidade dos Gerais e Guimarães Rosa anuncia a mudança [...] longe de temer pela novidade, porfia por incorporá-la ao seu universo. (LIMA, 1983, p. 501.)

Na análise de Danielle Corpas, essa incorporação das modificações na realidade do sertão é realizada em via dupla. Segundo autora, na obra “[...] se imbricam a propensão rosiana para o transcendente e as contradições da modernização conservadora à brasileira” (CORPAS, 2008, p. 190). No conto, o discurso sobre o louco nutre-se dessa percepção da loucura – que corporifica o embarque – para desqualificá-lo em sua verdade. Guimarães Rosa o fará pelo princípio da álgebra mágica: esse discurso tem certa determinação nas instâncias históricas, tais como os elementos de exclusão social do louco: o espaço da estação e o hospício de Barbacena, como símbolo de institucionalização da loucura, são re-significados pela força poética. A álgebra mágica retira do discurso seu caráter de significação cotidiana e reveste-o de elementos “mágicos”. Retira a razão da palavra, sua significação precisa. É a imprecisão do sentido, a transcendência.

Se em “O alienista” Machado de Assis utiliza a ironia para narrar as peripécias da ciência de sua época, o místico e o transcendente constituem a via pela qual Guimarães Rosa se posiciona acerca da percepção do louco nesse contexto de modernização. Exemplar nesse aspecto é a segunda referência ao trem, que conduziria mãe e filha de Sorôco ao hospício:

O carro **lembrava um canoão no seco, navio**. A gente olhava: nas reluzências do ar, parecia que ele estava torto, que nas pontas se empinava. O borco bojudo do telhadilho dele alumiava em preto. Parecia coisa **de invento de muita distância, sem piedade nenhuma**, e que a gente não pudesse imaginar direito nem se acostumar de ver, e não sendo de ninguém. (ROSA, 1988, p. 19, grifo nosso).

Na análise das consciências acerca da loucura, a alusão ao navio remete à “nau dos insensatos” que, conforme já explicitado no primeiro capítulo, constituía a imagem de exclusão da loucura no período renascentista: “um invento de muita distância”. Na descrição da filha, podem-se vislumbrar ecos dessa consciência trágica: “A moça, aí,

tornou a cantar, virada para o povo, o ao ar, a cara dela era um repouso estatelado, não queria dar-se em espetáculo, mas representava de **outroras grandezas, impossíveis**” (ROSA, 1988, p. 19, grifo nosso).

Essa alusão a uma percepção do louco ainda não engendrada pelo critério da razão, por parte do narrador, no contexto em que o sertão exclui o louco e o relega a um espaço institucional delimitado, denota uma postura que explicita as contradições desse movimento modernizador. O processo de exclusão existiu, mas, no conto, essa percepção anacrônica serve para demonstrar que a voz narrativa não concorda com a lógica binária modernização/exclusão. Conforme assinala Yudith Rosenbaum,

Guimarães Rosa consegue, na verdade, despatologizar o patológico, quando admite sua expressão coletiva e convoca a todos para uma leitura amorosa do desviante. No momento em que o sertão se moderniza (décadas de 50/60, quando os contos de *Primeiras Estórias* são escritos), não há mais espaço para o patológico humanizado, incorporado à comunidade, como o sagrado nos tempos arcaicos. Barbacena é o destino da clausura dessas mulheres, mas o povoado provinciano, isolado e distante, ainda acolhe o canto e se irmana em torno de Sorôco, o órfão sem herdeiros. O elo partido pela ida das mulheres se re-liga numa nova família, unida justamente no estranho canto da desrazão (ROSEMBAUN, 2008, p. 156).

O canto de loucura da população que habita o espaço do normal, do lado de fora do trem, dilui a fronteira entre loucura e razão que o embarque corporifica. Se todos cantam, aplica-se aqui a assertiva do narrador do conto “A terceira margem do rio”, também de *Primeiras Estórias*: “Ninguém é doido. Ou, então, todos” (ROSA, 1988, p. 25).

3.3 Uma estória do sertão

Retomando a nota daquele periódico que poderia ser destinada a Sorôco, ler-se-ia no *Diário de Montes Claros* que “Louca morre em Barbacena” (24/01/63); “Morreu mais um louco em Barbacena” (31/01/63); “Mais dois que morreram em Barbacena” (15/01/63). Em convivência pacífica com as chamadas acima, o jornal noticia o pedido por parte da delegacia regional, de um “vagão especial para condução dos loucos”, pois segundo o delegado da época, “[...] somente nos últimos 15 dias foram detidos nas ruas da cidade cinco dementes que deverão ser enviados para tratamento em Barbacena” (APAMF, 1964, p. 2).

O envio sistemático de loucos para o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena – CHPB fez parte da história de Montes Claros até meados da década de 80. Seguiam “às levas” loucos indigentes, loucos migrantes, loucos trazidos especialmente para serem embarcados, cidadãos de “boas famílias” da cidade, que enlouqueciam.

O embarque também público, como no conto, despertava mal estar e constituía-se em importante justificativa para a criação de um hospital psiquiátrico na região. A edição do *Diário de Montes Claros* do dia 12 de maio de 1963 denuncia, nas palavras do deputado Teófilo Pires, “[...] o vexame das famílias que por infelicidade vêm qualquer de seus membros colhidos pelas malhas da insanidade mental lançados à própria sorte sem a mínima assistência por falta de um hospital especial para seu tratamento”. (APAMF, 1963, p. 4). Leiamos abaixo mais um trecho do conto:

Sorôco. Tomara aquilo se acabasse. O trem chegando, a máquina manobrando sozinha para vir pegar o carro. O trem apitou, e passou, se foi, o de sempre. Sorôco não esperou tudo se sumir. Nem olhou. Só ficou de chapéu na mão, mais de barba quadrada, surdo – o que nele mais espantava. O triste do homem, lá, decretado, embargando-se de poder falar algumas suas palavras. Ao sofrer o assim das coisas, ele, **no oco** sem beiras, debaixo do peso, sem queixa, exemplo. E lhe falaram: –“**O mundo está dessa forma...**” (ROSA, 1988, p. 18).

Socorro. Tomara aquilo se acabasse. É como poderia ser lido esse trecho. Sorôco não olha, “o triste do homem, lá, decretado, embargando-se de poder falar algumas suas palavras.” Vexame é “tudo aquilo que causa tribulação ou dor; aflição, mau trato, opressão” (HOUAISS, 2009; s. p.). Esse grito de socorro engendrado ao próprio nome de Sorôco poderia muito bem ser o de famílias que viviam semelhante vexame, ao embarcarem seus loucos, de Montes Claros para Barbacena. Além do constrangimento familiar, do vexame, as más condições de transporte também fundam justificativa para a necessidade de um hospício regional. A falta do hospício constitui nas palavras do mesmo Teófilo Pires um grave problema, “[...] forçando aqueles que se tornaram insanos mentais a penosas viagens, na qualidade de verdadeiros animais, **enjaulados nos carros que transportam bois** na Estrada de Ferro Central do Brasil” (APAMF, 1964 p. 2, grifo nosso). Se tivéssemos, portanto um hospício, as “cenas desumanas e chocantes que se verificam com os loucos que são jogados no vagão gaiola da central do Brasil nesta cidade com o destino a Belo Horizonte e posteriormente a Barbacena” (APAMF, 1964, p. 2) poderiam ser evitadas.

A descrição do vagão encontra correspondência com aquela que figura no conto:

Aquele carro parara na linha de resguardo, desde a véspera, tinha vindo com o expresso do Rio, e estava lá, no **desvio de dentro**, na esplanada da estação. **Não era um vagão comum** de passageiros, de primeira, só que mais vistoso, todo novo. A gente reparando, notava as diferenças. Assim repartido em dois, num dos cômodos **as janelas sendo de grades, feito as de cadeia, para os presos.** [...] Aquilo quase no fim da esplanada, **do lado do curral de embarque de bois**, antes da guarita do guarda-chaves, perto dos empilhados de lenha (ROSA, 1988, p.18, grifo nosso).

A menção às grades, anunciando o espaço do louco na narrativa, não é, segundo Fábio Rodrigues Bello, casual e “[...] evoca a idéia de exclusão: o vagão era para passageiros que não eram comuns” (BELLO, 1990, p. 110). Emblemática também é a localização do vagão que, no conto, ficava “ao lado do curral de bois” e pode ser associada à informação do jornal, de que os loucos em Montes Claros eram transportados “enjaulados nos carros que transportam bois”. O transporte, portanto, delimita tanto na ficção quanto no meio social o lugar do louco, a saber, à margem.

O “desvio de dentro” circunscreve tanto o lugar do vagão na estação quanto daqueles que seriam seus passageiros. O narrador especifica ainda que “não era um vagão comum”. De acordo com o Houaiss, “comum” é antônimo de anômalo, anormal; logo, o vagão em sua estrutura se adequaria a seus destinatários. Os passageiros iam para “longe, para sempre” (ROSA, 1988, p. 17). O “longe” demonstra a imprecisão do destino tal qual se apresentava aos passageiros da nau dos loucos. A impossibilidade de retorno encontra ressonância no discurso histórico: geralmente, não se retornava de Barbacena. Nesse sentido, é possível que a aglomeração de pessoas no conto se elucide pelo tom de despedida. A narrativa fornece indicativos que corroboram a afirmação: “Era uma tristeza. Parecia enterro.”; “Ia servir para levar duas mulheres, para longe, para sempre”. (ROSA, 1988, p. 18). Nesse ritual de despedida fica patente, por parte da população, um anseio de não se inserir no “desvio de dentro”:

As muitas pessoas já estavam de ajuntamento, em beira do carro, para esperar. As pessoas não queriam poder ficar se entristecendo, **conversavam, cada um porfiando no falar com sensatez, como sabendo mais do que os outros a prática do acontecer das coisas.** Sempre chegava mais povo – o movimento (ROSA, 1988, p. 18).

A população afirmava seu discurso de razão naquele espaço de desrazão, “cada um porfiando por falar com sensatez”, guardando um saber acerca da prática de exclusão. Para Telma Borges, “[...] ao tentar *falar com sensatez*, todos os gestos, palavras e emoções são simetricamente medidos, de modo a não se deslizar e ir de

encontro à ‘outra verdade’, quando se insiste em evidenciar apenas uma.” (BORGES, 2000, p. 678). Barbacena se configura, portanto, como o delimitador entre razão e desrazão: “Para onde ia, no levar as mulheres, era para um lugar chamado Barbacena, longe. Para o pobre, os lugares são mais longe.” (ROSA, 1988, p. 19). A associação entre a pobreza e esse lugar indefinido, criado para abrigar a loucura, diz respeito a uma perspectiva foucaultiana, segundo a qual o hospício é uma criação historicamente situada no momento em que a loucura é percebida “no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de se integrar no grupo” (FOUCAULT, 1978, p. 90).

O *longe*, esse lugar *sem lugar* delimitado, que se insinua como o espaço do irreversível, do “nunca mais”, instiga a história a um exercício de extração dos fragmentos que a álgebra mágica rosiana permite vislumbrar: por que o longe é mais longe para o pobre? A estória pode dar a ver a história que às vezes *longe* pode ser o próprio sertão, que não acolhe quando tenta se fazer moderno.

No sertão norte-mineiro, corporificado na cidade de Montes Claros, “o moderno” vai sendo demarcado pela chegada da ferrovia e conseqüente processo de imigração, além da inserção da região na área de atuação da SUDENE. O processo de modernização via SUDENE, que vai tomando corpo na década de 60, promove uma transformação estrutural na região norte-mineira, “[...] redefinindo sua política econômica, reorganizando sua produção e principalmente, a formação de correntes migratórias” (VELOSO, 2002, p. 61). De acordo com Veloso,

se Montes Claros desde a década de 40, devido a sua localização e conseqüente entroncamento rodoferroviário, já era importante local de passagem das diversas correntes migratórias do nordeste em direção ao sul ponto onde os migrantes obrigatoriamente tinham que parar, onde aguardavam, as vezes durante dias a baldeação para outra composição, com a industrialização passa a ser lugar de possível fixação definitiva (VELOSO, 2002, p. 61).

Pelo discurso dos jornais, parecia que o poder público não se furtava a perceber o perigo que vinha corporificado em migrantes miseráveis, pela linha do trem. E ele vinha em quantidade considerável, engrossando as fileiras de miséria já existentes na região. O jornal noticia amplamente o problema da migração. Em meio à horda de pobres, a face do louco propositalmente trazido à cidade para ser embarcado, anônimo, com a

loucura explodindo na cidade ou dentro do próprio vagão, o jornal noticia: “[...] indivíduo enlouquece de tanto passar fome e se joga do trem” (APAMF, 1962, s. p.).

O aumento progressivo do fluxo migratório nos anos seguintes coloca os migrantes em destaque no jornal. A solução encontrada pelo poder público foi o fornecimento de passes para que os migrantes deixassem a cidade. Na edição de 1970 o *Diário* noticia: “Delegado despacha 37 indigentes” (APAMF, 1970, s. p.) e avisa sobre o fornecimento de passes para mendigos e desempregados¹.

A loucura ou o propalado “problema dos loucos” insere-se nesse contexto devido ao abandono destes nas ruas de Montes Claros à espera de transporte para o Hospital Colônia de Barbacena – HCB. Os loucos de fora pareciam incomodar tanto, que o jornal noticia cada leva conduzida ao HCB: “dezoito loucos seguiram para Barbacena. Foram enviados mais 18 dos **que estavam infestando as ruas da cidade**”, mas o problema não teria solução, segundo o jornal, “porque eles continuam chegando e de louco em louco a cidade fica cada vez mais cheia” (APAMF, 1971). Aqui, parece que o *longe* fica no “desvio de dentro”, esse espaço que a razão construiu no interior de seu próprio discurso, para desqualificar o discurso do Outro (FOUCAULT, 1978).

Em edição de 1970, o jornal publica o alerta: “cuidado com os retirantes”, sugerindo aos comerciantes que contratem guardas para seus estabelecimentos, em função do “agravamento do êxodo rural de retirantes nordestinos por causa da seca no nordeste e alerta que estes podem assaltar casas comerciais em busca de alimentos” (APAMF, 1970, s. p.).

O ano de 1966 inicia-se sem novidades. Quem abriu o *Diário de Montes Claros* leu – certamente sem surpresa – que a delegacia enviou “[...] mais 13 loucos para Barbacena” (APAMF, 1966, p. 2). Dois meses após, segue outra “leva” anunciada em tom de alívio: “[...] loucos finalmente deixam a delegacia da cidade” (APAMF, 1966, s. p.). O que merece destaque aqui é o fato de a loucura na região pertencer à jurisprudência da polícia. E tal fato tem justificação histórica que diz respeito à própria constituição do saber psiquiátrico e ao conjunto de codificações inerentes a ele. De acordo com Foucault, a psiquiatria sofreu duas codificações simultâneas imprescindíveis para sua institucionalização como saber. A primeira diz respeito à patologização dos erros e ilusões do indivíduo louco; a segunda diz respeito a uma codificação da loucura como perigo, ameaça, “[...] como essencialmente portadora de

¹ Em 1971, a delegacia fornece cem passes diários aos retirantes.

um certo número de perigos” (FOUCAULT, 2002, p.149) para que seria a psiquiatria pudesse funcionar como higiene pública.

Como, porém, esperar que o psiquiatra atue dentro do seu campo de higiene social se não se consegue efetivar uma estrutura mínima de assistência à loucura já codificada como doença mental? A quem, na impossibilidade de embarcar todos eles para as instituições psiquiátricas longínquas, se vai recorrer quando esses constituem um fardo para a região norte-mineira, que não à polícia? Tal assertiva não constitui uma justificativa nossa, mas se constituiria perfeitamente em justificativa deles.

Maria Clementina Pereira Cunha corrobora a assertiva foucaultiana em sua análise sobre a atuação do alienismo no princípio da república. Conforme a autora,

a ação policial em relação à loucura, datada do período republicano, conectava-se com o intenso e minucioso trabalho, empreendido desde as primeiras décadas do século XIX pelo saber alienista, de infundir à noção de loucura a conotação do iminente perigo físico para as pessoas que com ela conviviam (CUNHA, 1989, p. 39).

Não havia um hospital, mas “cela de loucos” na delegacia regional onde ficavam alojados os destinatários de Barbacena. As notícias do *Diário de Montes Claros* fazem constantes referências ao alojamento na cadeia dos que aguardavam uma vaga para Barbacena ou para as demais instituições, sendo que as más condições da cela onde se misturavam indiscriminadamente homens e mulheres constituem uma justificativa para a necessidade do HNPR.

Bastante esclarecedora tanto das acomodações dos loucos quanto da atuação da polícia é a notícia do *Diário de Montes Claros* do dia 07 de novembro de 1968:

Polícia novamente em apuros: ‘loucos’

A polícia se vê as voltas novamente com o problema dos loucos que continuam infestando as ruas da cidade e pondo em risco a segurança pública. No mês passado a delegacia de polícia transferiu vinte e cinco loucos da cadeia pública para o hospital colônia de Barbacena, mas nos primeiros dias deste mês teve que recolher mais 10 débeis-mentais que estavam causando transtornos a população (APAMF, 1968, p. 2).

O problema seria *efetivamente* de polícia e a esta cabia resolvê-lo. A questão começa a preocupar quando o número de loucos é superior à consecução de recursos para o devido encaminhamento dos mesmos para além dos limites da cidade. Somado a isto, a decadência do Hospital Colônia de Barbacena que, já em 1961, sofre sindicância

para apurar as péssimas condições de funcionamento (Cf. MAGRO FILHO, 1992, p. 146) agrava o quadro, explicitado em matéria do dia sete de novembro de 1968: “O delegado Vasco Gontijo já não sabe o que fazer para solucionar o problema. Loucos de outras cidades são trazidos para cá, e aqui largados nas ruas, onde fazem das suas e é necessário (*sic*) a intervenção da policia” (APAMF, 1968, p. 2). Menos de um mês após, outra notícia com o mesmo teor: “a delegacia já não sabe como resolver o problema, que cada dia se agrava mais com os loucos infestando as ruas da cidade e pondo em risco a segurança pública”. (APAMF, 1968, p. 3).

A situação toma ares de epidemia e é realizado um encontro para tentar uma solução em 1971, que se propunha à elaboração de medidas para o prosseguimento das obras do Hospital Neuro Psiquiátrico Regional e contou com as principais autoridades locais. Dele participaram profissionais de saúde, políticos, religiosos, civis, militares; foi presidido pelo bispo José Alves Trindade e secretariado por Áflio Mendes, contando com a presença de todas as prefeituras da região. A explanação ficou a cargo do médico João Valle Maurício, que discursou acerca da “[...] necessidade urgente da implantação de um hospital de assistência ao psicopata norte mineiro” (APAMF, 1970, p. 3). Em tom otimista ficou acertado que a continuação das obras teria início no primeiro semestre do ano seguinte. Entretanto, após todas as tentativas de se firmar um convênio, o Hospital Neuro Psiquiátrico Regional nunca foi erguido e só foi notícia isolada quando invadido por “pobres miseráveis”, e ironicamente ameaçado de virar uma favela.

O jornal *Diário de Montes Claros* que, já em 1963, se proclamava “[...] incansável na luta pelo hospital psiquiátrico desde suas primeiras edições” (APAMF, 1963, p. 2) não toma posição quando – e tal fato merece uma análise – surge a ideia de transformar a construção inacabada do HNPR em uma penitenciária. A partir daqui, o jornal dedica parte das efemérides do ano de 1971 à campanha pela construção da referida sede da penitenciária. Notícia inclusive a chegada do presidente da FEAP “para estudar a situação” (APAMF, 1971, p. 1).

3.3 Os loucos de todos os dias

Já vai longe o trem dos loucos e nos jornais da década de 80 aqueles figuram como um problema herdado do processo de migração dos anos anteriores. Se na década de 1960, o processo industrial foi incipiente devido à ausência de infraestrutura, o pequeno dinamismo industrial logo foi rompido, e a cidade de Montes Claros se tornou

locus preferido de empreendimentos vários. A transição demográfica da cidade se efetua na década de 80, quando se torna um município predominantemente urbano. “A taxa de urbanização passou de 40.66% (1960) para 73.10% (1970), chegando a 87.60% no ano de 1980” (OLIVEIRA, 2000, p. 60).

Nesse contexto figura na imprensa local um questionamento como sendo comum a toda a população: “A cidade está infestada de doidos; aquele lá mesmo parece estar querendo jogar uma pedra em alguém. Teria coragem?” (OLIVEIRA, 2000, p. 62). O problema continua sendo de polícia, mas o enfoque é diverso. Se antes havia uma preocupação, certa condescendência com a loucura local, agora os loucos são elevados à categoria do intolerável. O questionamento feito em duas páginas inteiras, sob o título *Os loucos de cada dia* versa sobre a ameaça comum no cenário montes-clarense, onde

os peregrinos da insanidade encontraram o seu fictício paraíso, que pode terminar num dos tanques da Famed ou em contínuas visitas as grades da delegacia localizada na rua Dr. Veloso. O maior perigo reside justamente nas agressões que a população vem sofrendo de toda forma desde que os doentes mentais fizeram da futura metrópole o seu quartel general (APAMF, 1986, p. 1-2).

Explícita fica no jornal certa consciência de que o problema é o que vem de fora, o migrante:

O poder central tem sido negligente com a conservação da infraestrutura urbana e com o gravíssimo problema da migração que se verifica de toda a região para Montes Claros. Na França, François Mitterand foi eleito pela sua postura favorável em relação a (*sic*) imigração. Mitterand não quer expulsar os imigrantes. Montes Claros menor em tudo que a França apresenta seus problemas de migração. Os reflexos disso estão vindo a cavalo disparado – basta percorrer as cercanias da cidade para ser constatado o mal (*sic*) planejamento ou falta de planejamento urbano (APAMF, 1988, p. 2).

E prossegue, sugerindo que o poder local crie uma fazenda modelo para abrigar o potencial de mão-de-obra-da “excreção da periferia” ou a cidade estará fadada a se transformar em uma baixada fluminense. “Montes Claros quer parecer uma baixada?”, pergunta o colunista. Conclui, então, observando da janela um louco sentado no banco da praça dr. Carlos, que

é apenas mais um na imensa leva de desafortunados que ficam desamparados pelas ruas de Montes Claros, alguns doidos varridos que inclusive colocam em risco a segurança das pessoas pois estão sujeitos a acessos de loucura a qualquer momento (APAMF, 1988, p. 2).

Já na década de 80, a população se choca com a notícia de que um pai manteve a filha louca acorrentada em casa por mais de um ano. O que poderia fazer, alega ele, se a filha tem crises constantes, o hospital é pago “e nós não tem condição?” Longe de justificá-lo; que não se ignore que o que é mais chocante aqui é a impossibilidade de se aceitar qualquer uma das alternativas: tanto o internamento quanto o aprisionamento – que agora não soam como alternativas tão antagônicas, como medida de assistência à moça.

O hospital em questão, já nomeado Prontamente, foi considerado um dos piores do país nos fins da década de 90. Que possibilidades de atenção à loucura norte-mineira teria então recebido? Mas nos lembremos de Sorôco, “[...] de antes Sorôco aguentara de repassar tantas desgraças, de morar com as duas. Daí, com os anos, elas pioraram, ele não dava mais conta, teve que chamar ajuda que foi preciso” (ROSA, 1988, p. 18). Também para ele não devia haver possibilidades diversas da ajuda a que teve direito.

Em tom de certo consolo, o narrador esclarece que “quem pagava tudo era o Governo, que tinha mandado o carro.” (ROSA, 1988, p. 18). Mesmo porque “isso não tinha cura, elas não iam voltar, nunca mais.” (ROSA, 1988, p. 18). Como também não voltaram todos aqueles acerca dos quais, a pedido do Hospital Colônia de Barbacena, o jornal noticiou a morte para que a família fosse informada.

A percepção sobre a loucura que se apreende da leitura do conto é aquela que desqualifica o discurso da norma e da razão. Mãe e filha de Sorôco são embarcadas, mas a cisão razão/desrazão não se realiza inteiramente porque seu canto de loucura ecoa na estação. A caracterização da loucura se faz através do canto:

A filha – a moça – **tinha pegado a cantar, levantando os braços, a cantiga não vigorava certa, nem no tom nem no se-dizer das palavras** – o nenhum. (...) Mas a gente viu a velha olhar para ela, com um encanto de pressentimento muito antigo – **um amor extremoso**. E, principiando baixinho, mas depois puxando pela voz, ela pegou a cantar, também, tomando o exemplo, a cantiga mesma da outra, **que ninguém não entendia**. Agora elas cantavam junto, não paravam de cantar. (ROSA, 1988, p. 21).

O canto está, nesse caso, circunscrito ao campo da loucura, pois “ninguém entendia”, era o indefinível, “o nenhum”. A loucura **das duas**. Mas se dá o inesperado; Sorôco

[...] parou. Em tanto que se **esquisitou**, parecia que ia **perder o de si, parar de ser**. Assim num excesso de espírito, **fora de sentido**. E foi o que não se podia prevenir: quem ia fazer **siso** naquilo – Num rompido – ele começou a cantar, alteado, forte, mas sozinho para si – e era a cantiga, mesma, de desatino, que as duas tanto tinham cantado. **Cantava continuando**. (ROSA, 1988, p. 21).

E a loucura rompe esse espaço do “desvio de dentro”, seu discurso irrompe em Sorôco como contágio:

A gente se esfriou, se afundou – um instantâneo. **A gente...** E foi sem combinação, nem ninguém entendia o que se fizesse: **todos**, de uma vez, de dó de Sorôco, principiaram também a acompanhar aquele canto sem razão. E com as vozes tão altas! Todos caminhando, com ele, Sorôco, e canta que cantando, atrás dele, os mais de detrás quase que corriam, ninguém deixasse de cantar. Foi o de não sair mais da memória. Foi um caso sem comparação. (ROSA, 1988, p. 21).

O canto é de toda “a gente”, o canto é de “todos”. Na perspectiva do alienista de Áflio Mendes, uma característica de loucura residia no réu analisado porque este “[...] não tinha amor a nada” (DPDOR, 1966, p. 28). Em Guimarães Rosa esse discurso é contraposto poeticamente na caracterização do sentimento da avó pela neta: “[...] um encanto de pressentimento muito antigo – **um amor extremoso**” (ROSA, 1988, p. 20). Pelo mágico, essa loucura que tem seu espaço delimitado algebricamente (hospício, Barbacena) perde seu caráter de discurso de verdade. O narrador não o corrobora; talvez ele cante também. Os loucos estão infestando a cidade. A loucura se espalha, é contagiosa; mas pelo canto, esse discurso republicano de perigo e contágio cai por terra.

CONCLUSÃO

A literatura e a história são campos que se diferenciam e ora se distanciam por uma oposição essencial: a primeira diz sobre o mundo pela ficção, imaginação, não deve explicações ao real, ao passo que a segunda constrói seu discurso limitado pela necessidade de dizer do mundo *uma* “verdade” que ela recupera nos fragmentos do passado. A verdade de ambas diz respeito a isso. Cada qual tem um objetivo, por isso a variação discursiva. Por isso a diferença nas categorias de análise. Entretanto, guardam entre si a característica essencial que as aproxima em essência: representam o mundo pela linguagem, pela palavra. Essa representação se origina da vida dos homens, daí ser a matéria de produção de discurso, pensada por cada qual a seu modo.

O discurso sobre a loucura é também representação do modo como as sociedades lidam com o louco. Se a literatura da qual tratamos aqui lhe concede voz, o faz pela liberdade de transpor essas fronteiras que a razão criou. Em Machado de Assis e Guimarães Rosa o discurso sobre o louco é percebido criticamente.

No conto “O alienista” a ciência é questionada através da construção de um personagem que revela o oposto do discurso da razão, na voz que seria da própria razão. Esse exercício de “rebelião” nos possibilita pensar esse discurso do razoável no meio social. Daí termos que interrogar à história sobre as práticas sobre a loucura das quais a literatura se nutre para construir essa crítica. Entretanto, ao emprendermos essa tarefa nos deparamos com documentos que também são discursos construídos sobre essas práticas. Nesse sentido, a verdade da realidade se afigura inatingível, o que alcançamos dela será sempre o discurso sobre uma percepção do louco.

Analisando “O alienista” percebemos que a percepção do louco, que engendrou as práticas sobre a loucura que o escritor critica, é semelhante àquela que pode ser percebida no discurso sobre o louco nos jornais de Montes Claros. As teorias atribuídas ao alienista Simão Bacamarte são semelhantes às teorias atribuídas a Áflio Mendes. Entretanto, essas teorias que representavam o que havia de mais novo em termos científicos no século XIX, já estavam ultrapassadas no período histórico analisado.

Isso nos levou à conclusão de que se percebia o louco no norte de Minas Gerais entre as décadas de 1950 a 1980 de modo semelhante à percepção do louco no período republicano. Destarte apontam-se duas questões fundamentais: a literatura se antecipa à história quando em seu discurso pode ser lida uma crítica a práticas que só seriam alvo

de questionamentos mais de oitenta anos depois; e a literatura pode ajudar a fornecer aos historiadores elementos que lhes permitem analisar criticamente o passado em busca de *possibilidades* de verdade.

Analisando o conto “Sorôco, sua mãe, sua filha”, que é escrito na temporalidade histórica analisada – sertão de Minas Gerais na década de 1962 – observamos como a percepção sobre o louco é incorporada ao conto através da narrativa da institucionalização da loucura para romper com ela através do questionamento da fronteira entre razão e desrazão.

O embarque no trem para Barbacena simbolizava a exclusão do louco na contextura de modernização do sertão; delimitava seu lugar nesse processo. Alegoricamente, esse trem que no sertão mineiro simbolizou a chegada do progresso é que revela a face do louco como elemento que não cabia nessa ordem social da qual a ferrovia é o símbolo modernizador.

Essa estória narrada no conto fornece à história uma possibilidade de pensar a institucionalização da loucura partindo das pistas reveladas. Esse exercício foi feito no presente trabalho: a narrativa do conto nos levou às fontes históricas.

Entendemos que o presente trabalho pode contribuir para as pesquisas que partem de uma perspectiva dialógica entre literatura e história. Julgamos que o mais relevante foi aproximar Guimarães Rosa de Machado de Assis e ambos do discurso histórico sobre a loucura, demonstrando como nos dois contos o discurso sobre o louco a partir do critério da razão é desqualificado. A literatura desses dois grandes escritores brasileiros se ocupou de uma percepção do louco muito semelhante, em temporalidades diferentes: em Rosa a tematização do *vir a ser* que Machado de Assis aponta em “O alienista”. No discurso histórico, o que teria sido.

Parafraseando Ezra Pound esses escritores seriam as “antenas da raça” por captarem os sentimentos de uma temporalidade, transformando-os em literatura. Nesse sentido, a obra literária configura uma possibilidade de diálogo com a história, ora se antecipando a ela, ora suscitando análises críticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências dos autores:

ASSIS, Machado de. *Machado de Assis*. Obra Completa de Machado de Assis. Vol. III: crônica. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=169:cronica&catid=34:obra-completa&Itemid=123>. Acesso em: 20 de fev. de 2009.

ASSIS, MACHADO. *O alienista*. Pará de Minas. 2002. Disponível em: <<http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/port/download/O%20Alienista.pdf>>. Acesso em: 20 de fev. de 2009.

ROSA, João Guimarães. Aletria e Hermenêutica. In: *Tutaméia: terceiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 29-40. ROSA, João Guimarães. *Primeiras Histórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Referências sobre os autores:

BELLO, Fábio Roberto Rodrigues. “Loucura e morte em ‘Sorôco, sua mãe, sua filha’ de João Guimarães Rosa”, *Boletim do Centro de Estudos Portugueses*, vol. 19, nº 25. Jul/Dez, 1999, UFMG.

BORGES, Telma. Duplos rizomáticos em Guimarães Rosa. In: DUARTE, Lélia Parreira *et al* (Orgs.). *Seminário Internacional Guimarães Rosa – Veredas de Rosa*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2000. p. 676-680.

BORGES, Telma. Guimarães Rosa: um mágico sem apetrechos. In: HOLANDA, Sílvio Augusto de Oliveira; TEIXEIRA, Everton Luís Farias (Orgs.). *Guimarães Rosa: novas perspectivas*. Curitiba: CRV, 2010. p. 125-132.

BOSI, Alfredo. *O teatro político nas crônicas de Machado de Assis*. São Paulo: IEA-USP, 198-? Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/bosimachado.pdf>>. Acesso em: 23 de ago. de 2007.

CAMARGO, Fábio Figueiredo. *A escrita dissimulada*. Um estudo de *Helena, Dom Casmurro e Esaú e Jacó*, de Machado de Assis. Belo horizonte: Edição do autor, 2005.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CORPAS, Danielle. *Grande sertão: veredas e formação brasileira*. *Revista da Anpoll*, Brasília, v. 1, N. 24, 2008, P. 261-288. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/rev/article/viewFile/28/15>> Acesso em: 14 de jan. de 2011.

GARDELLARI, Sandra Chaves. *Os prefácios de Tutaméia e sua inter-ligação*. São Paulo: FUCAMP, 2010. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/wp->

[content/uploads/2010/10/6-Os-pref%C3%A1cios-de-Tutam%C3%A9ia-e-sua-Interliga%C3%A7%C3%A3o-Sandra.pdf](#)>. Acesso em: 30 de maio de 2011.

GOMES, Roberto. *O alienista: loucura, poder e ciência*. In: *Tempo Social*. São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/filosofia/alienistaloucura.html>>. Acesso em: 25 de ago. de 2010.

GUIDIN, Márcia Lígia, GRANJA, Lúcia. (Org.). *Machado de Assis: ensaios sobre a crítica contemporânea*. São Paulo: UNESP, 2008.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

LIMA, Luiz costa. O Mundo em Perspectiva: Guimarães Rosa. In: COUTINHO, Eduardo (Org., Comp., Coord.). *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. inicial-final. (Coleção Fortuna Crítica 6).

LORENZ, Günter. Diálogo com Guimarães Rosa. In: COUTINHO, Eduardo (Org., Comp., Coord.). *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 62-97 (Coleção Fortuna Crítica 6).

MACHADO, Luiz Eduardo. *A álgebra mágica de Guimarães Rosa e o gênero fantástico no horizonte de expectativas dos séculos XVIII, XIX e XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira e Crítica Literária). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARTINS, Gisele Pimentel. *Os provérbios na construção do poético em Tutaméia – Terceiras Estórias*. 2008. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MURICY, Kátia. *A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

MURICY, Kátia. Machado de Assis e a articulação entre ceticismo e crítica. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. 2008. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1894&secao=262>. Acesso em: 24 de Set. de 2010.

NEVES, Gilson. *Machado de Assis e o Mito Antissemita – a genealogia como contraponto crítico ao estereótipo do judeu em Papéis Avulsos*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários/PPGL, 2011.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Para trás da serra do mim. *Revista Scripta*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 210-217, 2002. Disponível: <http://www.ich.pucminas.br/cespuc/Revistas_Scripta/Scripta10/Conteudo/N10_Parte01_art14.pdf> Acesso em: 22 de fev. de 2010.

PERROT, Andrea Czarnobay. *Machado de Assis: ironia e filiação literária*. 2008. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/rev/article/viewFile/21/>>. Acesso em: 22 de set. de 2010.

PETROV, Petar. Estória e História da prosa de Guimarães Rosa. ACTAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL, Porto, Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos, 2004, Vol. 2, p. 113-111. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6834.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2011.

RESENDE, Vânia Maria. *O menino na literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

ROSENBAUM, Yudith. *Guimarães Rosa e o canto da desrazão*. Disponível em: <http://www.fatea.br/seer/index.php/angulo/article/viewFile/111/97> 2008. Acesso em: 02 de fev. 2011.

SELLERS, Maria Rosa Álvarez. “Tudo é e não é”: La contradicción como principio configurador de la obra de Guimarães Rosa. In: BORGES, Telma (Org.). *Revista Vínculo: Revista de Letras da Unimontes*. Vol. 9, n. 2 (Jul/Dez. de 2008). Montes Claros; Unimontes, 2008. p. 113-122.

SILVA, Gislene Maria Barral Lima Felipe da. *Olhando sobre o muro: representações de loucos na literatura brasileira contemporânea*. 2008. 290 f. Tese (Doutorado em Literatura e Práticas Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1679/1/2008_GisleneMariaBarralLimaFelipedaSilva.pdf. Acesso em: 20 de fev. de 2010.

Referência geral:

APAMF (Arquivo Pessoal de Américo Martins Filho). *Diário de Montes Claros*, 1960-1980.

APAMF (Arquivo Pessoal de Américo Martins Filho). *Gazeta do Norte*, 1950-1960.

APAMF (Arquivo Pessoal de Américo Martins Filho). *Jornal do Norte* 1980-1989.

AQUINO, João Emiliano Fortaleza. *Reflexões sobre a linguagem, loucura e literatura: Michel Foucault e a literatura do louco*. Revista humanidades, Fortaleza, 2006.

ARENDDT, João Cláudio; PAVANI, Cinara Ferreira. *Imaginário social e representação literária: apontamentos sobre a poesia de Augusto Meyer*. In: CHAVES, Flávio Loureiro; BATTISTI, Elisa. *Cultura Regional 2: língua, história, literatura Caxias do Sul*: Edusc, 2006.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômano; Poética*. Seleção José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção *Os pensadores*, v. 2).

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *A nova história intelectual de Dominick La Crape e a noção de raça*. São Paulo: Anablume, 2004, p. 84.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 3. ed. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévsky*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

BENJAMIM, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Magia e técnica, arte e Política*. 7. ed. Trad. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 221-232.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti; Marcelo Macca. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

BORGES, Viviane Trindade. *Loucos (nem sempre) mansos da estância: controle e resistência no cotidiano do Centro Agrícola de Reabilitação (Viamão/RS, 1972-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

- CAPELATO, Maria H. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.
- CARDOSO, C; VAINFAS, R. *Domínios da história*. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP; 1998.
- CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso. A utilização de textos literários em História: alguns aspectos metodológicos. In: *Revista Cadernos do Logepa*. Disponível em www.scielo.com.br. Acesso em: 26 de Set. de 2008.
- CHALHOUB, Sidney. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A história contada*. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil (Orgs.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. 20. ed. Trad. Vera Costa e Silva *et al.* Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Cidadelas da ordem: a doença mental na república*. São Paulo. 1989.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O espelho do mundo*. Juquery: a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DARNTON, Robert. História e literatura. In: DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- DOSSE, François. *A História em migalhas: dos annales à Nova História*. Trad. São Paulo Edusc, 2003.
- DPDOR. *Processo de estupro nº 4945*. Montes Claros – MG, 1966.
- ENGEL, Magali G. *Os delírios da razão*. Médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- FOUCAULT, Michel. Loucura, Literatura, Sociedade. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos I*. Problematização do Sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In: *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Curso no Collège de France (1974-1975). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade (O uso dos prazeres)*. 8. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998 [1984]. V. 2.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Trad. Jaime Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FRAYZE-PEREIRA, João. *O que é loucura*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos, vol. 18).

FROSH, Friedrich. O tenebroso problema da patologia cerebral: algumas considerações acerca d'O *Alienista* machadiano. In: *1º Concurso Internacional Machado de Assis*. Ensaios premiados. A obra de Machado de Assis. Brasil. Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, 2006. p. 277-332.

GOTLIB, Nádía Batella. *Teoria do conto*. São Paulo: Ática, 1987.

HANSEN, João Adolfo. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo/Campinas: Hedra/ Unicamp, 2006.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo – História, Teoria, Ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

JOBIM, José Luís. A ficção dos limites e os limites da ficção. In: GUMBRECHT, Hans Ulrich; ROCHA, João Cezar de Castro (Orgs.). *Máscaras da mimesis: a obra de Luiz Costa Lima*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LE GOFF, Jacques. O maravilhoso no ocidente medieval. In: *O maravilhoso e o Quotidiano no ocidente medieval*. Trad. António José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1990. p. 9-35.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra. *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

MACHADO, Roberto; et al. *Da (n)ação da norma*. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MAGRO Filho, J. *A tradição da Loucura*. Minas Gerais: 1870-1964. Belo Horizonte: CCPMED; Editora UFMG, 1992.

MENDES, Áflio. Assistência Psiquiátrica no Norte de Minas. In: APAMF (Arquivo Pessoal de Américo Martins Filho). *Gazeta do Norte*, 1950-1960.

MENDONÇA, Carlos Vinícius da Costa. *Os desafios teóricos da história e a literatura*. Disponível em: <www.anpuh.uepg.br/historia>. Acesso em: 15 de Set. de 2008.

MENDONÇA, Carlos Vinícius da Costa. Contribuição da história e da literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

MIRANDA, José Américo. Romance e História. In: BOËCHAT, Maria Cecília Bruzzi; OLIVEIRA, Paulo Motta; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessôa de. (Orgs.). *Romance histórico: recorrências e transformações*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000. p. 17-25.

NICOLLAZI, Fernando. *Sobre a escrita: história e literatura, Foucault e Barthes*. Disponível em: <<http://200.17.203.142/novo2/public/pet04/fernando.pdf>>. Acesso em: 25 de set. de 2010.

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins. et al. *Formação social e econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

PAULA, Hermes de. *Em Montes Claros: a medicina dos médicos e a outra*. Montes Claros: [s. ed.], 1982.

- PAZ, Ravel Giordano. *Alienados e darandins: fronteiras (des)identitárias nos contos de loucos de Rosa e Machado*. *Revista da Anpoll*, vol. 2, n. 24, 2008.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Historia e literatura: uma velha-nova história*. Nuevo mundo mundos nuevos, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em: 22 de set. de 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1998.
- SANTOS, Luiz Alberto Brandão. Literatura e História: a convergência de possíveis. In: BOECHAT, Maria Cecília Bruzzi; OLIVEIRA, Paulo Motta; OLIVEIRA, Silvana Maria Pessôa de (Orgs.). *Romance histórico: recorrências e transformações*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2000. p. 45-55.
- SANTOS, Nádia Maria Weber dos. História e loucura na intimidade das letras: no “hospício” e o romance simbolista de Rocha Pombo. In: *História: questões & debates*. Curitiba, n. 46, 2007, Ed. UFPR, p. 139-151.
- SANTOS, Zeloí Aparecida Martins. *História e literatura uma relação possível*. Disponível em: <www.scielo.com.br>. Acesso em: 26 de set. de 2008.
- SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Machado de Assis contador de histórias: literatura, história e tragédia na composição da crônica*. In: *Temas & Matizes*. Paraná, 2004. Disponível em: <www.revista.unioeste.br/index.php/temasmatizes/article/download/542/453>. Acesso em: 20 de nov. de 2010.
- SCHOPENHAEUR, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. 2. ed. Trad. João Luiz Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SOETHE, Paulo Astor. *Contribuições da Teoria Literária alemã na década de 60*. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/viewFile/7685/7022>>. Acesso em: 25 de ago. 2010.
- SOUZA, Maria Eneida de Souza. Sobre a crítica biográfica. In: PEREIRA, Maria Antonieta; REIS, Eliana Lourenço (Orgs.). *Literatura e estudos culturais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2000. p. inicial-final.
- TANNUS, Salma. O Mesmo e o Outro: faces da história da loucura. In: MARIGUELA, M. (Org.). *Foucault e a Destruição das Evidências*. Piracicaba: UNIMEP, 1995. p. 10-57.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- VELOSO, Cândida Maria dos Santos. *A política dos outros: pobreza em Montes Claros (1960-1980)*. 2002. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

VIANNA, Adriana R. B. *Resenha crítica. Mana*, vol. 6 n. 1. Rio de Janeiro 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132000000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 20 de nov. de 2010.

VICTORIA, Luiz Augusto Pereira. *Dicionário de Mitologia: Grécia – Roma – Egito*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

WHITE, Hayden. As ficções da representação textual. In: WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 137-151.